
ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



Ministério da Justiça
Arquivo Nacional

ACERVO
Revista do Arquivo Nacional

Acervo	Rio de Janeiro	v. 1	n. 1	p. 1-132	jan.-jun. 1966
--------	----------------	------	------	----------	----------------

© 1986 by Arquivo Nacional
Rua Azeredo Coutinho, 77 — CEP 20230 — Rio de Janeiro, RJ

Ministro da Justiça: Fernando Soares Lyra
Diretora-geral do Arquivo Nacional: Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

Conselho Editorial

Emanuel Araújo (pres.)
Célia Camargo de Simone
José Gabriel da Costa Pinto
Maria Odila Khal Fonseca
Marisa Rocha Motta
Norma de Góes Monteiro

Coordenador editorial: Emanuel Araújo
Editora adjunta: Sandra Lazzarini
Edição de texto: Adelina Maria Teixeira de Souza, Marisa Rocha Motta,
Rosina Iannibelli
Diagramação e capa: Lúcio Brígido
Serviços auxiliares: Marlene de Oliveira Carvalho

Foto da capa: prédio frontal da nova sede do Arquivo Nacional

0001	1986	1	1	1	1	1	1
------	------	---	---	---	---	---	---

Sumário

Apresentação 5

Os arquivos nacionais: estrutura e legislação
Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco & Aurélio Wander Bastos 7

Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural
César A. Garcia Belsunce 29

Metodologia de pesquisa para apoio à organização de acervos da
administração pública brasileira 41

Documentação especial em arquivos públicos
Ana Maria de Lima Brandão & Paulo de Turso R. Dias Paes Leme 51

Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma
espécie documental
Caio C. Boschi 61

Fontes de história regional: subsídios para estudos comparativos e
temáticos
Vera Alice Cardoso Silva 83

Minas colonial: características básicas de quatro estruturas
demo-econômicas
Iraci del Nero da Costa 95

Quem está pesquisando o que 115

Notícias 129

O Arquivo Nacional em Apresentação

A revista que ora lançamos substitui, de certo modo, o *Mensário do Arquivo Nacional* (M.A.N.), publicação que durou de 1970 a 1982. Com *Acervo* pretendemos não apenas lançar mais um título, mas dotar o Arquivo Nacional de um instrumento ágil na divulgação de suas reais atribuições: recolher os documentos da administração pública federal, funcionar como veículo de modernização institucional, à cabeça do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), além de atender aos pesquisadores na busca dos registros que reconstituem a história brasileira.

Esta revista terá, a princípio, periodicidade semestral, nela constando seções fixas de artigos, pesquisas realizadas no Arquivo Nacional e notícias do âmbito da arquivologia. Esperamos, assim, contribuir de forma substantiva para o desejável aperfeiçoamento das técnicas arquivísticas e da metodologia de pesquisas, refletindo o que de melhor se faz em nosso país.

Não podemos deixar de mencionar a perda do ilustre jornalista Raul do Rêgo Lima, diretor-geral do Arquivo Nacional de 1970 a 1980, falecido no dia 18 de novembro último. Em sua administração empenhou-se em projetar internacionalmente esse órgão, por meio de iniciativas como o lançamento do *Mensário do Arquivo Nacional*, publicação que durante doze anos veiculou importantes trabalhos; continuou, igualmente, o programa editorial da instituição com títulos de alta qualidade. Registramos, assim, nosso pesar por seu falecimento e a gratidão que todos sempre lhe deveremos pela infatigável e singular direção à frente do Arquivo Nacional.

Os arquivos nacionais: estrutura e legislação*

Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco
Diretora-geral do Arquivo Nacional
Aurélio Wander Bastos
Consultor jurídico do Arquivo Nacional

Introdução histórica

As estruturas dos arquivos das nações, embora perpassadas pelas variantes que influem em sua história, em geral são similares e refletem o seu modelo político-administrativo. Há uma evidente tendência na legislação dos arquivos em organizá-los à imagem e semelhança do próprio Estado. A legislação de arquivos é um ensaio micro-administrativo da realidade político-constitucional de cada nação.

Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais e possibilita uma visualização das crises e alternativas da realidade política. Compreendê-los é compreender a história da formação nacional e identificar os fluxos e dessintonias do Estado moderno. A crise da política legal de arquivos retrata, portanto, a crise do próprio modelo administrativo contemporâneo.

Assim, se os arquivos fracionados do período medieval — arquivos secretos e cofres — demonstram uma visão exclusivista da guarda dos documentos dos príncipes e prelados, estes traduzem, também, uma estrutura incipiente e pessoal do Estado. Com o advento do Estado nacional moderno, em particular após a Revolução Francesa, há uma reversão evidente no entendimento das finalidades dos arquivos. Se originariamente podíamos falar em arquivos pessoais e particulares do príncipe, mais tarde o sentido de nacionalidade e a conseqüente democratização de sua guarda ampliam a di-

* Comunicação apresentada no Seminário Latino-Americano sobre Arquivos Nacionais, realizado em Brasília entre 4 e 8 de outubro de 1982. O texto recebeu a colaboração do grupo de trabalho formado por assessores e coordenadores do Arquivo Nacional, a saber: Marisa Rocha Motta, José Maria Jardim, Maria Odila Kahl Fonseca e Norma de Góes Monteiro.

menção pública dos acervos nacionais, propiciando uma imediata centralização da administração dos arquivos públicos.¹

A organização centralizada não é, todavia, uma característica dominante na formação dos arquivos nacionais. A história dos arquivos ingleses, como demonstrativo dessa observação, não representa a linha centralizadora da formação dos arquivos franceses. A organização de um modelo tipicamente descentralizante, em 1838, traduziu a realidade política inglesa. Conseqüentemente, há de se considerar que os modelos centralizantes ou descentralizantes de organização de arquivos são transcrições dos modelos de organização dos Estados.

Os países que atingiram sua unidade política no final do século XIX — Alemanha e Itália — estabeleceram arquivos centrais só no século XX.² Assim, criou-se o Arquivo Federal da Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial com o nome de Arquivo Central da Alemanha, subordinado ao Ministério do Interior. Até então houvera inúmeras alternativas de unificação da produção documental do reino alemão, o que foi retardado pela força de uma expressiva autonomia dos Länder.

A criação do Arquivo Federal da Alemanha foi profundamente influenciada pela necessidade de se reunir uma coleção arquivística que expressasse o conhecimento sobre a unidade alemã. A estrutura desse arquivo é a expressão dessa contigência histórica. Possui uma Divisão de Arquivo Militar, que organiza os documentos do Exército e da Marinha com o objetivo de desenvolver a pesquisa científica sobre a história do período de Bismarck e da Primeira Guerra Mundial. Da mesma forma, há uma Divisão de Documentos Privados e Arquivos Particulares com a finalidade de reunir diversos tipos de documentos de partidos, propaganda e cartazes.³

As circunstâncias de surgimento e consolidação dos arquivos públicos privilegiam mais os seus propósitos históricos do que os científicos ou administrativos. É não poderia ser de outra forma. A preocupação em organizar os arquivos, não só para a acumulação documental mas também para a pesquisa histórica e a viabilização administrativa, está intimamente associada à complexidade burocrática do Estado contemporâneo.

Por esse motivo, nem sempre encontramos nas leis uma transcrição evidente de processos de acumulação documental como forma de subsidiar o desenvolvimento. Encontramos, sim, resultantes administrativos dos confrontos entre os condicionantes da acumulação espontânea e os modelos de organização muitas vezes destoantes da realidade política e histórica do país. Não há como fugir à regra, principalmente no que se refere à América Latina, de os documentos depositados nos arquivos públicos não refletirem

1. Alfred Wagner, 'The administration of archives in Germany', em *Archives*, 6 (1963), pp. 67-77.

2. Idem, ib. e Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, *Guida generale degli archivi di Stato italiani* (Roma, 1981).

3. Bundesarchiv, Entwurf eines Gesetzes über die Sicherung und Nutzung von Archivgut des Bundes (Koblenz, 1981).

uma política de apoio e referenciação ao processo e ao progresso administrativo. É imprescindível que a política de acervos documentais e a organização das instituições de arquivo se prestem, fundamentalmente, a um papel de apoio à administração pública e à pesquisa científica.

Objetivos e definição do tema

Com este trabalho pretendemos demonstrar que, apesar de os arquivos terem uma formação predominantemente voltada para a acumulação documental, hoje deve absorver técnicas de organização que permitam estender os seus serviços até a administração pública. Da mesma forma, é imprescindível que se prestem à reconstrução histórica, não só cronológica, mas também crítica e científica.

Nesses termos, qualquer estudo sobre a formação histórica dos arquivos, cuja referência metodológica seja a legislação, deverá necessariamente considerar as correlações possíveis entre os fluxos de centralização e descentralização do Estado e sua organização. Além disso, terá de levar em conta a teoria que fundamentou a origem do Estado e a criação dos arquivos como centros de documentos historicamente significativos e, por fim, a influência dos modelos administrativos modernizadores como forma de harmonizar em uma única organização os arquivos permanentes, intermediários e correntes.

Formação e organização dos arquivos no Brasil

No Brasil o Arquivo Nacional foi previsto na Constituição imperial como centro para a guarda de leis⁴ e, à semelhança dos arquivos da Argentina e do México, idealizado no momento de afirmação da independência e da nacionalidade. Na realidade, criou-se em 1838 o Arquivo Público do Império,⁵ transformado durante a República em Arquivo Público Nacional,⁶ recebendo, posteriormente, a denominação de Arquivo Nacional.

Durante muitas décadas o Arquivo Nacional do Brasil exerceu as funções de recolhimento, guarda, classificação e conservação da documentação produzida pela administração pública, unicamente por força de sua tradição. Nesse sentido, foi estruturado e legalmente incorporado ao poder público através de uma série de leis, decretos e portarias ministeriais que visavam à definição de suas funções e à organização interna.⁷

Durante a década de 1930 criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em seguida, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

4. Constituição política do Império do Brasil de 25.3.1824, artigo 70.

5. Regulamento n.º 2, de 2.1.1838, que regula o artigo 70 da Constituição imperial de 25.3.1824.

6. Decreto n.º 10, de 21.11.1889, artigo único.

7. Decreto n.º 2.541, de 3.3.1860; decreto n.º 6.164, de 24.3.1876; decreto n.º 10, de 21.11.1889; decreto n.º 1.580, de 31.10.1893; decreto n.º 16.036, de 14.5.1923; decreto n.º 44.862, de 21.11.1958; e portaria n.º 600-B do Ministério da Justiça, de 15.10.1975.

Nacional.⁸ A definição de patrimônio histórico e artístico inclui o "conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".⁹ Na verdade, a prática do processo de tombamento (figura jurídica equivalente ao *classément* dos arquivos privados da França) esteve mais voltada, nesses cinquenta anos, para a preservação dos bens imóveis, especialmente de valor arquitetônico e artístico.

Nas últimas décadas, a racionalização e a modernização administrativa por que passou o país depois da formalização do decreto-lei n.º 200/1967 exigiu a especificação das áreas de competência ministerial, inclusive do Ministério da Justiça, ao qual está subordinado o Arquivo Nacional do Brasil. Ao retardar por mais de dez anos a formalização de seu espaço institucional no interior da administração pública federal, o Arquivo Nacional enfrenta hoje uma superposição de atribuições legais oficialmente assumidas por órgãos como o Departamento Administrativo de Serviço Público da Presidência da República (Dasp), órgão central do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), cuja atribuição, entre outras, é a de "expedir normas para disciplinar o uso, guarda, conservação, reprodução e incineração de processos de documentos".¹⁰

Este também é o caso do próprio Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura que, com a sua transformação em secretaria, passou a ter as seguintes finalidades: "inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país, bem como tomba e proteger o acervo paisagístico do país".¹¹

Atendendo a uma necessidade imperiosa de dar sustentação legal ao Arquivo Nacional, criou-se em 1978 o Sistema Nacional de Arquivos¹² e a Comissão Nacional de Arquivos.¹³ Sem dúvida, os dois instrumentos legais tiveram por objetivo principal o fortalecimento das atribuições formais e institucionais do Arquivo Nacional do Brasil como órgão central de um sistema nacional de arquivos.

No nosso entender, a formalização de um sistema definindo atribuições de sustentação de uma rede de normas, instituições e de fluxo de informações exige que o órgão central desse sistema seja legalmente institucionalizado e forte em termos administrativos, o que, lamentavelmente, não

8. Constituição brasileira de 10.11.1937, artigos 128 e 134; lei n.º 378, de 13.1.1937; e decreto-lei n.º 25, de 30.11.1937.

9. Decreto-lei n.º 25, de 30.11.1937, cap. I, artigo 1.º.

10. Decreto n.º 75.657, de 24.4.1975, artigo 4.º IV, B.

11. Decreto n.º 84.198, de 13.11.1979, especialmente o artigo 2.º. Ver *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória* (Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1980).

12. Decreto n.º 82.308, de 25.9.1978 (Sinar).

13. Portaria n.º 1.005, de 5.10.1979 (Conar).

é o caso do Arquivo Nacional. Não estamos no limite do paradoxo que encontramos na organização dos arquivos do Equador.¹⁴

Na verdade, o Sistema Nacional de Arquivos do Brasil sistematiza o que já se convencionou denominar como área tradicional de ação dos arquivos nacionais no que diz respeito ao recolhimento, guarda e preservação da documentação produzida pela administração pública federal, administração direta e indireta, deixando à margem os documentos produzidos pelos poderes Legislativo e Judiciário, assim como os dos estados, municípios, Distrito Federal e territórios.

As linhas gerais da organização do Arquivo Nacional do Brasil e do Sistema Nacional de Arquivos encontram-se no anexo 1.¹⁵

Assim, os arquivos dos poderes Legislativo e Judiciário, tais como os dos poderes públicos estadual e municipal, gozam no Brasil de acentuada autonomia e são acoplados ao Sistema Nacional de Arquivos apenas através de convênio,¹⁶ aliás modelo *sui generis* em relação a outros países. Se, por um lado, o modelo brasileiro de organização da administração de arquivos permite, de certa forma, uma autonomia de organização quanto aos poderes Legislativo e Judiciário, bem como aos estados e municípios, por outro lado traz para dentro do sistema as unidades organizacionais incumbidas das atividades de arquivo intermediário nas administrações direta e indireta.¹⁷ Isso não nos parece uma função meramente sistêmica, mas uma atribuição do Arquivo Nacional como órgão de administração direta, com o objetivo de recolher, guardar e preservar os documentos produzidos pelo poder público.¹⁸

A própria composição da Comissão Nacional de Arquivos (Conar), que assessora o Arquivo Nacional por ser o órgão central do Sinar, não inclui membros originários de setores similares do Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou dos arquivos estaduais e municipais.¹⁹ Parece-nos anômico que nos termos da legislação vigente o Arquivo Nacional não possua nenhum poder de interferência, seja do ponto de vista técnico ou normativo, seja no processamento dos documentos originários dos poderes Judiciário e Legislativo.

Finalmente, concluímos que o modelo descentralizado da organização dos arquivos brasileiros é peculiar. Tal especificidade guarda duas características. A primeira delas é que a legislação nacional de arquivos, sem se

14. Criado em 1884, o Arquivo Nacional do Equador teve aprovada, 98 anos depois da lei que o criou, o Sistema Nacional de Arquivos. Trata-se realmente de uma peça correta em termos conceituais e legais; no entanto, encontramos somente no último capítulo das Disposições Transitórias o estabelecimento de suas atribuições e funções administrativas.

15. Portaria n.º 600-B, de 15.10.1975 (regulamento do Arquivo Nacional); decreto n.º 82.308, de 25.9.1978 (Sinar); e portaria n.º 1.005, de 5.10.1979 (Conar).

16. Decreto n.º 82.308, de 25.9.1978, artigo 2.º, § único (Sinar).

17. Decreto n.º 82.308, de 25.9.1978, artigo 3.º, [itens II e III (Sinar).]

18. Portaria n.º 600-B, de 15.10.1975, artigo 2.º, n.º 2. Ver *Regimento do Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro, 1975).

19. Portaria n.º 1.005, de 3.10.1979, artigo 2.º (Conar).

referir, deixa ao arbítrio dos estados, municípios, poderes Legislativo e Judiciário a definição de seus próprios modelos. Conseqüentemente, a descentralização é acentuada no que se refere à autonomia dos poderes, o que em tese não nos parece aconselhável, e no que se refere à autonomia de organização arquivística dos estados e municípios, desviando-se da história constitucional brasileira. Em segundo lugar, se podemos falar em autonomia das diferentes órbitas de poder, não o podemos sob o ponto de vista legal, de autonomia de política arquivística dos órgãos componentes da administração executiva federal, mesmo a indireta. Todavia, a prática arquivística demonstra que a proposta legal não tem sido implementada. Ao contrário, identificam-se pontos isolados de resistência a uma política arquivística nacional, reduzindo o Arquivo Nacional à documentação histórica. Nesse sentido, embora a legislação reguladora da política arquivística do Poder Executivo seja centralizante, a sua prática não o é.

Tal situação dos arquivos nacionais, caracterizada principalmente pela hipertrofia de funções entre diferentes órgãos da administração pública, por uma ênfase descentralizante numa estrutura política de vocação centralizante e por uma dessintonia evidente entre a legislação e a prática arquivística, só se explica através da compreensão de nossa história e das dificuldades institucionais de nosso federalismo. Assim, o estudo e a compreensão da situação brasileira de arquivos e extensivamente da situação latina, como é o nosso objetivo final, exigem uma revisão do seu suporte retrospectivo — os arquivos franceses — e prospectivo — os arquivos americanos —, além de uma nítida radiografia de sua estrutura vigente de organização legal e administrativa.

Fundamentos e modelos da política internacional de arquivos

Nesses termos, tomando a nossa proposição como referência de análise, a organização administrativa brasileira de arquivos diverge do modelo francês, cuja formação histórica, no entanto, é semelhante à brasileira.

O modelo francês e a estrutura piramidal

O modelo francês é centralizado, cabendo à direção-geral dos arquivos franceses a atribuição legal do controle administrativo e técnico de todos os arquivos públicos — central, estadual e municipal.²⁰ Para exercer tais atribuições a direção dos Arquivos da França, vinculado ao Ministério da Cultura e da Comunicação, dirige de maneira direta os depósitos de arquivos nacio-

20. Michel M. Duchéin, *L'organisation administrative de la direction des Archives de France* (Paris, Direction des Archives de France, s.d.), p. 2.

nais e estaduais e *controla* os demais serviços de arquivos públicos (notadamente os municipais), à exceção dos documentos produzidos pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores.

Essa observação, em síntese, distingue o modelo de organização do arquivo francês do brasileiro, pois este último não dirige nem tem os arquivos estaduais e municipais sob seu controle. Conclui-se, portanto, que o modelo francês possui uma característica unitária mais nítida do que o modelo jurídico do federalismo brasileiro.²¹ Sob este aspecto a organização dos arquivos brasileiros no Império, devido à própria organização constitucional brasileira, cuja estrutura se estendeu de forma semelhante até o fim da Primeira República,²² guardava uma característica bem mais centralista e unitária.²³ No entanto, essa tendência, na legislação de arquivos, se dissolveu a partir da reforma de 1958.²⁴

Embora o modelo do sistema brasileiro de arquivos seja de um federalismo *sui generis*, não podemos afirmar que é unitário, pois deixa aos poderes Legislativo e Executivo, bem como aos estados e municípios, a competência para regulamentar o seu próprio patrimônio documental. Mas, ao contrário, é centralista no que se refere aos documentos do Poder Executivo.

Veja-se a organização do modelo francês de arquivos no anexo 2.

O organograma mostra com razoável clareza a estrutura definitivamente centralista dos arquivos franceses. Da mesma forma, percebe-se que tal modelo não se organiza sob a forma de sistema, procurando funcionalizar unidades ou serviços autônomos e independentes. Ao contrário, é hierárquico e rigidamente fechado, mesmo em relação ao arquivamento de documentos produzidos por órgãos descentralizados da administração.²⁵ De qualquer forma, na definição da estrutura geral dos arquivos, esse modelo não é explícito no tocante ao processamento dos documentos correntes e intermediários, talvez por falta de uma estrutura sistêmica clara e definida.

Conclui-se, assim, que os arquivos brasileiros vêm de uma tradição muito semelhante à do modelo francês. Contudo, após a década de 1970, procurou se redefinir em função dos modelos sistêmicos.²⁶ Tal superposição de modelos gera dificuldades para a implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Brasil. Soma-se a este fato a ausência de uma legislação substantiva que conceitue e regule a proteção do patrimônio documental.

21. José Alfredo de Oliveira Baracho, *Teoria geral do federalismo* (Belo Horizonte, Fumarc-UEMG, 1982).

22. Regulamento n.º 2, de 2.1.1858; decreto n.º 10, de 21.11.1889; decreto n.º 2.541, de 3.3.1860; decreto n.º 6.164, de 24.3.1876; decreto n.º 10.030, de 14.5.1923.

23. Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco et al., 'O contexto político da Revolução de Trinta', em *Dados*, 7 (1970), pp. 118-136.

24. Decreto n.º 44.862, de 21.11.1958. Ver *Regimento do Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro, 1975).

25. Estes documentos podem ser arquivados também nos arquivos departamentais, conforme se verifica no decreto n.º 79/1.037, de 3.12.1979, art. 7.º.

26. Decreto n.º 82.308, de 25.9.1978 (Sinar); portaria n.º 600-B do Ministério da Justiça, de 15.10.1975 (regulamento do Arquivo Nacional); portaria n.º 1.005, de 5.10.1976 (Conar).

Nesse sentido, a comissão designada pelo ministro da Justiça elaborou um anteprojeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.²⁷

As organizações tradicionais de arquivos, especialmente na América Latina, são baseadas em estruturas hierárquicas e guardam uma vocação culturalista, acentuadamente condicionada por métodos políticos de organização. Por sua vez, os modelos sistêmicos, atendendo a uma proposta modernizadora quanto às técnicas de organização, têm uma vocação predominantemente administrativa e procura integrar a acumulação documental ao processo de desenvolvimento administrativo e científico. Os documentos valem enquanto forem úteis ao processo de decisão, e não como depósitos. Assim, a visão sistêmica para uma política moderna de arquivos implica definir os fluxos da documentação desde sua produção até seu arquivamento definitivo nos arquivos permanentes, passando pelos arquivos correntes e intermediários. No entanto, este é o paradoxo da política de arquivos, não só no Brasil mas também nos outros países latinos: sobreviver às estruturas políticas e hierárquicas, além de resguardar uma política culturalista com objetivos documentais exclusivamente históricos, ou modernizar-se e implementar uma política de organização de documentos voltada às exigências da eficiência administrativa do Estado e do desenvolvimento científico.

O modelo norte-americano e a estrutura sistêmica

O modelo sistêmico de organização dos arquivos norte-americanos representa a primeira tentativa de ruptura da tradição arquivística européia, caracterizada pela ênfase aos arquivos permanentes ou históricos. A opção dos Estados Unidos por esse modelo deu-se no âmbito de importantes mudanças político-administrativas ocorridas naquele país depois da Segunda Guerra Mundial. A instalação da Commission on Organization of the Executive Branch of the Government, a chamada Comissão Hoover, inicia um processo de profunda reforma administrativa, na área do controle, sobre a geração, armazenamento e destinação da documentação produzida pelo governo federal. Entre essas reformas estão: a transformação do National Archives Establishment em National Archives and Records Services; a criação de um sistema federal de arquivos intermediários (*federal centers* e *records centers*); e a assinatura do Federal Records Act/50, no qual aparece pela primeira vez o conceito de *records management*, ou seja, a gerência de documentos desde a sua produção até a sua destinação final.²⁸ O impacto causado por es-

27. Portaria n.º 864 do Ministério da Justiça, de 9.9.1980, que cria um grupo de trabalho para proceder levantamento dos problemas de arquivos no país e sugerir medidas de natureza legislativa e administrativa.

28. Frank B. Evans, 'Archivists and records management: variations on a theme', em *The American archivist*, 30 (1967), pp. 45-58; J. J. Hammitt, 'Government archives and records management', em *The American archivist*, 28 (1965), pp. 219-222; e Wayne C. Grover, 'Recent development in federal archival activities', em *The American archivist*, 14 (1951), pp. 3-12.

sas reformas na teoria arquivística se fez sentir pela conseqüente enunciação da teoria das três idades, onde os arquivos correntes e intermediários são equiparados em *status*, ao arquivo histórico.

O organograma do anexo 3 nos permite ter a visão de conjunto do sistema de arquivos norte-americanos.

Como se observa, no esquema de estrutura legal dos arquivos dos Estados Unidos e do Brasil,²⁹ podemos identificar algumas semelhanças e diferenças. Assim, da mesma forma que os arquivos brasileiros este é um sistema federal de organização de documentos, sendo que a legislação, tal como a brasileira, deixa em aberto a integração dos arquivos estaduais e municipais. Todavia, vale observar que aquele país carrega uma tradição federalista e descentralizada³⁰ bastante diferente da organização federalista brasileira.³¹ Conclui-se, portanto, que o modelo de organização de arquivos no Brasil deve considerar a importância de se integrar os arquivos estaduais ao Sistema, pelo menos normativamente. A maior diferença entre o modelo brasileiro e o norte-americano está no fato de este possuir um órgão normativo específico — o Departamento de Gestão e Informação.

A ausência de uma política normativa dificulta a funcionalidade sistêmica dos arquivos brasileiros. Assim, se falta um órgão normativo, faltam os canais imprescindíveis para o fluxo documental.

Portanto, parece-nos aconselhável na definição das diretrizes que devem presidir a fixação da política de arquivos, não só no Brasil como em qualquer outro país, levar em consideração que, para se modernizar a organização de arquivos, é necessário reconhecer a tradição arquivística. Nesse sentido, quando se pensa na definição de um modelo sistêmico para o Brasil, aliás já esboçado no decreto/Sinar, deve-se principalmente levar em conta a origem hierárquica e preservacionista do modelo brasileiro e a nossa tradição federalista, que define as linhas gerais da competência dos estados e dos municípios.

Da mesma forma, para se cumprir a nova dimensão da política de arquivos, é imprescindível a implementação dos fluxos de deslocamento e absorção, pelo sistema nacional de arquivos, dos documentos correntes, produzidos não só pelas administrações direta e indireta,³² mas também pelos poderes Judiciário³³ e Legislativo.³⁴

29. Decreto n.º 82.308, de 25.9.1978 (Sinar).

30. Ver José Alfredo de Oliveira Baracho, op. cit., pp. 150-186.

31. Idem, ib., p. 186.

32. Decreto n.º 82.308, de 25.9.1978 (Sinar).

33. Portaria n.º 600-B/75 do Ministério da Justiça, artigo 6.º, item III. Ver *Regimento do Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro, 1975).

34. Portaria n.º 600-B/75 do Ministério da Justiça, artigo 6.º, item I. Ver *Regimento do Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro, 1975).

Nesses termos, a questão se desloca principalmente para a estruturação e organização dos arquivos intermediários brasileiros. A lição do modelo norte-americano é significativa: centralização administrativa, descentralização regional dos depósitos federais e independência dos arquivos estaduais em relação à estrutura do governo federal. A legislação dos estados, por sua vez, é inteiramente independente da do governo federal.

Os arquivos latino-americanos: problemas e alternativas

O modelo norte-americano tem exercido significativa influência na reestruturação dos arquivos da América Latina, especialmente quanto à acomodação orgânica dos depósitos intermediários. A situação dos arquivos brasileiros, todavia, não é exatamente igual à dos países latinos de língua espanhola, embora não possamos negar que, da mesma forma que o nosso, nasceram sob a influência do modelo piramidal mas se modernizam sob a influência do modelo de sistemas. Contudo, não há como negar que os arquivos latino-americanos se caracterizam pela ausência de uma infra-estrutura significativa, capaz de garantir o funcionamento de arquivos de vocação nacional.

Na América Latina os primeiros arquivos constituídos são o do Brasil e os das sedes dos vice-reinados do domínio espanhol. Da mesma forma que o Peru e o México, o Brasil e a Argentina são exemplos claros do seguinte procedimento: durante o período colonial conseguiram, ainda que precariamente, reunir e preservar parte do patrimônio documental colonial e metropolitano. Tiveram seus arquivos organizados logo após a segunda década do século XIX. Porém, tão logo instalados os regimes republicanos (na Argentina em 1810, e no Brasil em 1889), teve início o processo de declínio da incipiente política documental ainda de características ibéricas.³⁵ Nessas condições não poderia haver diferenças substantivas na formação dos arquivos da América Latina.

Selecionamos, como referência comparativa ao modelo brasileiro e para nos permitir a sugestão de linhas alternativas à América Latina, os modelos do México e do Peru, com observações sobre os arquivos da Argentina. Duas razões óbvias presidiram a nossa orientação: em primeiro lugar, trazer para a discussão comparativa modelos administrativamente definidos e representativos de estruturas políticas diversas — centralizantes e descentralizantes — e, em segundo lugar, mostrar uma orientação mais clara sobre o conceito de patrimônio documental.

35. César A. García Belsunce, *The archives of Argentina: problems and solutions* (Buenos Aires, Archivo General de la Nación, s.d.), e Aurélio Wander Bastos, 'A ordem jurídica e os documentos de pesquisas no Brasil', em *Arquivo e administração*, 8 (1980), pp. 3-18.

O Arquivo Geral da Nação da Argentina,³⁶ subordinado ao Ministério do Interior, tem por finalidade guardar a documentação produzida pela administração pública federal, à exceção dos arquivos de instituições especializadas em determinados temas históricos. A documentação produzida pelos estados não é de responsabilidade do Arquivo Geral da Nação, mas alguns arquivos estão vinculados ao governo federal por meio da Subsecretaria de Cultura do Ministério da Educação, como os das províncias de Buenos Aires e Rio Negro. Com o objetivo de articular essas instituições com atribuições no campo arquivístico criou-se, através de uma lei de 1961, a Comissão Nacional de Arquivos, presidida por um elemento designado pelo Poder Executivo e com representantes do Ministério da Defesa Nacional, do Arquivo Geral da Nação, do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, da Academia Nacional de História, do Arcebispado de Buenos Aires e de três estados, dentre os quais é eleito o vice-presidente.

A estruturação orgânica do Arquivo Geral da Nação da Argentina pode ser vista no anexo 4.

Ainda hoje são raros os arquivos nacionais latino-americanos que conseguiram superar a fase da ausência de medidas ou mesmo a impossibilidade de encaminhar soluções para os seguintes problemas:

a) instalações físicas capazes de dar segurança ao patrimônio documental de uma nação;

b) legislação que garanta a autoridade legal das instituições com atribuição de recolher, preservar, guardar e dar acesso ao patrimônio documental;

c) corpo de profissionais de nível científico e técnico, aptos a desenvolverem as tarefas impostas ao órgão a que estão subordinados;

d) estrutura orgânica capaz de absorver o fluxo documental e articular as múltiplas tarefas que cabem a um arquivo nacional.

Se comparado ao modelo argentino, a estrutura de organização dos arquivos da República Dominicana apresenta algumas características significativas para a dimensão da realidade latino-americana. Tal como os arquivos argentinos, os da República Dominicana vinculam-se ao Ministério do Interior.³⁷ Divergentes quanto a essa linha de vinculação, os arquivos do Chile³⁸ e do Equador³⁹ são ligados ao Ministério da Educação e Cultura, o Arquivo Geral da Nação do México à Presidência da República⁴⁰ e os arquivos nacionais do Brasil⁴¹ e Peru⁴² subordinados ao Ministério da Justiça. Tal aproximação da política de arquivos no Brasil com a política federal de

36. Argentina: leis, decretos etc., 'Ley n.º 15.930, de 10 de noviembre de 1961' em *Archivum*, 21 (1971), pp. 22-25.

37. República Dominicana, Secretariado Técnico de la Presidencia, *Manual* (dat.).

38. Chile: leis, decretos etc., 'Chile', em *Archivum*, 23 (1982), pp. 123-124.

39. Equador: leis, decretos etc., *Registro oficial*, 2 (1982), pp. 3-6.

40. México: leis, decretos etc., 'México', em *Archivum*, 23 (1982), p. 259.

41. Decreto-lei n.º 200, de 25.2.1967.

42. Peru: leis, decretos etc. 'Peru', em *Archivum*, 23 (1982), p. 284.

Justiça tem razões exclusivamente históricas e se explica pela importância assumida pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores na formação do Estado nacional, como se verifica muito nitidamente na legislação do Império brasileiro.⁴³

Apesar da significância de tais modelos, pareceu-nos que, para efeito deste trabalho, tanto os modelos da República Argentina quanto os do Chile, do Equador e da República Dominicana não apresentam uma estrutura suficientemente consolidada para controlar o patrimônio e a gestão documental. O estudo e a definição de um modelo de arquivos para a América Latina, especialmente tomando a estrutura brasileira como ponto comparativo, devem ser realizados a partir de modelos administrativos sólidos ou de figuras jurídicas explícitas.

O Sistema de Arquivos Administrativos (intermediários) e Históricos (permanentes) da República do México,⁴⁴ dirigido pelo Arquivo Geral da Nação, assemelha-se em parte com o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar),⁴⁵ orientado pelo Arquivo Nacional do Brasil, especialmente no que se refere às suas funções coordenadoras da política de arquivos.

Da mesma forma que o do Brasil,⁴⁶ o sistema mexicano de arquivos atribui ao Arquivo Geral da Nação uma função coordenadora acentuadamente autônoma, contribuindo para esse processo os conselhos técnicos dos arquivos administrativos e históricos da República e os arquivos estaduais e municipais. Porém, se existe entre eles uma semelhança de funções de coordenação, não podemos afirmar serem similares os respectivos espaços políticos de suas esferas de ação.

O sistema brasileiro limita-se a coordenar condutas arquivísticas na administração federal.⁴⁷ Neste sentido, as suas possibilidades de interferir na política estadual e municipal de arquivos são meramente formais, carecendo o assunto de legislação específica. Todavia, isto não ocorre com o sistema mexicano de arquivos, pois sua centralização não se reduz à coordenação, mas reflete, também, uma ampliação de sua competência através do funcionamento de dois conselhos diretamente vinculados à Direção-Geral com finalidades técnico-consultivas, isto é, articular as unidades ao setor público e aos arquivos dos estados e municípios. No Brasil, os arquivos estaduais e municipais, bem como os dos demais poderes da União — Legislativo e Judiciário —, integram-se ao sistema não por força de lei, mas por convênios, resguardando, dessa maneira, a vontade política das instituições envolvidas com o problema de arquivos.⁴⁸

43. *Leis* (regulamento n.º 2, de 1. 2. 1888).

44. Archivo General de la Nación, *Planificación de las infraestructuras nacionales de documentación, bibliotecas y archivos* (México, s.d.).

45. Decreto n.º 82.308, de 25.9.1978, artigo 3.º (Sinar).

46. *Idem*, artigo 4.º (Sinar).

47. *Idem*, artigos 4.º e 5.º (Sinar).

48. *Idem*, artigo 2.º, § único (Sinar).

Acreditamos, no entanto, que assim como o sistema mexicano, o brasileiro utiliza conselhos consultivos como instâncias de apoio técnico e político. Assim, a Comissão Nacional de Arquivos (Conar)⁴⁹ corresponde, de certa maneira, aos comitês técnicos. Estes, porém, ampliam sua orientação política para a área de arquivos estaduais e municipais, enquanto, no Brasil, as atividades de assessoria na política de arquivos encontram-se limitadas aos arquivos intermediários e permanentes da área da administração pública federal.⁵⁰ Trata-se muito mais de uma atribuição direta de guarda e preservação do próprio órgão — Arquivo Nacional — do que uma função sistêmica, que deveria atingir todo o universo arquivístico do país.

Em tese, pelo menos do ponto de vista formal, o sistema de arquivos mexicanos responde muito mais à teoria das três idades dos documentos — de arquivos correntes, intermediários e permanentes — e, nessa medida, é mais explícito sob o ponto de vista orgânico do que o brasileiro.

A estrutura orgânica do Arquivo Geral da Nação do México se apresenta no anexo 5.

Os arquivos mexicanos organizam-se ainda em dois outros subsistemas: arquivos administrativos (intermediários) e arquivos históricos (permanentes). Tanto a Coordenação de Arquivos Administrativos quanto a de Arquivos Históricos têm dupla finalidade no interior do subsistema/sistema: executam a política documental no que diz respeito aos arquivos da administração pública federal, além de coordenarem e assessorarem os órgãos com atribuições arquivísticas em todo o país.

Por fim, ressalte-se como regra geral de todo o sistema de arquivo na América Latina uma evidente lacuna no que tange ao tratamento a ser dado aos arquivos privados. Esta é uma tônica para a qual a legislação brasileira está atenta,⁵¹ mas é também um problema verificável na estrutura mexicana.⁵² Assim, não se identifica na definição das funções dos órgãos encarregados da administração de arquivos no México a específica competência para recolher documentos de instituições privadas.⁵³

Na legislação latino-americana a definição mais clara sobre documentos privados e a competência para tratar deles encontra-se na legislação peruana,⁵⁴ embora se estabeleçam níveis legais de distinção entre tipos de documentos nem sempre claros. Assim, para a legislação peruana os documentos privados constituem patrimônio documental da nação tanto quanto

49. Idem, artigo 7.º (Sinar), e portaria n.º 1.005, de 3.10.1979 (Conar).

50. Decreto n.º 82.308, de 25.9.1978, artigo 7.º, item IV (Sinar).

51. Anteprojeto de lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, elaborado por comissão designada pelo ministro de Estado da Justiça, portaria n.º 864, de 9.9.1980.

52. Archivo General de la Nación, Dirección de la Coordinación de Archivos Administrativos, *Manual de organización* (México, 1980), pp. 11-23.

53. Idem, ib., p. 24.

54. Decreto-lei n.º 19.414, de 29.10.1975, da República do Peru sobre 'Defesa, conservação e incremento do patrimônio documental' e o decreto supremo de 022-75-ED que regula o decreto-lei n.º 19.414.

os documentos históricos, notariais, eclesiásticos, paroquiais e de conventos, que sirvam de fonte de informação para o desenvolvimento cultural, científico e educacional.⁵⁵ Deve-se destacar que, de acordo com a legislação peruana, as pessoas físicas ou jurídicas que possuam documentos de interesse público, histórico ou cultural não perdem a posse dos mesmos, embora devam registrá-los no Arquivo Geral e conservá-los integralmente.⁵⁶

De qualquer forma, a legislação peruana, mais incisivamente que a brasileira, procura definir uma orientação substantiva para seu patrimônio documental. O Brasil, até o presente momento, não conseguiu uma orientação sobre essa conceituação,⁵⁷ dificultando na prática a própria ação de recolhimento de documentos públicos.

Diversamente do Brasil, e até mesmo do México, o Arquivo Geral do Peru é um organismo público descentralizado, com autonomia técnica e administrativa, e constitui o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos.⁵⁸ Assim, ligado ao Ministério da Justiça, tem uma Direção-Geral seguida por uma Direção Executiva, às quais se vinculam os arquivos histórico, intermediário e departamentais.⁵⁹ Esses arquivos não têm qualquer semelhança com os arquivos estaduais do Brasil. Ao contrário, são agentes descentralizados da política do Arquivo Geral da Nação. Os arquivos departamentais, juntamente com os arquivos públicos (estes sim vinculados aos estados ou aos cartórios), perfazem o Sistema Nacional de Arquivos.⁶⁰

O organograma do anexo 6 indica a estrutura geral de organização de arquivos do Peru.

Conclusões e sugestões para um modelo alternativo

Como se pôde observar, a estrutura geral dos arquivos mexicano e peruano não corresponde exatamente ao modelo brasileiro, assim como este e os outros não correspondem aos da França e dos Estados Unidos.

A legislação brasileira de arquivos preocupou-se mais em esclarecer os problemas de competência para guarda e recolhimento de documentos do que em elucidar e definir a parte substantiva do patrimônio documental,⁶¹ o que não acontece com a legislação peruana. Vale observar que o modelo brasileiro de arquivos se encontra basicamente voltado para a problemática arquivística do Poder Executivo federal, no nível das administrações direta e

55. Decreto-lei n.º 19.414, de 29.10.1975, artigo 2.º

56. *Idem*, artigo 7.º

57. Anteprojeto de lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, elaborado por comissão designada pelo ministro de Estado da Justiça, portaria n.º 864, de 9.9.1980.

58. Decreto supremo n.º 7, de 22.1.1982

59. Archivo General de la Nación, *Decreto supremo 007-82-JUS* (Lima, 1982), artigos 1.º e 2.º.

60. Archivo General de la Nación, *Decreto legislativo n.º 120/82* (Lima, 1982), artigo 5.º

61. Aurélio Wander Bastos, 'A ordem jurídica e os documentos de pesquisas no Brasil', em *Arquivo e administração*, 8 (1980), pp. 3-18.

indireta,⁶² de forma semelhante ao modelo norte-americano, o que não acontece com os modelos francês, peruano e mesmo mexicano.

Parece-nos, finalmente, ser quase impossível definir as linhas de identidade absoluta entre as diferentes estruturas nacionais de arquivos. Ficamos também impedidos de afirmar a existência de uma dessemelhança absoluta. Isto nos possibilita, de certa forma, se não traçar um modelo geral de organização de arquivos, pelo menos, como etapa intermediária, fazer algumas sugestões de alcance médio, buscando principalmente resguardar a estrutura consolidada dos arquivos históricos e, ao mesmo tempo, absorver as propostas modernizadoras dos modelos sistêmicos.

As linhas gerais deste trabalho permitem-nos fazer sugestões para a elaboração de leis orgânicas de arquivos, voltadas à preservação documental, à eficiência administrativa e ao desenvolvimento científico.

— A política de orientação arquivística nos países desenvolvidos não deve ser exatamente a mesma dos não desenvolvidos. Nos primeiros, a política de arquivos deve apenas cobrir as suas insuficiências e projetar o desenvolvimento futuro, e nos segundos, desenvolver esforços para criar e consolidar uma política nacional de arquivos.

— Na América Latina a política das leis no campo arquivístico tem se sobreposto à modernização administrativa. É imprescindível conciliar a eficiência administrativa com as alternativas legais. Sua política deve refletir a estrutura constitucional e administrativa do país, a fim de se evitarem anomias do funcionamento das estruturas de arquivos.

— A política nacional de arquivos deve se orientar de acordo com uma descentralização regional de acervos e uma centralização normativa e informativa, estimulando o desenvolvimento de uma teoria e prática arquivística.

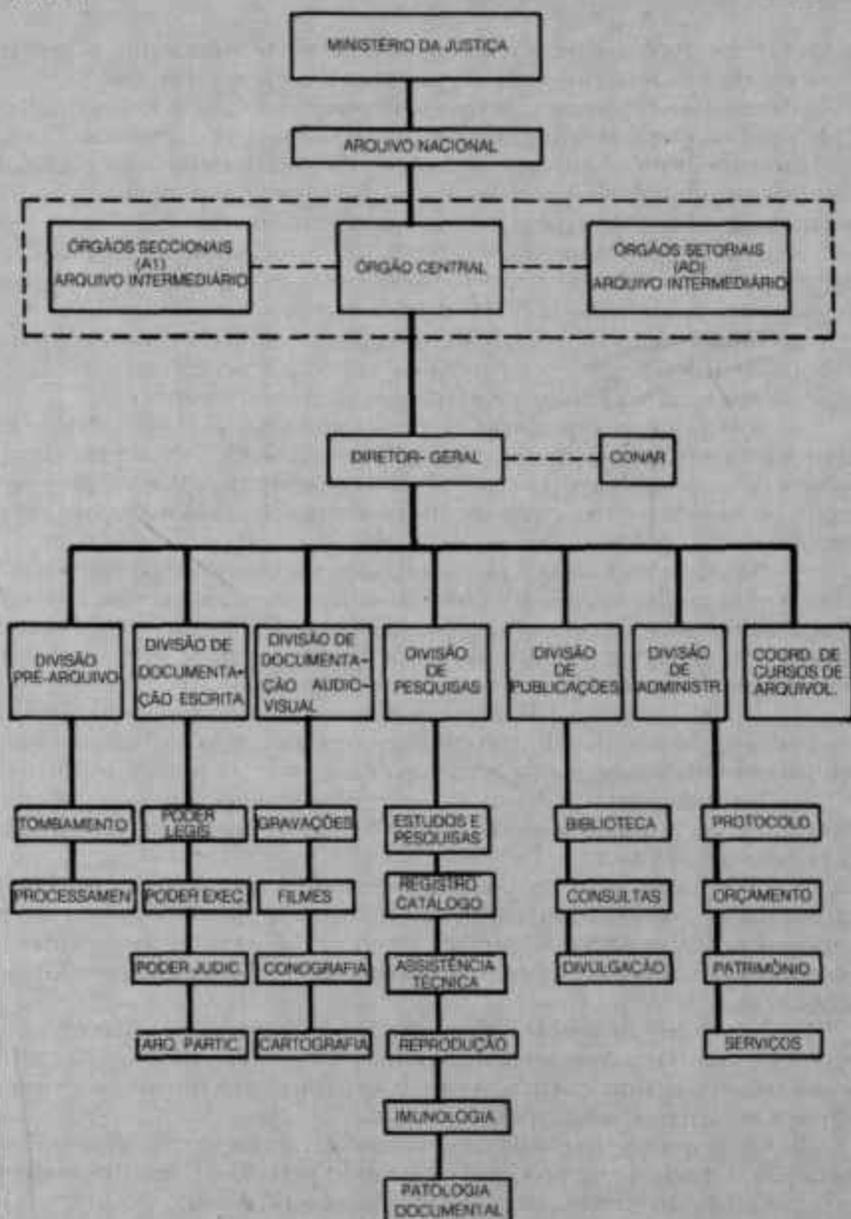
— É fundamental a definição de legislações nacionais que garantam autoridade aos arquivos nacionais como órgãos de controle e coordenação da política arquivística.

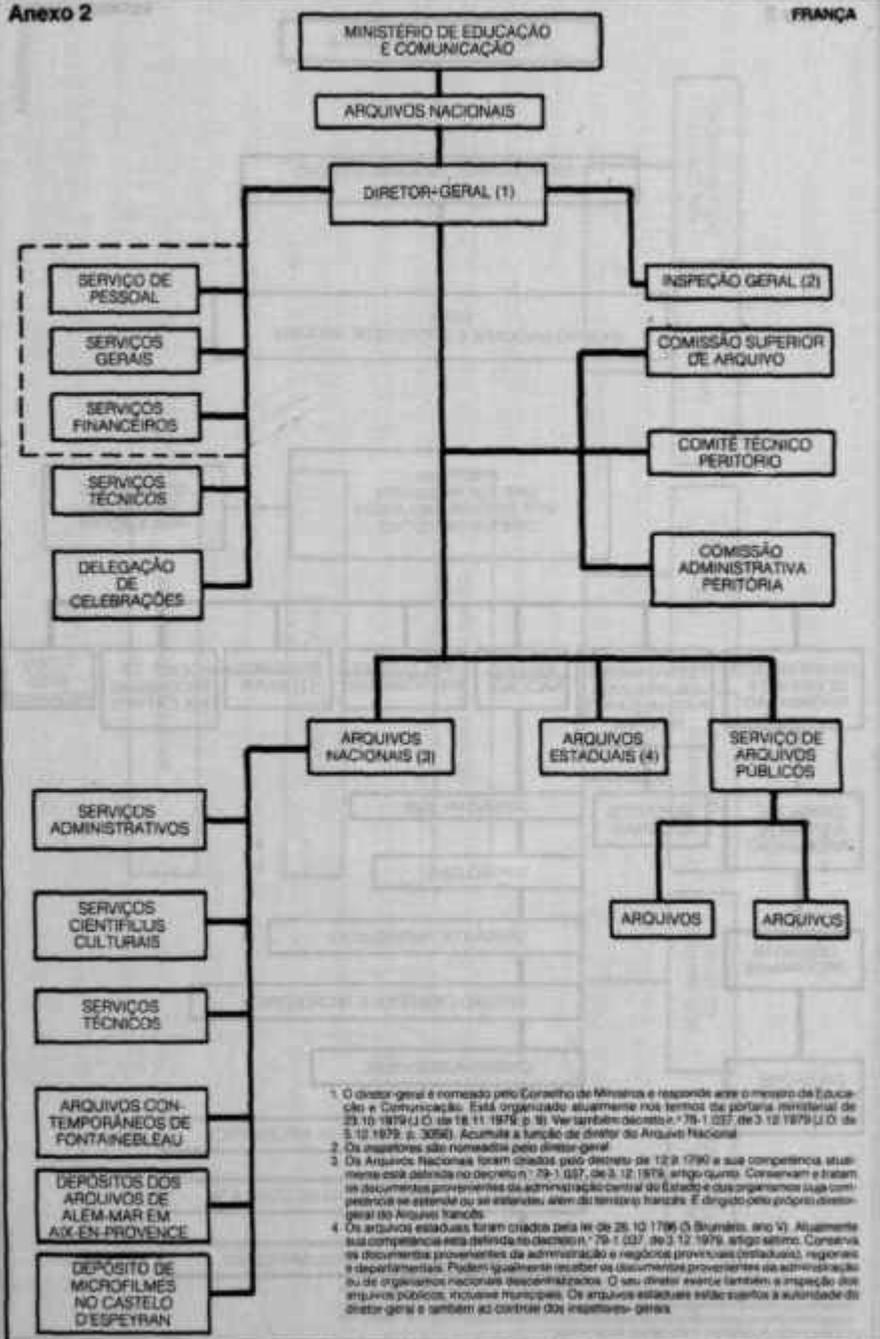
— A reformulação da política documental de um país associa-se à reformulação político-administrativa. Os arquivos nacionais devem ser incorporados à administração pública como órgãos centrais com poder de comando sobre a política nacional de arquivos correntes, intermediários e permanentes.

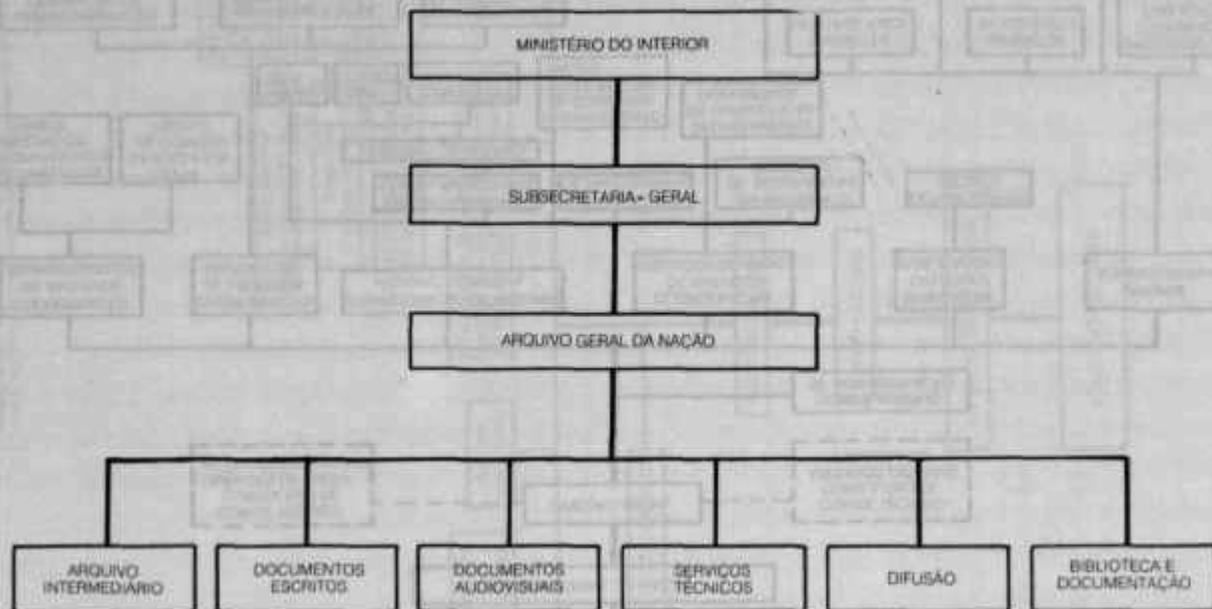
— Nos países de ampla rede arquivística, cabe aos arquivos nacionais recolher e guardar a documentação pública nacional e, como órgão central de um sistema, definir normas gerais de organização e funcionamento dos arquivos estaduais e municipais.

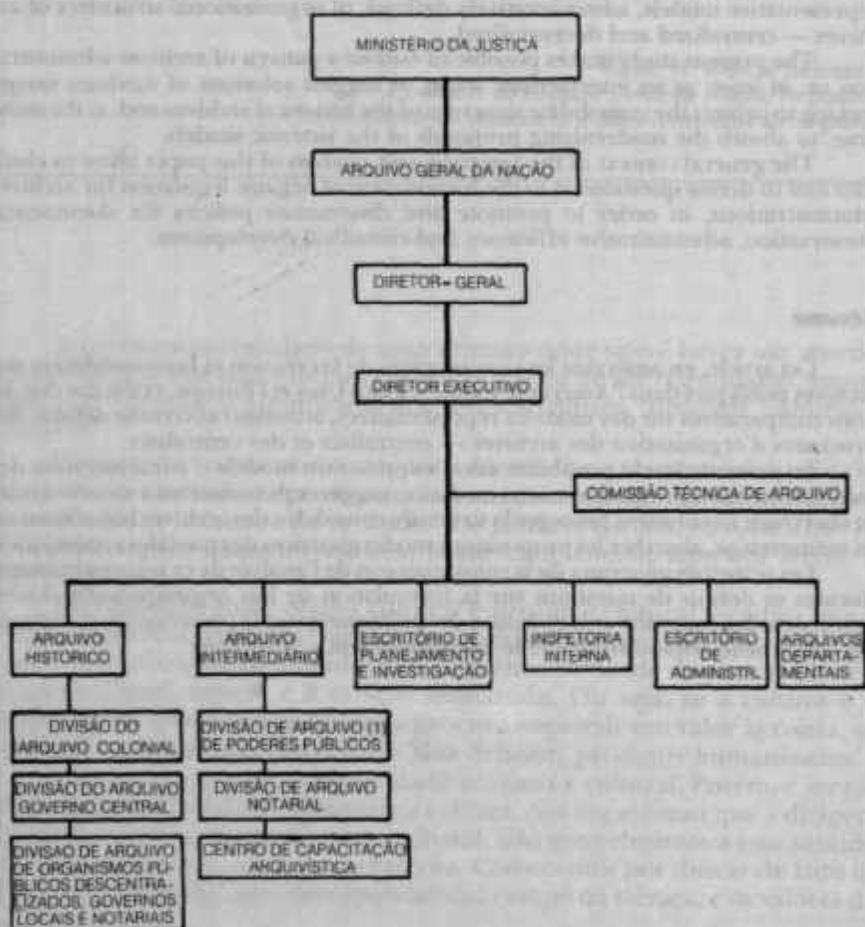
— Os arquivos nacionais devem buscar formas de integrar o fluxo documental desde a sua produção, passando pelas fases de arquivamento corrente e intermediário, até a sua destinação final como documento de arquivo permanente.

62. Portaria n.º 600-B do Ministério da Justiça, de 15.10.1975 (regulamento do Arquivo Nacional); decreto n.º 82.308, de 25.9.1978 (Sinar); e portaria n.º 1.005, de 5.10.1979 (Conar).









1. Delegação de receber documentos dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, Conselho Nacional de Magistratura, Ministério do Planejamento, governos locais, Juntas de Deputados e entidades do Estado em geral.

Abstract

This article, analysing the circumstances of the uprising and consolidation of public archives in Latin America, United States and Europe, discuss comparatively representative models, administratively defined, of organizational structures of archives — centralized and decentralized.

The present study makes possible to outline a pattern of archives administration or, at least, as an intermediate stage, to suggest solutions of medium range, seeking to protect the consolidate structure of the historical archives and, at the same time, to absorb the modernizing proposals of the systemic models.

The general context of the assertion and analysis of this paper allow to elucidate and to define questions as to the formulation of organic legislation for archives administrations, in order to promote and disseminate policies for documental preservation, administrative efficiency and scientific development.

Résumé

Cet article, en analysant les circonstances de la création et la consolidation des archives publiques dans l'Amérique Latine, l'États-Unis et l'Europe, établit des discussions comparatives sur des modèles représentatifs, administrativement définis, des structures d'organisation des archives — centralisés et des centralisés.

Le présente étude possibilite sinon esquisser un modèle d'administration des archives, au moins, como étape intermediaire, suggérer des solutions à moyen terme, en cherchant notamment protéger la structure consolidée des archives historiques et, au même temps, absorber les propositions modernisatrices des modèles systémiques.

Les principes généraux de la constatation et de l'analyse de ce texte permettent élucider et définir de questions sur la formulation de lois organiques d'archives, concernant la promotion et la diffusion des politiques pour la préservation documentaire, l'efficacité administrative et le développement scientifique.

Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural*

César A. García Belsunce
Ex-diretor do Arquivo Geral da Nação, Argentina
Ex-presidente da Associação Latino-Americana de Arquivos

A primeira necessidade de uma reunião deste tipo é haver um acordo terminológico. Por isso, embora correndo o risco de ser redundante, comecarei por precisar o significado dos termos cultura, atividade cultural e similares.

Enquanto a natureza é o conjunto do criado e entregue a seu próprio crescimento, a cultura é o processo que tende a incorporar um valor, seja este de utilidade, de beleza ou de verdade. Mas também é o bem ou coisa a que se incorpora algum daqueles valores; nesse caso, encontramos-nos frente a objetos culturais.¹

Tal distinção entre objeto cultural e processo cultural significa que a cultura é não só o criado ou transformado, mas também o ato dessa transformação. Não só o quadro pintado, mas também a atividade do pintor. Esta é a criação cultural, aquele é a criação objetivada. Ou seja, se a cultura é o processo pelo qual a mente humana procura imprimir um valor às coisas, os produtos culturais são, como dizia Max Scheler, produtos humanizados.

Em sentido amplo, toda atividade humana é cultural. Porém, é inegável que quando se fala de fomentar a cultura, dos organismos que a dirigem ou a estimulam ou do patrimônio cultural, não nos referimos a esse sentido lato, mas a uma concepção mais restrita. Comecemos por deixar de lado os valores de utilidade, que correspondem ao campo da técnica, e os valores de

* Comunicação apresentada no Seminário Latino-Americano sobre Arquivos Nacionais, realizado em Brasília entre 4 e 8 de outubro de 1982. Tradução de Sandra Lazzarini.

1. Falo de 'objetos' no sentido genérico de bens que podem ou não estar representados por uma matéria física; os mitos, as crenças religiosas, as ideologias políticas, as técnicas artesanais, os objetos de arte etc.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 1	n. 1	p. 1-132	jan.-jun. 1986
--------	----------------	------	------	----------	----------------

verdade, equivalentes ao campo da ciência.² Para alguns, o cultural reduz-se ao que, até pouco tempo, se considerava como humanidades clássicas; para outros, limita-se ao valor beleza. Prefiro referir-me ao cultural ou, mais precisamente, ao patrimônio cultural como o conjunto dos processos criadores e dos produtos criados que evidenciam as características distintivas de uma determinada sociedade e permitem reconhecer neles a participação em tal sociedade e esta ser conhecida ou reconhecida através deles. Assim, a ação criadora de um novelista ou de um escultor são processos culturais e o artesanato andino, a música afro brasileira e as lendas dos pampas sobre o menino-diabo e o lobisomem são objetos culturais.

A circunstância de os limites do cultural serem tão amplos quanto difusos gerou um tratamento diferenciado à promoção e à proteção cultural, segundo as tradições, os interesses e os recursos de cada país, além de suscitar a criação de organismos estatais responsáveis por faculdades e competências de extensão grandemente variável.

Característica dominante na América Latina, a função do Estado em relação à cultura não é a de 'criar cultura', mas de propagá-la e promovê-la, gerando condições favoráveis à criação cultural, à difusão e à valorização de seus objetos. Poder-se-ia dizer que o mais importante para o Estado são os aspectos operacionais da cultura. Nesse contexto, estende-se o critério de proteção do patrimônio documental tanto para assegurar a existência de condições que possibilitem a criação cultural — legislação dos direitos autorais, instituição de prêmios etc. — quanto para proteger o próprio objeto cultural — proibição de se destruir ou exportar, instituição de repositórios para sua adequada conservação etc.

O campo do documental mostra-se, em princípio, mais definido. Pode haver — já quase não existe — alguma hesitação quanto aos vários tipos documentais que o integram; mas é indubitável que, definindo-se o documento como aquilo que tem por finalidade imediata provar, testemunhar ou descrever algo e se reconhecendo que o valor permanente de um documento reside na sua qualidade informativa, não há qualquer dificuldade em se afirmar que o patrimônio documental é o conjunto de documentos de valor informativo produzido pelas pessoas públicas e privadas, físicas e morais de uma determinada jurisdição.

Esse patrimônio documental tem recebido habitualmente, nas legislações nacionais, um tratamento diferenciado do patrimônio cultural. A própria independência administrativa dos organismos encarregados de proteger o patrimônio documental ainda é objeto de controvérsias e os arquivos nacionais caem muitas vezes na órbita dos ministérios de Cultura, de Justiça ou de governo.

Tal dependência administrativa foi fixada, em certas ocasiões, por motivos pragmáticos, e outras por motivos meramente tradicionais. Poucas

2. Os valores de bondade, que correspondem ao domínio da ética, ainda que alguns os submetam aos valores de verdade, encontram-se igualmente separados.

vezes derivou de uma concepção acerca da natureza ou da função do patrimônio documental. Desta forma, sente-se a tentação de definir essa natureza, ou seja, a substancialidade do objeto documental, para se determinar a sua inclusão nos conceitos de objeto cultural, objeto técnico ou objeto científico.

Porém, adentrando-se aos poucos por esse caminho, vai-se descobrindo que o documento participa, de acordo com o caso, de uma ou outra natureza e que um mesmo documento pode contê-las simultaneamente, sendo que a adscrição a cada esfera depende mais da intenção do usuário que das condições intrínsecas do documento.

O particular, o essencial, é que contenha informação, vale dizer, que sua natureza seja antes de tudo testemunhal, no sentido amplo do termo. E se o testemunhal se relaciona com a verdade, pode servir a múltiplos fins e à indagação de outros valores, o que destaca o seu caráter instrumental. Em conseqüência, todo enquadramento do documental baseado em um critério de substancialidade corre o risco de estreitar a órbita de utilização daquele valor testemunhal e, de fato, conduz a seu isolamento ou setorização, quer do ponto de vista conceitual, quer do administrativo.

Parece-me, assim, muito mais apropriado acentuar a funcionalidade do documento, pois abre um leque de possibilidades e pode abarcar, sem qualquer violência, tanto os usos especulativos quanto os práticos e populares.

Qual é a função do documento? Qual é a função do arquivo? Sem dúvida, é a de oferecer informação aos mais variados fins, uma informação que, como fiz notar em outra oportunidade, é contextual e diacrônica.⁵

A função informativa é uma função em crescimento no mundo atual; se me permitem dizê-lo, é uma função privilegiada em relação ao desenvolvimento das comunidades nacionais. O patrimônio documental contido nos arquivos é matéria nutriente da informação primária; é parte insubstituível da trindade informática, como o reconheceu o programa Unisist da Unesco. Ao dar relevância à funcionalidade, estamos possibilitando, quase exigindo, um novo tratamento administrativo do documental. Os arquivos deixarão de ter como *partners* os museus e outras instituições culturais para se igualarem às bibliotecas e aos centros de documentação, além de participarem do desenvolvimento da informação.

Essa função informativa e os múltiplos usos derivados dela exigem uma particular proteção do patrimônio documental. Ao distingui-lo do patrimônio cultural não se está insinuando uma proteção menor. Pelo contrário, esta é exigida sob diversos aspectos. O patrimônio documental, apesar de diferente do cultural, não se encontra totalmente separado dele. As distinções deste tipo têm um caráter preferencialmente didático e não correspondem a uma realidade com divisões rígidas, pois na ação humana os terrenos se confinam e muitas vezes se superpõem. Ademais, a informação documental

5. C. García Belsunce, *El uso práctico de los archivos*, Londres, 1980.

alimenta a atividade cultural como um ingrediente a mais dos processos criadores. Por outro lado, seu caráter de testemunho histórico, de memória da comunidade e do Estado a estabelece como um elemento insubstituível não só para o desenvolvimento das histórias e das ciências do homem, mas também como elemento constituinte da consciência histórica da nação. Por fim, a informação é indispensável para as atividades administrativas. Todas essas razões avalizam a necessidade de se proteger o patrimônio documental.

Esclarecido isso, torna-se útil cotejar os recursos utilizados para proteger ambos os patrimônios. A fim de facilitar essa comparação, começarei por fazer uma breve menção sobre a forma que os diversos Estados encaram a proteção do patrimônio cultural.

De início, cabe destacar a distinta amplitude com que se tomou o conceito de 'cultural'. Nos instrumentos internacionais ainda há diferenças entre um tratado e outro. Por exemplo, a convenção de Haia para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, em 1954, e a relativa às medidas que se devem adotar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais (16.^a Conferência Geral da Unesco, Paris, 1970) referem-se ao arqueológico, histórico, literário, artístico, científico e documental, enquanto as recomendações sobre a proteção, no âmbito nacional, do patrimônio cultural e natural excluem o documental e destacam o interesse pelo arquitetônico. O mesmo ocorre no tratamento constitucional, pois enquanto a Constituição venezuelana de 1961 (art. 83) diz respeito às "obras, objetos e monumentos de valor histórico e artístico", a Constituição brasileira de 1972 (título IV) se refere aos "documentos, obras e locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, assim como os depósitos arqueológicos".

Há também divergências quanto ao alcance da intervenção do Estado, segundo a posição política imperante: favorável à participação direta, a um dirigismo de Estado ou a uma concepção mais ou menos liberal. O decreto argentino n.º 4.362, de 1955, sobre as academias nacionais, caracteriza esta última opinião. Nele se lê: "O Ministério da Educação [leia-se o Estado] deve-se limitar, no concernente à cultura, em fomentar e apoiar, e nunca dirigir e impor diretivas".

As nações latino-americanas mostram um critério homogêneo no tocante aos objetivos da política cultural. Estes não se esgotam na promoção da cultura, mas tendem claramente a salvaguardar as características peculiares dela, tanto em sua condição nacional quanto latino-americana. O artigo 3 do Convênio Andrés Bello é muito explícito sobre o assunto: "Preservar a identidade cultural de nossos povos no marco de patrimônio comum latino-americano". Por sua vez, as linhas da Política Nacional de Cultura, formuladas pelo Brasil para 1975, expressavam: "A sobrevivência de uma nação baseia-se na continuidade cultural e compreende a capacidade de integrar e assimilar suas próprias alterações, sendo aquela o meio indispensável para fortalecer e consolidar a nacionalidade".

Um dos recursos utilizados para melhor proteger os processos e produtos culturais tem sido a institucionalização dessa proteção e dessa promoção. Assim, em todos os países da nossa área surgiram organismos mais ou menos centralizadores, destinados ao desenvolvimento cultural: o Conac, na Venezuela; a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória, no Brasil; o Ministério da Cultura, Juventude e Esportes, na República Dominicana; e a Secretaria de Cultura da Nação, na Argentina.

A própria variedade de objetos compreendida no termo 'cultura' atua contra uma concentração excessiva de seus elementos. Um exemplo disso é a legislação argentina, pela qual a Secretaria de Cultura se encarrega do artístico, do histórico (museus, monumentos e locais), das academias e bibliotecas, enquanto o Ministério do Bem-Estar Social se encarrega dos esportes e financia as obras e entidades culturais, a Subsecretaria de Ciência e Técnica e o Conicet se encarregam das ciências, incluídas as do homem, o Ministério da Justiça agrupa e controla as associações civis e as fundações, além de se ocupar dos direitos autorais.

A temática da legislação de proteção do cultural é igualmente variada e compreende, preferencialmente, a impressão, o livro, os direitos autorais da criação artística, literária e científica, o tratamento impositivo e o regime de exportação e importação de bens culturais, instrumentos musicais, jazidas arqueológicas e a difusão externa da cultura nacional. As vezes se inclui nessa temática a que se definiu como própria do patrimônio documental.

Conscientes da importância dos valores culturais, as nações de vários continentes têm-se preocupado em constituir os instrumentos internacionais para a melhor proteção deles. Os Estados latino-americanos não fugiram a tal preocupação.

Em 1948 as Nações Unidas incluíram na Declaração Universal dos Direitos do Homem o artigo 27, que estabeleceu o direito de toda pessoa participar livremente da vida cultural e de seus benefícios, bem como o direito à proteção dos interesses materiais e morais que lhe correspondam pela autoria de produções científicas, literárias ou artísticas. Quase simultaneamente se proclamou em Bogotá a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, cujo artigo 13 diz: "Toda pessoa tem o direito de participar da vida cultural da comunidade, gozar das artes e desfrutar dos benefícios que resultem dos progressos intelectuais e especialmente dos descobrimentos científicos".

Diversas convenções instrumentaram essas declarações e às já nomeadas quero acrescentar, sem pretender ser exaustivo, a convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural, aprovada na 17.ª Conferência Geral da Unesco, em 1972, e a recomendação sobre o intercâmbio de objetos e espécimes originais entre instituições de diferentes países, aprovada na 18.ª Conferência Geral da Unesco, em 1975. Paralelamente, no plano latino-americano desenvolveram-se as reuniões de diretores de cultura da América, organizou-se o Programa Nacional de Desenvolvimento Cul-

tural da O.E.A., ocorreram as declarações de Lima (1971) e Quito (1973), a do Cidec, em novembro do mesmo ano, a conferência sobre políticas culturais na América Latina e Caribe, em Bogotá (1978), e o Convênio Andrés Bello, entre outros.

Enquanto toda essa rede de medidas protetoras salvaguarda ou procura salvaguardar o patrimônio cultural, o que acontece com o patrimônio documental da América Latina?

Em relação a isso, sem dúvida também se produziu uma série de leis e regulamentos nacionais e de convenções internacionais. Porém, mais do que fazer aqui um inventário de tais disposições legais, desejo considerar sobre no que deve consistir uma política de proteção ao patrimônio documental.

À parte as medidas específicas de proteção, devem ser perseguidos três objetivos mais ou menos prévios, mais ou menos contemporâneos àquelas, sem os quais elas podem ser parcialmente ineficazes ou totalmente estéreis. Esses objetivos são os seguintes:

1. *Conscientizar*: ou seja, fomentar o desenvolvimento de uma consciência sobre o valor do patrimônio documental, tanto no nível do grande público quanto no dos administradores e dos 'fazedores de opinião'. Só esta consciência poderá criar de uma vez por todas uma pressão pública para exigir dos governantes e administradores a adoção das medidas protetoras necessárias e para produzir a demanda paralela de uso dos bens documentais, a qual também produzirá igual pressão. Evidentemente, enquanto a opinião nacional, expressada através da imprensa, do rádio, da televisão, dos partidos políticos, das associações e das personalidades renomadas não demandar a reunião, a conservação e a difusão dos documentos, os administradores com capacidade de decisão não darão importância às disposições legais, estruturais e políticas que os arquivistas solicitarem e, menos ainda, proverão as cotas orçamentárias indispensáveis para levá-las adiante.

Enquanto não se reconhecer que os documentos, cuja informação possa ser recuperada em tempo oportuno, constituem a base de uma administração eficiente, não se conseguirá impor uma proteção adequada e uma utilização racional dos documentos. Ainda mais, em um mundo de nações jovens, como o americano, com grandes levadas imigratórias em bom número delas, deve-se destacar o valor dos documentos como base do sentimento de identidade nacional.

2. *Integrar*: o desenvolvimento arquivístico deve ser concebido como parte integrante do desenvolvimento nacional, e não como uma área autônoma, à qual o Estado e a comunidade prestam ajudas circunstanciais, desligadas de um programa integrado. A proteção do patrimônio documental, como parte desse desenvolvimento, deve também estar integrada a um projeto nacional de salvação e resgate dos valores fundamentais da nacionalidade e, paralelamente, aos programas de modernização do aparato do Estado e dos sistemas de informação.

3. *Institucionalizar*: ou seja, estabelecer os instrumentos legais para a existência, a organização e a ação dos arquivos como órgãos naturais para a

recepção, conservação e difusão do patrimônio documental, estabelecendo, sempre que possível, o sistema nacional de arquivos. A proteção do patrimônio documental só será efetiva dispondo-se de instituições adequadas, com maior poder de decisão possível.

Cumpridos ou em vias de se cumprirem esses pré-requisitos, cada Estado deverá estabelecer as medidas protetoras específicas, que são, com pequenas variantes, as seguintes:

- a) alcance da proteção documental, segundo as classes de documentos;
- b) pertencer total ou parcialmente ao domínio público;
- c) direito de inspeção do Estado;
- d) normas de seleção e eliminação;
- e) requisitos para o armazenamento e traslado;
- f) critérios de microfilmagem;
- g) exportação;
- h) importação;
- i) transferências;
- j) exportação, importação e transferências ilícitas;
- l) tratamento impositivo;
- m) inventário ou registro nacional.

O alcance da proteção legal às diversas classes de documentos tem sido muito dispare nas diferentes legislações. A maioria não especifica os documentos segundo seu suporte, preferindo uma referência genérica, que permita incluir os de qualquer natureza. A lei equatoriana de 10 de junho de 1982 e o anteprojeto de lei do sistema nacional de arquivos na Argentina, do mesmo ano, optaram pela enunciação dos documentos: escritos ou com suporte de papel, fotográficos, de filme, sonoros, de computação etc. Isto responde ao fato de, em linguagem comum, se entender por documento apenas o papel, o que se traduz na prática em uma perda alarmante dos outros, exclusivamente pela falta de uma consciência adequada. A lei geral de bens nacionais (20.12.1968) do México fala de "manuscritos, documentos, mapas, planos e arquivos", e a lei n.º 318 da República Dominicana, mais limitativa, referia-se apenas a testemunhos escritos, mas foi modificada pela lei n.º 416, que ampliou expressamente os tipos documentais. Sem dúvida, prefiro uma enumeração não taxativa das diferentes classes documentais, que deixe aberta a possibilidade de incluir novos tipos, tais como o videograma ou o futuro holograma.

A proteção legal também pode ser circunscrita de outra maneira. Muitas leis falam de 'documentos históricos' ou de valor ou interesse histórico — a lei n.º 15.930 da Argentina, o decreto n.º 44.862/59 do Brasil, a lei mexicana de 18 de abril de 1972, a lei n.º 318 da República Dominicana —, porém o decreto supremo peruano n.º 022-75-ED refere-se ao interesse dos documentos para a história e o desenvolvimento do país, mas também segundo sua integração nos repertórios. Todas essas normas partem do valor entendido do que é 'histórico', pois não pretendem defini-lo, o que juridicamente se torna bastante incerto. A lei espanhola n.º 26, de 21 de junho de 1972,

optou por estabelecer um limite temporal e por considerar tesouro documental qualquer documento de mais de cem anos, bem como os fundos dos arquivos e bibliotecas. Por fim, o já citado anteprojeto argentino estabelece várias categorias: documentos que integram os arquivos gerais e históricos, documentos de arquivos privados considerados históricos e documentos declarados de valor histórico, ao que se junta o restante da documentação pública sujeita a um regime preventivo, em função do seu caráter de integrante potencial do patrimônio documental.

Tanto no plano legal como no doutrinário deve-se afirmar que o patrimônio documental pertence ao *domínio público*. Em direito utiliza-se habitualmente o termo domínio como sinônimo de propriedade; aqui, porém, usamo-lo em sua outra acepção jurídica: como domínio eminente do Estado, distinto e acima do direito de propriedade. Assim, diz-se que um documento histórico ou um quadro de um pintor nacional, propriedades de um particular, pertencem ao domínio público. Isto supõe uma série de restrições ao exercício da propriedade privada em defesa dos interesses da comunidade nacional.

Quando a propriedade e o domínio coincidem no Estado, os bens são inalienáveis e imprescritíveis, o que permite ao Estado, em qualquer circunstância, reivindicar sua propriedade e seu domínio. Portanto, nem toda propriedade do Estado é do domínio público, mas possibilita dois caminhos para se tratar os documentos: no primeiro, a lei define quais são os documentos pertencentes ao domínio público e libera o tratamento dos outros; no segundo incluem-se todos os documentos no domínio público e se estabelece um procedimento de desobrigar os que merecem ser eliminados. Esta última tem sido a opção do anteprojeto de lei argentino de 1982, da lei equatoriana do mesmo ano e da citada lei espanhola n.º 26/72.

O direito de inspeção dos arquivos por parte do organismo responsável foi previsto em várias nações: a lei n.º 15.930 da Argentina, o anteprojeto de lei brasileiro sobre a política nacional de arquivos, o decreto n.º 5.200 do Chile, a lei n.º 26/72 da Espanha, o acordo presidencial de 24 de abril de 1980 do México, o decreto legislativo n.º 120, de 1981, do Peru. Esta supervisão normalmente engloba os arquivos públicos, mas poderia estender-se aos privados de existência notória ou já registrados e que gozem de algum benefício público. Tais inspeções e supervisões devem ser estabelecidas e exercitadas com extrema prudência a fim de não estimular reações negativas. Com uma ação pública dessa natureza, os particulares tendem a sentir a sua privacidade invadida, ao que se soma o freqüente desejo de manter dentro da órbita familiar o testemunho da participação de seus antepassados em conflitos e lutas civis, de que a história latino-americana tem sido tão pródiga. A vigilância dos interesses públicos não deve ser exercida de forma desleigante. Deve-se oferecer ao particular a sensação — de algum modo verdadeira — de que seu patrimônio está sendo protegido, e não de que é tratado como um suspeito.

Uma das maneiras mais eficazes de proteção é a existência de normas de *seleção e eliminação* de documentos. Não comentarei aqui as técnicas que

garantem sua existência, pois são bastante conhecidas. Mencionarei simplesmente o fato de que se pode proceder a uma única seleção ou a um duplo processo, em que o primeiro se instrumenta no arquivo administrativo de origem e o segundo, no arquivo intermediário. Coloca-se também a questão de se os selecionadores devem ser integrantes do organismo produtor, funcionários do arquivo intermediário ou uma comissão mista de ambos. Porém, o que interessa ao tema da proteção é o fato de que só mediante a eliminação da documentação inútil poder-se-á concentrar o esforço de conservação sobre a documentação útil. Essas normas de seleção foram concretizadas, por exemplo, nos decretos n.º 1.571/81, da Argentina, e no de 24 de janeiro de 1980, do Chile.

Uma das maiores ameaças à conservação de documentos no continente americano consiste nos *armazenamentos e traslados* inadequados. Nem os edifícios de arquivos são, em geral, o que deveriam ser, nem os traslados se fazem com os cuidados necessários. Umidade, goteiras, inundações, poeira, roedores, insetos e a falta de segurança e de vigilância conjungam-se para fazer desaparecer os tesouros acumulados. Quanto aos traslados não é exagero afirmar que muitas vezes os fundos se misturam, os pacotes e ligaduras se rompem, perde-se alguma coisa, subtrai-se outro tanto e até se esquecem partes no interior dos caminhões transportadores. Dada a importância do assunto, convém insistir em que todas as medidas legais de proteção serão vãs sem a provisão da segurança dos fundos, pois, caso contrário, os arquivos serão apenas os lugares onde se destrói, concentradamente, o patrimônio documental.

A *microfilmagem* foi uma grande conquista técnica para a melhor proteção dos arquivos; contudo, deve-se estar atento quanto a um possível uso irracional dela. Muitas vezes se recorre à microfilmagem como um subterfúgio para fugir à tarefa de seleção, o que se traduz em programas de microfilmagem indiscriminados e custosos, cujo único beneficiário é o encarregado do serviço ou dos materiais. A microfilmagem deve estar dirigida para assegurar a conservação documental: cópias de segurança e cópias de consulta; como exceção — quando há razões válidas —, recorrer-se-á à microfilmagem de substituição.

Em geral, depois da fase de euforia microfilmadora, o uso incorreto do procedimento e a preocupação exclusivamente comercial dos vendedores de programas, equipamentos e materiais criaram nos arquivistas uma atitude de desconfiança, talvez excessiva, quanto a esse procedimento, sobre o qual parece necessária uma campanha de esclarecimento em relação aos seus fins úteis.

A *exportação e importação* de documentos tem sido habitualmente regulamentada para evitar a evasão do patrimônio documental, no primeiro caso, e para facilitar sua integração, no segundo.

As leis da Argentina, Brasil, Equador, Espanha, Peru e República Dominicana contêm diversas proibições à exportação; por sua vez, a livre importação está contemplada, por exemplo, nas leis argentina e equatoriana. Essas normas, porém, só podem ser efetivas quando se trata de retirar

uma respeitável quantidade de volumes de documentação ou quando os serviços alfandegários foram devidamente alertados; caso contrário, o mais freqüente é a existência, sem maiores riscos, de uma exportação clandestina.

As *transferências* entre particulares apresenta alguns problemas, pois tratando-se de bens móveis, a posse constitui título válido. Apenas quando há a implementação de um registro documental eficaz, podem-se controlar as transferências entre vivos. A transferência a título sucessório apresenta um problema idêntico, pois é usual em nossos países que os objetos móveis sem valor muito especial sejam divididos entre os herdeiros e não declarados na sucessão, ou, quando inocultáveis, taxados a preço vil.

Quando o que se questiona não é apenas a publicidade da transferência, mas o *título legítimo* para fazê-la, defrontamo-nos com outro tipo de problema. É preciso distinguir as ações francamente dolosas daquelas em que o possuidor pode acreditar, de boa fé, que seu título é válido. Um caso é o documento furtado ou roubado e outro é o possuidor de um instrumento público que há décadas se encontra em poder de sua família. A questão das transferências — ou exportações e importações — ilícitas assume maior relevância no plano internacional, onde o tráfico ilícito não só obedece a finalidades lucrativas, mas às vezes tem fundamentos políticos ou ideológicos. Já citei a convenção da Unesco de 1970 sobre este assunto. Seu artigo primeiro inclui, entre os bens culturais protegidos, os manuscritos e incunábulo, documentos e publicações antigas de interesse especial, avulsos ou em coleções (inciso h), e os arquivos, inclusive os fotográficos, fonográficos e cinematográficos (inciso j). E o artigo sétimo obriga os Estados partícipes a impedir a aquisição de bens exportados de maneira ilícita, informando ao país de origem, a proibir a importação de bens inventariados roubados e a confiscar e devolver tais bens.

Ainda que o Estado disponha de meios para controlar as transferências de documentos, a falta de publicidade destas dificulta a ação de preservação. Quando se trata de casos de *comercialização*, a maior publicidade desses atos facilita o controle, especialmente no caso dos leilões públicos. O anteprojeto argentino e a lei espanhola, anteriormente citados, são exemplos de legislação neste sentido. Eles estabelecem: o primeiro, o direito de verificação e a obrigação do comerciante de denunciar a venda; a segunda, os direitos de verificação e de retratação. As leis equatoriana (decreto n.º 2.600), mexicana (lei do Arquivo Geral da Nação, de 1946) e a peruana (decreto n.º 022-75-ED) exigem a autorização do Arquivo Geral para a validade de toda transferência documental a título oneroso.

Por fim, há um recurso largamente utilizado nas leis: o registro ou inventário do patrimônio documental da nação. Isso foi disposto na lei argentina n.º 15.930, no decreto n.º 44.862/58 do Brasil, na lei n.º 26/72 da Espanha, no decreto supremo peruano n.º 022-75-ED e na lei dominicana n.º 318. Não conheço a experiência de meus colegas a esse respeito, mas posso dizer que a da Argentina foi negativa a ponto de o anteprojeto de 1982 substituí-lo pela denúncia voluntária, em troca da qual se obtém benefícios

impositivos e outras vantagens. Mais uma vez, fazendo-se o registro com tato, pode-se evitar a ocultação.

Tal enumeração não esgota os modos de se proteger esse patrimônio. Poderia falar das condições da expropriação de documentos de utilidade pública, bem como de um fator tão importante para a sua adequada conservação: um pessoal de arquivos devidamente profissionalizado. A função do debate será discutir o que foi exposto e propor outras medidas.

Desejo apenas acrescentar mais uma coisa, destinada não tanto aos meus colegas, mas aos outros distintos funcionários aqui presentes. Foi dito e repetido que os documentos constituem a memória de uma nação. Pois bem, as nações latino-americanas, apesar dos esforços e dos progressos obtidos nos últimos anos, continuam a correr o risco de sofrer de uma amnésia incurável que irá transformar a aquisição de sua consciência histórica plena, além de transformar suas histórias em sagas inverificáveis, compostas em seu teor não da verdade ocorrida, mas das ideologias imperantes em um ou outro movimento. Prevenir essa catástrofe, na qual se arrisca a própria idéia da unidade latino-americana, é uma obrigação que transcende às pessoas dos arquivistas, para estender-se a todos os que têm capacidade de decisão e, mais ainda, capacidade de reflexão.

Abstract

The treatment bestowed towards culture by the states institutions and organisms, in general, constitute the overall theme of this article. In this regard, it was necessary to make the distinction among object/cultural process and documental/cultural heritage, in which the protection criterias take relevant importance.

This paper define, thus, the historical documents field — its nature and function — which has received a different treatment from the cultural, as it has been proved by the legislation of several countries. In this respect, it pointed out the proposals to determine an efficient policy for documents protection, through specific steps, in order to preserve the national heritage.

Résumé

Le traitement prêté à la culture pour les institutions et les organismes de l'État, en général, constitue le thème principal de cet article. À cet égard, il a fallu faire la distinction parmi object/processus culturel, et patrimoine documental/patrimoine culturel, dont les critères de préservation assument une importance rélevante.

Le présente étude défine, donc, le champ d'action du bien documental — sa nature et sa fonction — dont le patrimoine a reçu un traitement divers du bien culturel, conformément à les législations de chaque pays. On a mis l'accent sur les propositions destinées à rendre efficace une politique de protection aux documents, par des actes spécifiques, à fin de préserver la mémoire nationale.

Metodologia de pesquisa para apoio à organização dos acervos da administração pública brasileira*

O trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa do Arquivo Nacional tem como objetivo básico reconstituir as estruturas administrativas brasileiras ao longo do tempo, visando a fornecer elementos para uma compreensão mais substantiva da evolução dessas estruturas e assim subsidiar as atividades de organização dos acervos documentais provenientes da administração pública brasileira e que se encontram no Arquivo Nacional. A ausência de uma eficaz organização documental nos arquivos públicos brasileiros dificulta o avanço da pesquisa histórica à medida que impede o acesso a novas fontes.

A documentação recolhida ao Arquivo Nacional provém, em sua maioria, dos organismos oficiais que conformaram a administração pública brasileira desde o período colonial. Para tornar eficaz a identificação e a classificação dos documentos oriundos de uma administração é preciso, antes de tudo, buscar a estrutura que lhe deu origem. A necessidade de um conhecimento sistemático das diversas estruturas sobre as quais se apoiou e se desenvolveu a administração pública no Brasil, desde os tempos coloniais, para o tratamento da documentação recolhida (e por recolher) aos arquivos públicos ressalta, pois, a importância da realização de estudos no campo da história administrativa brasileira, bem como da recuperação das fontes legais para fundamentar tais intentos.

Os estudos já realizados nesse campo não permitem traçar, de maneira abrangente, as diversas formas pelas quais se estruturou a administração ao longo do tempo. A relevância dessa pesquisa advém, portanto, das lacunas existentes na literatura especializada, o que impede uma compreensão adequada da evolução e dinâmica da administração pública brasileira desde o período colonial.

O ordenamento jurídico é o ponto de partida para se definir e fixar a estrutura administrativa de qualquer Estado em qualquer tempo. Através

* O presente artigo é resultado de um trabalho conjunto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa do Arquivo Nacional, composto por Graça Salgado (coordenadora), Carmen Lúcia de Azevedo, Edgar Pêcego Coelho, Paulo Fernando Vianna, Regina Hippolito e Zélia Maria Barreto.

dele, percebe-se não só a forma de organização do poder, como a matriz básica da estrutura encarregada de administrá-la. Impõe-se, assim, para estudos dessa natureza, o conhecimento do *corpo de leis* que fundamentou e regeu o Estado brasileiro ao longo do tempo.

A fim de recuperar as estruturas administrativas em seu aspecto formal, procedemos a um levantamento sistemático da legislação que regulou a organização das diversas instituições e órgãos da administração pública brasileira nos períodos colonial, monárquico e republicano. Com base na análise dessa legislação, vem sendo possível traçar graficamente a configuração e funcionamento daquela administração e captar a dinâmica da sua evolução em cada um daqueles períodos.

Os organogramas já traçados serviram como instrumento de trabalho para a identificação dos documentos tratados pelos grupos que atuam no Arquivo Nacional. Foram fundamentais não só à compreensão da documentação referente aos diversos períodos da nossa história administrativa, como também para entender e determinar, ainda que formalmente, a tramitação dos documentos pelas diversas instâncias administrativas. A partir dos organogramas é possível detectar a proveniência da documentação já recolhida, primeiro passo na aplicação de qualquer modelo de organização dessas fontes. Por outro lado, permite o estabelecimento de uma previsão de recolhimento (pelo menos no que toca à época mais recente) da documentação produzida pelos diversos órgãos da administração pública federal.

A sistematização do corpo de leis, promovida em uma base metodológica rigorosa, vem tornando possível não só retraçar os fundamentos legais do aparelho administrativo, como fornecer elementos de análise para outros estudos. Dessa forma, nascido da necessidade institucional em identificar e organizar a documentação, nosso trabalho extrapolou o seu objetivo mais imediato gerando uma fonte destinada a um público mais extenso. Acreditamos que, ultrapassando os objetivos iniciais, os seus resultados poderão contribuir para pesquisas que valorizem a importância do ordenamento jurídico-administrativo com vistas a deslindar os processos históricos.

Metodologia

Para se examinar qualquer estrutura administrativa em sua amplitude e complexidade é necessário considerar os seus objetivos, a sua lógica, a sua ramificação e a sua hierarquia, bem como a organização e o funcionamento de seus organismos, sem perder de vista os movimentos particulares ou gerais. Estudos dessa natureza são viáveis apenas quando se adota uma metodologia específica, que permita a compreensão de uma dada estrutura em suas diversas gradações.

A metodologia geral da pesquisa, definida a partir das solicitações específicas dos diversos grupos de trabalho, foi condicionada:

a) pela inviabilidade de abordar simultaneamente a elaboração dos organogramas de todos os períodos;

b) pelo nível de abrangência dos organogramas a elaborar, em função das necessidades dos trabalhos com a documentação. O detalhamento exaustivo de toda a estrutura administrativa implicaria, pelo tempo a ser gasto na sua execução e diante do pessoal disponível, a impossibilidade de assegurar apoio imediato a todos os grupos.

Considerando estes fatores e o estágio de trabalho em que se achava o Grupo de Arranjo da Documentação Colonial, procedemos em primeiro lugar ao levantamento e processamento da legislação referente ao período colonial. Esse grupo já iniciava o processo de descrição dos documentos, enquanto os demais ainda se encontravam numa etapa preliminar de identificação e controle do acervo.

Dadas as especificidades de cada período tratado, foram necessárias algumas adequações metodológicas no levantamento das informações e no tratamento das mesmas, que apontaremos a seguir.

Período colonial

A metodologia empregada na recuperação da estrutura administrativa colonial constou:

1. Levantamento sistemático, embora seletivo, do elenco de leis promulgadas em Portugal e aplicadas no Brasil durante o período 1500-1808. Além das Ordenações, essa legislação era composta, em sua maioria, por decretos, leis, alvarás, cartas régias e provisões. Na impossibilidade de contar com repertórios sistemáticos e completos da legislação especificamente destinada ao Brasil Colônia, privilegiamos os *regimentos* dentre os diversos diplomas legais, por se tratarem dos mais importantes atos definidores da condução jurídico-administrativa dos negócios coloniais.

2. Embora nos tenhamos limitado apenas à organização administrativa formal, é importante destacar as adaptações que possam ter ocorrido de forma concreta. Desse modo, estudar a administração colonial no Brasil implica considerar, necessariamente, as características do Estado português na época, pois a administração na Colônia não passava de uma imagem refletida da metropolitana. O processo de consolidação do regime absolutista em Portugal marcou profundamente a estrutura administrativa metropolitana e seu braço colonial, o que significava uma forma particular de administração. A racionalidade administrativa não se apoiava na divisão de poderes; a política de competências funcionais, delegação do poder real, constituía, em última instância, a encarnação do próprio Estado.

Cabe a ressalva que, ao analisar todo o período colonial, precisávamos levar em conta as alterações sofridas pela ordem administrativa ao longo do tempo. Impôs-se, portanto, uma linha de trabalho que desse conta do desenvolvimento da administração portuguesa, marcado por transforma-

ções políticas, além de ter presente as peculiaridades do processo evolutivo no interior da Colônia.

Nesses termos, nossa reconstituição definiu-se nos seguintes aspectos: o *temporal*, dado pelas mudanças administrativas ocorridas nas diversas fases; o *hierárquico*, estabelecido pela estrutura de subordinação dos cargos e órgãos; e o *temático*, determinado pelas diversas funções em que se subdividia a administração colonial. Os dois primeiros são facilmente compreensíveis, pois é da natureza de qualquer estudo sobre administração considerar o período da ocorrência do fenômeno e a divisão hierárquica dos organismos. O aspecto temático, igualmente importante, tomou um caráter peculiar no caso específico dessa administração. Com efeito, a inexistência de uma divisão em áreas administrativas claramente definidas no âmbito do próprio Estado — ao contrário dos tempos atuais — levou-nos a distinguir, no conjunto das funções administrativas, as que formavam áreas exclusivas de competência.

As áreas fundamentais para o entendimento dessa administração dividem-se em *Governo* (responsável direto pela implementação e controle da política metropolitana para a Colônia, principalmente no seu ramo administrativo), *Fazenda* (encarregada da fiscalização e arrecadação tributária sobre as atividades econômicas, bem como da gerência dos negócios financeiros do Estado), *Justiça* (que tratava do cumprimento da lei e da aplicação das punições), *Defesa* (voltada à manutenção da ordem interna e da proteção contra a concorrência externa) e *Igreja* (que geria os assuntos eclesiásticos e zelava pelos aspectos morais da sociedade).

A impossibilidade de traçar um quadro único para a administração em todo o período obrigou-nos a estabelecer cortes cronológicos, como forma de assinalar a configuração administrativa vigente em cada fase. Os quadros, divididos entre si, marcam a sucessão das mudanças sofridas historicamente por essa estrutura. Assim, ao longo da etapa colonial, algumas medidas jurídico-políticas, buscando viabilizar de maneira eficaz os objetivos mercantilistas do Estado português, causaram modificações na ordem administrativa colonial.

Os cortes cronológicos com os quais trabalhamos obedeceram a uma periodização já consagrada pela historiografia. Foram então utilizados pelo fato de se fundamentarem em alterações políticas que redundaram em mudanças administrativas e, portanto, se adequarem ao nosso propósito de acompanhar o processo de desenvolvimento da administração durante o período. São eles: 1530-1548, 1548-1580, 1580-1640, 1640-1750 e 1750-1808. Os organogramas baseiam-se nesta periodização.

O estudo sobre a hierarquia dos cargos e órgãos decorreu da nossa proposta de abranger ao máximo todos os níveis administrativos em funcionamento no Brasil colonial, divididos em instâncias, quais sejam: o *governo-geral*, cuja jurisdição englobava todo o território da Colônia; a *capitania*, formada por uma área territorialmente delimitada, subordinando-se formalmente ao governo-geral; e o *município*, menor divisão administrativa, que abrangia a vida e as localidades próximas, dependente da autoridade da

capitania. Levamos também em consideração a instância metropolitana por estar diretamente relacionada à administração colonial. A diferenciação desses níveis permitiu-nos chegar à representação gráfica — os organogramas — da hierarquia administrativa em suas diversas fases.

3. A fim de trabalhar de forma concomitante com esses três aspectos, elaboramos uma relação sistemática de cargos e órgãos, onde constam a fase, o tema, a instância, a data de criação, a nomeação, as atribuições ou competências e as fontes legislativas pertinentes. Viabilizaram-se, assim, a imediata localização das características específicas de cada um dos cargos ou órgãos, bem como os vínculos hierárquicos em cada uma das fases acima assinaladas.

Esse instrumento de trabalho possibilitou-nos a articulação das informações recolhidas, de maneira a poder considerá-las tanto isoladamente (isto é, entender o funcionamento de um cargo ou órgão numa determinada fase), quanto em conjunto (ou seja, perceber a sua evolução, além da sua conexão com a administração em geral). Ademais, tornou-se fundamental para se atingir o objetivo último do trabalho: os organogramas da administração colonial, cuja elaboração apresentou problemas decorrentes da própria lógica da organização administrativa da época. Dentre outros, existiam cargos com dupla autoridade, jurisdições pouco delimitadas e hierarquias obscuras. Buscamos traçar uma representação gráfica ideal, dentro dos padrões atuais de hierarquia e vínculos administrativos, embora tendo sempre presente o hiato entre a nossa racionalidade gráfica moderna e a da época. Tivemos o propósito de fornecer uma visão global, calcada nas determinações formais, que pudesse servir de ponto de referência às pesquisas sobre o Brasil Colônia. Deve-se destacar, no entanto, que as alterações ocorridas na estrutura administrativa durante as várias fases não se refletiam de maneira sincrônica nas diversas áreas de competência, sendo necessário subdividir alguns cortes cronológicos para demonstrar graficamente tais alterações.

Período monárquico

Para o levantamento e a sistematização das leis referentes a tal período, estabelecemos uma metodologia que levasse em conta as peculiaridades da evolução administrativa ao longo dessa época e que atendesse às demandas do grupo de trabalho responsável pelo tratamento da documentação recolhida à Seção do Poder Executivo, na Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional. No estudo da administração desse período foi importante adotar critérios diferenciados, devido às profundas mutações operadas em sua estrutura entre 1808 e 1889. Para dar conta das mutações, foi necessário dividir essa grande fase em alguns subperíodos.

1. O de 1808-1824 revelava um primeiro momento marcado, em grandes linhas, pela transposição da estrutura administrativa portuguesa para a colônia, em virtude da transferência da sede do governo português

para o Brasil. Nesse momento assistiu-se à instalação dos órgãos centrais daquela administração — os ministérios — porém sua organização interna não ocorreu imediatamente, à exceção do da Fazenda. Este foi o único que permitiu uma reconstituição de sua administração central desde 1808.

2. Em 1824, com a promulgação da Constituição e o conseqüente estabelecimento da divisão de poderes, teve início uma nova estruturação administrativa. A complexidade da administração traduzia-se numa ampliação gradativa das áreas de competência de cada ministério, levando-os a uma maior organização interna. A partir daí, a legislação consultada refletia uma maior preocupação com a racionalidade administrativa, visando a atender àquela complexidade que o aparelho burocrático-administrativo ia assumindo. Esse processo se desenvolveu até meados da década de 1840.

3. Após 1840-1850, o funcionamento do aparelho administrativo desenvolveu-se de acordo com o implantado no período anterior. A criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1860, assinala a última grande novidade em termos de implantação de ministérios durante o período monárquico.

A metodologia adotada para a recuperação da estrutura administrativa de 1808 a 1889 foi, portanto, marcada pelos movimentos acima apontados. Utilizamos, como fonte legislativa, a *Coleção de leis do Brasil*, de onde selecionamos todos os atos oficiais de criação e reformas dos ministérios e seus principais órgãos.

Ressalte-se que, nessa etapa do trabalho, tratamos somente das repartições que compunham o Poder Executivo e, especificamente, da organização da administração central de cada um dos ministérios — as secretarias. Essa opção foi feita dado que o grupo de trabalho encarregado do tratamento da documentação recolhida à Seção do Poder Executivo/Arquivo Nacional encontrava-se na etapa inicial de reconhecimento e controle do acervo. Posteriormente esse trabalho deverá ser ampliado, visando a verticalizar e abranger todos os níveis da administração pública durante o período.

Postos esses condicionantes, a alternativa metodológica adotada para o subperíodo 1808-1824 foi semelhante à empregada no levantamento da administração colonial. Trabalhamos com as mesmas divisões, por área de competência e temática, com vistas à elaboração dos organogramas.

Quanto ao subperíodo 1824-1840, trabalhamos cada ministério separadamente, pois nossa intenção era recuperar o momento em que se configurou a primeira organização interna de cada uma das secretarias desses ministérios. A partir daí foi possível captar como cada ministério se subdividia em repartições, as funções e competências de cada uma delas, e representar isso através dos organogramas.

A partir de 1840, nossa preocupação central foi a de acompanhar cada uma das reformas ministeriais, buscando reconstituir as alterações processadas em cada uma das repartições no tocante às atribuições e competências.

O critério adotado na sistematização das informações recolhidas junto à *Coleção de leis* constou na organização de fichários por ministérios, reproduzindo todos os atos oficiais de criação, extinção e reformas, listados cronolo-

gicamente e acompanhados dos organogramas relativos a cada alteração operada ao longo do período. Tais fichários foram imprescindíveis para o trabalho do grupo encarregado do reconhecimento da documentação referente ao período. O acesso direto às informações processadas pelo Grupo de Pesquisa permitiu avançar na identificação dos documentos produzidos e acumulados pelos ministérios entre 1808-1889.

Período republicano

Na impossibilidade de tratar a organização administrativa do Brasil republicano de forma contínua até nossos dias, foi necessário, mais uma vez, estabelecer um corte com a finalidade precípua de facilitar a operacionalidade do trabalho. Assim tratamos, até o presente momento, das transformações ocorridas na administração central dos ministérios entre 1889 e 1930. Embora tenhamos indícios da evolução operada no nível da estrutura administrativa após 1930, não podemos ainda delimitar com rigor o alcance de tais transformações, uma vez que apenas iniciamos o levantamento da legislação correspondente a esse período.

1. Na recuperação do aspecto formal da administração entre 1889 e 1930, a metodologia adotada foi rigorosamente a mesma do tratamento do período compreendido entre 1824 e 1889. Isto se deve à continuidade administrativa ocorrida em nível federal, a despeito da mudança do regime político em 1889 e sua consolidação na Constituição de 1891.

Portanto, demos seqüência à organização dos fichários que continham a criação de novos ministérios, as reformas ocorridas até 1930 em cada um deles e os organogramas correspondentes a cada uma das reformas. Nessa etapa do trabalho, além da consulta sistemática à *Coleção de leis*, contamos com os subsídios fornecidos pela pesquisa realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa, 'Guia administrativo do Poder Executivo — 1889-1930'.

Apesar de termos constatado a proliferação de órgãos não diretamente subordinados à administração central dos ministérios, ainda que vinculados aos mesmos, até o momento não recuperamos esse nível da administração. Tal abrangência só será possível, como dissemos acima ao nos referirmos ao período monárquico, numa etapa posterior do trabalho, quando então procederemos a uma recuperação da estrutura administrativa em todos os seus níveis. A verticalização será estendida conforme as demandas ditas pela própria documentação recolhida ao Arquivo Nacional.

2. Ainda está em fase de definição a metodologia que deverá ser empregada para recuperar a administração pública brasileira no período do pós-1930. Entretanto, é importante adiantar que os levantamentos até agora realizados (para a recuperação da estrutura administrativa no período mais recente) têm mostrado que as lacunas em termos de informações localizam-se no período entre 1930 e 1967. Essa constatação, apesar de os levantamentos não estarem concluídos, indica a necessidade de trabalhar o período

mencionado, não só pelas lacunas apontadas, como também pelas demandas mais imediatas dos grupos de trabalho dedicados à organização do acervo do Arquivo Nacional.

Conclusão

Como destacamos anteriormente, recuperar e sistematizar o corpo de leis que fundamentou a organização administrativa do Estado no Brasil é o ponto de partida para quaisquer trabalhos que pretendam desenvolver análises acerca do processo histórico brasileiro. Reunir e consolidar as diversas fontes legislativas sobre essa matéria e traçar graficamente a evolução da estrutura administrativa brasileira são os nossos objetivos.

É necessário observar, contudo, que a ausência de trabalho especificamente voltados à recuperação da estrutura judiciária brasileira ao longo de sua história, que possam subsidiar análises e estudos sobre a nossa organização judiciária, impede uma compreensão mais abrangente de sua dinâmica e complexidade. Nesse sentido, pretendemos sistematizar toda a legislação brasileira entre 1828 e 1969 sobre a estrutura do Poder Judiciário. Tal consolidação serviria como repositório e referencial de pesquisas voltadas para o estudo da formação e evolução do Judiciário brasileiro.

Abstract

The necessity of a basic knowledge from the public administration structure and functioning, in order to accomplish an efficient identification and classification of documents, emphasize the importance of developing studies in the field of the Brazilian administrative history and, moreover, the pertinence in gathering and consolidating the dispensed legislative sources. It is necessary to proceed these researches the knowledge of the legislation that founded and ruled the administrative organization in Brazil.

The main object of this work has been the upraisal and systematization of the legislation (from the Colonial period until now), as well as the creation of a methodological support to provide a point of reference for the configuration juridical-administrative of the historial brazilian structure.

Résumé

La nécessité d'une connaissance fondamentale sur la structure et le fonctionnement de l'administration publique à fin de rendre efficace l'identification et classification des documents, relève l'importance de la réalisation d'études dans le champ de l'histoire administrative brésilienne et, en plus, démontre le besoin de réunir et consolider les sources législatives dispersées. Il faut avoir pour accomplir ces études, la connaissance du corps des lois qui a établi et réglementé l'organisation administrative de l'État au Brésil.

L'objectif principal de ce travail a été relever e systématiser cette législation (du période colonial jusqu'à maintenant), aussi bien que créer un support méthodologique pour constituer un point de repère de recherches sur la dimension juridique-administrative de la formation historique brésilienne.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Instituto de História e Geografia
 Av. Pasteur, 404 - Maracanã
 Rio de Janeiro, RJ - Caixa Postal 150
 20091-900 - Brasil
 E-mail: historia@ufrj.br

Documentação especial em arquivos públicos¹

Ana Maria de Lima Brandão
*Ex-coordenadora do Convênio Fundação Getúlio Vargas/Ministério
da Justiça/Arquivo Nacional*

Paulo de Tarso R. Dias Paes Leme
*Diretor da Divisão de Documentação Audiovisual
do Arquivo Nacional*

As formas de registro de informações acompanham e refletem, de maneira fiel, o desenvolvimento cultural e tecnológico da humanidade. Assim, o século em que vivemos não só conserva, mas inova e também prenuncia as mais diversas formas de registro, assinalando os formidáveis avanços obtidos em todas as áreas de conhecimento.

Será principalmente sobre as novas formas de registro, em virtude de seu significado para a arquivologia, que centraremos nossa atenção neste trabalho, com o objetivo de levantar algumas questões fundamentais, relatar experiências e buscar soluções.

Muitos dos documentos gerados no passado e considerável parcela dos atuais, por suas características próprias e cuidados específicos requeridos para sua preservação e tratamento, devem ser incluídos na grande categoria denominada *documentação especial*. Trata-se, repetimos, de uma categoria muito ampla, mas que abrange essencialmente documentos não escritos e/ou com características especiais, tais como o suporte não convencional (composição físico-química diversa do papel comum), ou, no caso da utilização do papel, em formatos e dimensões excepcionais, além da linguagem diferenciada (não textual) etc.

1. Expressam-se aqui o trabalho e as reflexões desenvolvidas na Divisão de Documentação Audiovisual do Arquivo Nacional pelos funcionários deste órgão e pelos técnicos que atuaram no Programa de Modernização Institucional-Administrativa, através do convênio Fundação Getúlio Vargas/Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, no período de julho de 1981 a setembro de 1982.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 1	n. 1	p. 1-132	jan.-jun. 1986
--------	----------------	------	------	----------	----------------

Nessa grande categoria inclui-se a *documentação audiovisual*, ou seja, a que se encontra registrada sobre suporte não convencional e que, ao mesmo tempo, exprima uma linguagem específica, podendo ter sido produzida com a integração imagem/som ou prestando-se potencialmente a tal integração.

Partindo daí, verificamos que as microformas, embora partilhando de suporte não convencional, são destinadas, pela própria sensibilidade da emulsão utilizada, à reprodução de documentos escritos, não preenchendo requisito de linguagem própria e sendo, portanto, um tipo de documentação que não deve confundir-se com a audiovisual. Fato semelhante ocorre com a documentação cartográfica: possui uma linguagem específica, mas não se encontra registrada sobre suporte não convencional.

Como exemplos de documentos audiovisuais, podemos citar os fotográficos, tais como o diapositivo e a própria foto; os fonográficos ou sonoros, como os discos e as fitas magnéticas de som; os filmográficos e os videográficos, como as películas cinematográficas, videocassetes e os videocassetes, além de outros que apenas começam a surgir ou estão em fase de aperfeiçoamento, variantes dessa tipologia básica (holograma, videodisco etc.).

Constatamos, a partir daí, o primeiro problema dessa documentação nos arquivos públicos brasileiros, onde uma profusão de documentos especiais, como microfimes, mapas, cartazes e gravuras não são objeto de seções especializadas, que se incumbam adequadamente de seu tratamento e preservação, mas se encontram inteiramente confundidos com espécies documentais caracteristicamente audiovisuais que, como se sabe, exigem tratamento e preservação diversos. Os males dessa miscelânea são inúmeros e vão desde o acondicionamento impróprio até falhas de recuperação da informação.

Corroborando tal crítica, verifica-se na estrutura administrativa e organizacional de vários arquivos públicos do exterior a existência de seções diferentes para tratar essas diferentes espécies documentais. Os microfimes, em arquivos permanentes estrangeiros, estão geralmente associados à seção incumbida de conservação e restauração, enquanto a documentação cartográfica integra uma grande seção especializada em cartografia.

A noção de 'arquivo', aplicada à documentação audiovisual, reveste-se ainda de outros aspectos particulares, que dizem respeito à organicidade e acessibilidade. Devemos refletir com mais profundidade, por exemplo, sobre o caráter orgânico de documentos audiovisuais provenientes de indústrias fonográficas e cinematográficas. A atribuição de uma única e precisa origem é tarefa difícil e delicada de se definir, sobretudo no caso de produtos de radiodifusoras e emisoras de televisão que, geralmente, difundem documentos elaborados por terceiros. Nossa proposta, quanto a esta questão, é de distinguir *fundos audiovisuais* de *coleções audiovisuais*.

Como fundo audiovisual entendemos os grandes conjuntos documentais existentes em órgãos que contam como atividade fundamental e contínua a produção e acumulação orgânica de documentos audiovisuais que se encontram em conjuntos homogêneos e possuem séries documentais sobre

um mesmo suporte. Como exemplos deste caso, podemos citar o Serviço de Radiodifusão Educativa e a TV Educativa, ambos do Ministério da Educação.

Consideramos coleções audiovisuais os documentos que, em virtude de seu suporte e linguagem, se distinguem das demais peças existentes em conjuntos documentais mais amplos, em instituições que não têm como atividade fundamental e contínua a produção e acumulação orgânica dessa espécie documental.² São muitos os exemplos, já que a maior parte dos órgãos pertencem a esse grupo.

Assim, a grande questão que se coloca, em relação aos documentos audiovisuais, é a da organicidade. Como considerar, por exemplo, certos discos recebidos, juntamente com o acervo de uma determinada rádio, como documentos de seu arquivo? Esses discos, utilizados acessoriamente como fundo musical de programas, constituem na verdade o arquivo das gravadoras que os produziram e que deveriam ter conservado suas matrizes. Devem, portanto, integrar-se mais corretamente em fonotecas ou instituições especializadas possuidoras de uma seção de música, mas não em um arquivo público.

Por estar diretamente relacionado ao aspecto que estamos examinando, será também importante esclarecer o que é documento de arquivo. Embora todos os acervos integrem o patrimônio documental do país e sua proteção objetive a preservação do patrimônio cultural da nação, os documentos arquivísticos caracterizam-se basicamente pela organicidade e proveniência.

Como se sabe, arquivos, bibliotecas e museus têm os mesmos objetivos básicos, ou seja, preservar e tratar a documentação para torná-la acessível a seus usuários. A diferença essencial está no fato de que os arquivos devem arranjar os documentos respeitando, antes de tudo, a proveniência (os fundos), a organicidade e a natureza do material.

Assim, embora ainda tênues, as fronteiras de competência, sobretudo no caso da documentação audiovisual, começam a firmar-se, e é importante que adotemos posturas mais racionais que permitam o tratamento correto e os resultados adequados na recuperação da informação.

Algumas reflexões

Cumprir refletir até que ponto a documentação audiovisual, surgida no século XIX, se coloca em relação aos manuscritos e aos impressos, com similar qualidade de testemunho.³ Trata-se de uma questão que apenas afloramos, sem a pretensão de esgotá-la. Lembramos que o audiovisual constitui

2. Ver Anne Pérotin-Dumon, 'Los archivos audiovisuales: los nuevos territorios de la conservación', em *Rev. Arch. General de la Nación*, Argentina, 7:67, 1978.

3. Em 1839 surgiu a fotografia, em 1877 o fonógrafo e em 1898 o cinema. O videocassete e o videocassete apareceram por volta de 1960 e o videodisco em 1978.

um produto dos 'meios tecnológicos de comunicação',⁴ pois é obtido com recursos mecânicos e/ou eletrônicos.

Devido ao caráter recente da documentação audiovisual, outro problema surge em relação à legislação e regulamentação de arquivos, isto é, a quase ausência de menção aos documentos sobre suportes não convencionais. Os textos legais que objetivam a proteção documental são protetores, mas não definidores, e não especificam o suporte, preferindo referências genéricas. Isso acarreta dificuldades sérias quanto à reprodução, acessibilidade, critérios de avaliação e seleção, além de contestar seu valor probatório. Juntamente com essa omissão legislativa, detectamos uma notável falta de estudos específicos, quando comparamos com a produção acadêmica voltada à documentação 'clássica' — a escrita. Está claro que a tendência desta indefinição é agravar a situação, principalmente quando aumenta de maneira extraordinária, dia a dia, o uso de novos suportes.

Outro aspecto que nos parece importante levantar é que, no Brasil, algumas espécies de documentos audiovisuais, como os discos e fitas magnéticas, não são considerados acervo em termos administrativos, mas sim material permanente, similar portanto aos móveis e equipamentos. Esse fato provoca uma série de problemas, tais como a impossibilidade de doar 'material' tombado, a reutilização do suporte até seu completo desgaste etc. Já outras espécies documentais, como os postais e cartazes, por exemplo, raramente são encaradas como documentos pelos órgãos produtores, que as tratam como mero material de divulgação, de consumo imediato, descartáveis e pouco merecedoras de serem conservadas como parte da documentação administrativa.

Dificuldades em relação aos novos suportes são igualmente suscitadas por seu tratamento e conservação, que exigem equipamentos complexos e recursos humanos altamente especializados, o que equivale a dizer, razoável investimento para a obtenção de bons resultados. Sobretudo nos arquivos públicos, torna-se urgente a formação de uma equipe interdisciplinar que congregue, além de arquivistas, pessoal técnico, cientistas sociais com conhecimento do assunto e até mesmo peritos-consultores eventuais, para se proceder à sua organização e/ou conservação.

Foram os bibliotecários e os historiadores que primeiramente concorreram para a organização de arquivos permanentes, sendo que, no que se refere à documentação especial, essa contribuição vem se efetivando de forma ainda mais concreta, devido à ausência, já aludida, de procedimentos técnicos sedimentados pela experiência.

Finalmente, considere-se que tanto a fotografia quanto o disco, por exemplo, embora integrem um fundo ou série, possuem uma linguagem própria, uma autonomia de informação que permite sejam tratados de maneira individual. É ao explorar ao máximo a potencialidade da informação desses documentos que podemos descrevê-los unitariamente, mas sem

4. Definição adotada pela Unesco.

perder de vista sua proveniência e sua organicidade. Outros motivos que podem levar à adoção destas técnicas são as características tanto do suporte quanto das exigências de preservação, que nos obrigam muitas vezes a fazer a separação física dos fundos, em função do tamanho não padronizado dos documentos, sua composição química etc.

O Arquivo Nacional

A Divisão de Documentação Audiovisual do Arquivo Nacional trata, na verdade, da documentação especial e compreende as seguintes seções: a de Gravação de Som e Imagem; a de Filmes; e a Iconográfica e Cartográfica.

A Seção de Gravação de Som e Imagem, como a maior parte das outras seções, constituiu-se através de doações particulares, documentos produzidos pelo próprio arquivo e recolhimentos assistemáticos da Agência Nacional. Na verdade, é uma seção de documentação sonora ou fonográfica. As doações particulares referem-se aos discos de conteúdo musical, enquanto os recolhimentos são de discos de conteúdo político, como discursos presidenciais, entrevistas e noticiários. As fitas foram produzidas pelo próprio Arquivo Nacional e seu conteúdo é bastante diversificado.

A Seção de Filmes, até 1982, detinha apenas a guarda dos negativos de microfilmes (cujos positivos encontram-se na Sala de Consultas), alguns filmes cinematográficos originários de arquivos particulares e negativos fotográficos. Atualmente esta seção está sendo reformulada e seu acervo definido com o recente recolhimento de cerca de seis mil filmes cinematográficos, inicialmente acumulados pela Empresa Brasileira de Notícias.

A Seção Iconográfica e Cartográfica possui fotografias, gravuras, mapas, plantas e projetos originários de doações particulares e recolhimento de órgãos ministeriais. Esta documentação está em processo de identificação, visando-se a recuperar sua proveniência. Formaram-se dois grupos de trabalho, um deles dedicado à iconografia e outro à cartografia.

A documentação iconográfica existente até 1982 era avaliada em cerca de oito mil unidades, inclusive as provenientes de doações avulsas, da Seção de Arquivos Particulares, de recolhimento de órgãos públicos, além da documentação produzida pelo próprio Arquivo Nacional. Em setembro de 1983 foram recolhidos os negativos fotográficos dos extintos Departamento de Imprensa e Propaganda e da Agência Nacional. Tais negativos, nas mais diversas dimensões e em estado de conservação muito variável, estimados em trezentas mil unidades, refletem a história oficial do país, através das fotografias referentes ao período compreendido entre 1939 e 1980. Já se iniciou o arranjo desse acervo.

A documentação cartográfica localizada na Seção foi estimada em onze mil unidades. Em função sobretudo do volume existente, muitos documentos cartográficos ainda se encontram dispersos em outras divisões do Arquivo Nacional. Existem, principalmente, na Seção do Poder Judiciário, anexados a processos.

O histórico da formação das seções e de seus acervos, elaborados por grupos de pesquisadores, demonstrou a constante preocupação, por parte do Arquivo Nacional, em receber novas espécies documentais emergentes.⁵ Tal preocupação com os novos suportes documentais, contudo, deparou-se com a ausência de uma linha de acervo e com a falta de pessoal especializado para seu tratamento, ocasionando graves problemas, tais como dispersão da documentação, perda de sua proveniência, acumulação de documentos não caracterizados como de arquivo, problemas de tratamento técnico e conseqüente dificuldade de recuperação da informação. O histórico das seções demonstrou também que os acervos formaram-se artificialmente, sem que houvesse uma política sobre o que deveria constituir o acervo audiovisual em um Arquivo Nacional, acarretando inúmeros problemas.

O projeto de modernização institucional e administrativa do Arquivo Nacional vem procurando sanar essas dificuldades através dos seguintes trabalhos: identificação do acervo e recuperação da proveniência dos documentos; emprego de normas e procedimentos técnicos para seu tratamento; prospecção que permita localizar documentos audiovisuais produzidos pela administração pública federal e que se encontram dispersos em outras instituições; e estabelecimento de uma linha de acervo para a Divisão de Documentação Audiovisual.

Estes trabalhos já apresentaram seus resultados, sendo que em seções com menor volume de documentação, como no caso da Seção de Gravação de Som e Imagem (documentação sonora), todas as tarefas foram concluídas, o que permitiu a implantação efetiva da sua linha de acervo. Em função dos trabalhos realizados verificamos que a documentação pertinente à Seção é uma parcela ínfima do que deveríamos possuir; que os documentos sonoros da competência do Arquivo Nacional encontram-se em outras instituições; e que possuímos documentos que na verdade deveriam estar em outros órgãos, aos quais caberia tratá-los e divulgá-los.

Os trabalhos desenvolvidos na documentação sonora, por exemplo, indicam como linha de acervo a ser adotada pelo Arquivo Nacional o recolhimento de todos os documentos produzidos pelos órgãos da administração pública federal, excluindo-se o material acumulado não organicamente (discos musicais brasileiros e estrangeiros, produzidos por gravadoras comerciais); e a manutenção de uma coleção artificial com registros sonoros claramente alusivos a fatos públicos e/ou indivíduos que exerceram cargos públicos ou atuaram na administração pública federal; hinos nacionais; jingles publicitários e políticos de pequena tiragem.

Existem alguns problemas, no entanto, quanto à realocação ou reincorporação de acervos dispersos entre instituições privadas e/ou públicas, de

5. Ver Emília Beatriz Duncan, *Histórico da Seção Iconográfica e Cartográfica do Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1982, dat.), e Solange Balbi Reis & Maria Paula S. C. Tavares Ferreira, *Histórico da Seção de Gravação de Som e Imagem* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1981, dat.).

âmbito federal, estadual e municipal. As instituições são muito ciosas da propriedade de seus acervos, geralmente qualificados, como dissemos, na categoria de material permanente. Não estão preocupadas prioritariamente no tocante aos fundos, mas com atividades de documentação em geral. Não possuem também autonomia suficiente para devolver ao órgão produtor uma documentação que não lhes seja pertinente. Como exemplos, podemos mencionar vários casos, dentre os quais os da Rádio Nacional, que doou ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro⁶ cerca de 37 mil discos, dos quais sete mil com discursos políticos, entrevistas etc. Já há alguns anos a Rádio Nacional tenta recuperar parte de seu acervo, sem resultados. Outro caso que merece ser lembrado envolve o próprio Arquivo Nacional e a Fonoteca Estadual. A prospecção de documentos sonoros produzidos pela administração pública federal nos conduziu a localizar acervos de rádios estatais. Esta busca nos levou à Fonoteca Estadual, possuidora de parte do acervo da Rádio Roquete Pinto, que pertenceu ao Distrito Federal.⁷ Contatos com a Fonoteca mostraram que a documentação de caráter eminentemente público, como os discursos e entrevistas, é subutilizada por seus usuários — interessados sobretudo por música — e por isso não se encontra devidamente tratada ou sequer bem conservada. Os funcionários manifestaram desejo de receber, em troca desta documentação, o acervo musical constituído artificialmente no Arquivo, através de doações de particulares, mas as negociações institucionais encontram-se paralisadas por motivos independentes à nossa vontade.

Tratamento da documentação

Devido à autonomia da documentação especial e sua multiplicidade, cumpre tratá-la de modo a extrair o maior número possível de informações e a compatibilizar sua descrição com a que é feita em outras instituições, visando a um sistema eficiente de recuperação da informação.

Pelo fato de em um único suporte serem encontrados vários documentos que, às vezes, só têm em comum o fato de estarem reunidos, somos levados a tratá-los individualmente, considerando-se também a proveniência e as informações. Esse tratamento individual consiste numa indexação, na qual se recuperam dados de autoria, título, local, órgão produtor, data, assuntos etc. Ao obtermos todas essas informações, não há impedimento a que sua descrição seja compatibilizada de acordo com as normas de biblioteconomia. Aliás, pensando-se em permitir um trabalho mais eficiente de recuperação, podemos utilizar descrições que permitam a recuperação do manual das informações, bem como a recuperação automatizada. Nesse sentido adotou-se uma ficha descritiva baseada nas regras do Código de

6. A primeira é uma instituição federal e a outra é estadual.

7. Ver a legislação da Rádio Roquete Pinto.

Catálogo Anglo-Americano (AACR2) e do International-Standard Bibliographic Description (ISBD), com as adaptações necessárias e indispensáveis para a identificação do material.⁸ A possibilidade de utilizarmos, na documentação audiovisual, o formato Calco da Fundação Getúlio Vargas foi também uma das razões que nos levou a adotar as normas de biblioteconomia para algumas espécies documentais em arquivos. O Calco permite que se use cabeçalhos de assunto com base na lista da Library of Congress.

Todos os documentos indexados estão sendo recuperados a fim de se obter uma listagem de toda a documentação de uma coleção ou fundo. Em se tratando de um arquivo permanente, outro dado que julgamos necessário recuperar, através de fichários cronológicos, é a data de elaboração dos documentos, de modo a facilitar pesquisas de cunho histórico, já que muitos usuários, envolvidos em trabalhos acadêmicos, podem desejar, por exemplo, todos os discos produzidos em um determinado ano.

O perfil do usuário também revelou aspectos interessantes quanto à utilização do acervo. O valor probatório dos documentos de arquivo, quando se trata de documentos especiais, só se faz sentir em relação à cartografia, onde é grande a demanda de plantas que comprovem, por exemplo, posses de terras. De um modo geral os pesquisadores que recorrem ao acervo da Divisão apenas estão interessados em documentos de valor informativo e cultural. Muitos são movidos por sentimentos estéticos e afetivos, sendo grande a demanda, por exemplo, de discos gravados por Carmem Miranda, Francisco Alves etc. Esta demanda nos leva a refletir, novamente, sobre as questões relativas à legislação brasileira (quais os documentos considerados com valor de prova), a necessidade de instituições específicas reunirem documentos que, não sendo do arquivo, aí se encontram, devolução aos arquivos dos documentos em posse indevida e os direitos autorais sobre determinadas obras etc.

Conclusão

A prospeção de acervos com documentos especiais realizou-se a partir do trabalho do Grupo de Identificação de Fundos Ministeriais (fundos externos) e foi aprofundado, pela DDA, em instituições que por sua natureza produziam e acumulavam esses documentos. Tal aprofundamento nos conduziu não só às instituições federais, mas também às estaduais e municipais.⁹

8. Ver Maria de Fátima Pereira Jaegger & Maria Helena Costa P. de Lyra, *Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1985), e Iara Ferreira de Sousa & Sônia Maria Abreu, *Procedimentos técnicos para a documentação cartográfica* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1982, dat.).

9. Esta prospeção foi mais exaustiva no que se refere à documentação cartográfica. Ver Luzinete Pinto, *Análise dos acervos cartográficos existentes no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional 1982, dat.).

Esses trabalhos levaram à constatação da similaridade dos problemas do Arquivo Nacional como os de outros arquivos públicos. Em quase todos é pouco clara a diferença entre documento de arquivo e de biblioteca, perdeu-se a proveniência desta documentação, inexistem procedimentos técnicos uniformes para a descrição dos documentos, assim como critérios para avaliação e seleção e há problemas na área de conservação e restauração, além de carência de pessoal técnico especializado, equipamento e recursos.

Em função de todos os problemas detectados, julgamos necessário alertar todas as instituições que têm documentos especiais para que reflitam sobre a linha de acervo e de suporte a adotar, de modo a congregarem esforços, não duplicar acervos inutilmente e melhor racionalizar suas funções.

Cumprir unir esforços, repetimos, no sentido de formar-se pessoal capacitado, estabelecer estudos específicos sobre conservação e legislação, fazer-se guias dos arquivos. É preciso lembrar que a preservação da memória de um país não pode estar a cargo de uma única instituição pública, mas constitui tarefa que extravasa a todas elas, numa responsabilidade coletiva. Assim, cada uma colaborando num aspecto, assumindo uma parcela do imenso acervo documental brasileiro, todas estarão lucrando, pois só desse modo preservaremos de fato o nosso patrimônio documental.

Abstract

This article, based upon fundamental concepts, relate concrete experiences, outline important questions on audio-visual records in the public archives, discuss policies for appraisal, accessioning, preserving, arranging and describing the collections; finally, it suggests to find urgent solutions to contribute effectively to rescue the Brazilian documental heritage.

Résumé

Cet article, fondé en quelques concepts fondamentaux, relate des expériences concrètes, pose des questions importantes sur les documents audio-visuels dans les archives publiques, examine les politiques du triage, versement, préservation, classement et description des collections; finalement, on suggère qu'on trouve des solutions urgentes qui contribueront, effectivement, pour sauvegarder le patrimoine documentaire brésilien.

Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental

Caio C. Boschi

Professor do Departamento de História
da Universidade Federal de Minas Gerais

Embora voltado para o estudo das fontes históricas, este artigo não se restringe a apresentá-las ou a inventariá-las. Não versa sobre a metodologia do tratamento das fontes. Pretende, de um lado, fugir à empobrecedora e ultrapassada tendência de se indicar ou reproduzir friamente o documento; de outro, demonstrar que o documento só tem sentido, só adquire significado na medida em que sofre a ação do historiador.

Dir-se-á então que o propósito aqui é o de, em primeiro lugar, descrever a experiência pessoal de pesquisa com um tipo de documento aparentemente hermético — os *compromissos* das irmandades mineiras — que, mesmo não tendo sido objeto de nosso trabalho, gerou uma mudança de perspectiva metodológica, além de abrir amplos e variados caminhos para outros projetos de pesquisa, ante a sua incontestável fertilidade informativa. Essa vivência implicou sentir de perto como as diretrizes teórico-metodológicas expressas nos manuais nem sempre se confirmam na pesquisa empírica, isto é, como a fase de execução nem sempre ratifica as propostas do planejamento. Nessa medida, quer-se prestar um testemunho da prática do pesquisador “como uma instância de estudo e como forma de enriquecimento das disciplinas”, aspirando a superar o caráter racionalizante e prescritivo da metodologia do trabalho científico. Em outras palavras, tentar estimular o aprendizado da metodologia, através da prática de pesquisa, ao mesmo tempo que se resgata e se dá destaque tanto à fecundidade de uma determinada fonte

1. Edson de Oliveira Nunes, 'Pequena introdução', em idem (org.), *A aventura sociológica* (Rio de Janeiro, Zahar, 1978), p. 9 ss.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 1	n. 1	p. 1-132	jan.-jun. 1986
--------	----------------	------	------	----------	----------------

(conhecida, mas pouquíssimo explorada em sua riqueza informativa) quanto às perspectivas metodológicas para o seu aproveitamento no *fazer* histórico.

Ainda que se advogue a tese de que o método histórico vem se revolucionando e de que o primado do documento escrito já não se sustenta, não há como negar a excelência da fonte escrita como instrumento de compreensão das mediações do processo histórico. Nesse sentido, mesmo que ela tenha perdido a preeminência, não perdeu a importância; à riqueza das hipóteses e dos marcos teóricos há que corresponder um sólido respaldo documental. Os estudos mais recentes de metodologia específica concordam que as fontes permanecem sendo a matéria-prima fundamental do conhecimento histórico². Aliás, insista-se no fato de que a pesquisa empírica pode levar à contestação de bem elaboradas hipóteses, marcos e pressupostos teóricos e de que as fontes e o seu tratamento poderão se constituir no ponto mais relevante de um trabalho científico.

Todavia, que não parem dúvidas. Ao se privilegiar determinado documento escrito, como aqui se faz, não se exerce uma opção fetichista, julgando que a história somente se constrói com base nesse tipo de fonte ou que o conhecimento só existe se alicerçado em fontes. O que se busca, na realidade, é ressaltar que o progresso metodológico nos conduz — quase nos obriga — a um distinto e mais abrangente tratamento das fontes do que o praticado pela historiografia positivista. E não apenas isso; também uma percepção diferente e uma nova forma de crítica documental, que possam extrapolar o estreito alcance da hermenêutica clássica, sistematizada por Langlois e Seignobos. É preciso ir além, fazendo com que o historiador rompa de vez uma atitude passiva no exercício de seu *métier*. É preciso que, frente ao documento, ele o decomponha e o desestruture, fazendo que a fonte lhe transmita muito mais do que o sentido literal de sua linguagem pode transmitir.

No atual estágio de desenvolvimento da produção historiográfica sobre o período colonial brasileiro, o estudo das irmandades leigas, em suas múltiplas facetas ou abordagens, constitui-se tema dos mais relevantes, em função do inato traço devocional dessas associações, do seu caráter assistencial, da ampla participação delas na vida sócio-econômica da Colônia e, por fim de sua integração nas diretrizes políticas emanadas da Metrópole. As irmandades coloniais, cuja idéia original era a de exercitar a comunhão fraterna e o crescimento do culto público, na realidade incorporavam às necessidades do espírito as do corpo, somando à celebração eucarística a assistência material. Por conseguinte torna-se difícil estabelecer com nitidez a linha divisória entre a mutualidade espiritual e as beneficências e auxílios mútuos temporais, entre o religioso e o profano, no interior desses grêmios. Mas, não seria o caso de se pensar que é nesta fusão de interesses que reside um

2. Cf. dentre outros: Jersey Topolski, *Metodologia de la historia* (Madri, Cátedra, 1982), especialmente pp. 298-329, ou, do mesmo autor, *La storiografia contemporanea* (Roma, Editori Riuniti, 1981), pp. 37-62. Um resumo das idéias desse historiador polonês encontra-se em Ciro F.S. Cardoso, *Introducción al trabajo de la investigación histórica: conocimiento, método e historia* (Barcelona, Crítica-Grijalbo, 1981), p. 139 ss.

dos pontos que dão singularidade e importância histórica ao seu estudo?

Por outro lado, o tema adquire maior e mais enfática relevância quando o universo geográfico de pesquisa se circunscreve à capitania de Minas Gerais, na qual os ônus e os encargos das práticas religiosas recaíram sobre os ombros de toda a população. Em Minas Gerais, no século XVIII, era impossível viver ou morrer à margem das irmandades. Eram elas que se incumbiam de implementar a vida religiosa (inclusive no que respeita à construção de templos), além de arcar com as despesas do assistencialismo social, sem esquecer que, em uma outra dimensão, as irmandades se tornaram veículo privilegiado de manifestação local, numa sociedade onde a livre formação de entidades políticas era expressamente proibida, como condição básica para a própria sobrevivência do sistema colonial. Por todas essas razões, é essencial analisar como elas se organizavam formalmente. Para tanto, os chamados *compromissos* impõem-se como o documento básico.

“O compromisso de uma irmandade não é outra coisa mais do que estatutos ou lei inviolável, a que se sujeitam os que a buscam e se alistam por irmãos nos livros dela.”³ Nele, quase sempre minuciosamente, estão corporificadas a finalidade e as intenções da associação; as condições de admissão e participação; as obrigações e os deveres, tanto da agremiação como dos seus adeptos, além da definição dos meios práticos para a plena consecução daqueles objetivos.

Pelo fato de serem elaborados por diferentes segmentos da sociedade e ao longo do século, eles não apresentam forma padronizada, como à primeira vista se poderia supor. Ao contrário, amoldavam-se, quanto à forma e ao conteúdo, às vicissitudes do momento, do local de sua redação, do grupo social que representavam e ao tipo de associação que se propunham organizar.⁴ Neste ponto, surge a primeira grande dificuldade para o seu estudo. Desde logo, torna-se mister qualificar o compromisso e tentar captar o seu real significado como fonte histórica.

Com efeito, um compromisso não foge à sua condição primeira de ser o documento que confere estatuto jurídico a uma irmandade, vale dizer, a uma associação de fiéis que, tendo afinidades entre si, se unem para o implemento de atividades em comum. Dessa forma, por um ato decisório e volitivo das pessoas, nele são estipulados os direitos e as obrigações, tanto em nível pessoal quanto coletivo, definindo a condição de organicidade e interdependência que norteará aquela comunidade a partir dali, ao mesmo tempo que prescreve os limites desejados, autorizados ou tolerados pelo consenso social do grupo em relação às formas de conduta e comportamento.

3: Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Casa Forte, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte dos homens pardos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, Vila Rica, s.d. Preâmbulo.

4: Para o estudo das especificidades e do significado histórico das associações leigas existentes na capitania de Minas Gerais, consulte-se Caio César Boschi, *Estado e irmandades em Minas Gerais no século XVIII* (São Paulo, 1982: tese de doutoramento no Departamento de História da FFLCH-USP, mimeo.).

Não obstante, na medida em que o processo histórico avança, as regras de convivência social e as próprias relações sociais se modificam, nem sempre persistindo o corpo normativo que até então era seguido.

Para o caso específico dos compromissos das irmandades mineiras, apesar de uma acentuada rigidez da forma redacional de seus capítulos, eles apresentam um bom retrato da evolução social da capitania, das suas transformações e dos conflitos que lhe eram inerentes. Daí a sua dupla relevância como fonte histórica: de um lado, por terem sido utilizados como instrumento de controle social e de garantia de manutenção do Estado absolutista então imperante; de outro, pela sua característica de corpo normativo que organizava e sistematizava as relações intragremiais dos indivíduos. Apesar disso, nota-se, de imediato, que a prática colonial nem sempre obedeceu ao rigor compromissivo e que a eficácia da regulação, pelo Estado, da conduta das pessoas na sociedade variou com o tempo: nem sempre foi respeitada, em certas ocasiões chegou a ser deformada, em outras simplesmente tornou-se inaplicada.

Assim, a análise dos documentos em pauta exige que o pesquisador não estabeleça aprioristicamente uma metodologia rígida para a sua leitura e interpretação; antes, o corpo referencial normativo deverá acompanhar *pari passu* a evolução histórico-cronológica dos próprios documentos, possibilitando mudanças no método a partir da própria pesquisa. Em consequência, fica sobrepujado o tratamento estático e estanque das fontes, evidenciado no apego aos aspectos técnico-formais em detrimento da análise documental. Não vai nisso nenhum descaso pela crítica externa ou de autenticidade. Não se despreza a validade das tarefas para determinação da forma original dos documentos, para a definição de arquétipos através de estemas e para o estudo das interpolações e suas causas. Deseja-se salientar que uma das principais tendências da ciência histórica contemporânea é a exploração da estrutura informativa do documento, ou seja, a pesquisa dinâmica do poder 'indicativo' das fontes em uma nova postura, na qual o historiador é quem toma a dianteira na relação sujeito-objeto. A fonte histórica adquire sentido dinâmico, caracterizado por um conjunto de tratamentos específicos e por uma determinada estrutura informativa, advinda de questionamento colocado pelo historiador de maneira intencional. Por conseguinte, a produção historiográfica esgotada na operação crítica transforma-se em algo absolutamente anacrônico. As fontes históricas, cada vez mais, são analisadas e questionadas em seus sentidos efetivo e potencial. Desenvolveu-se, a partir daí, um estreito nexos comunicativo entre o historiador e a fonte em função do potencial desta, produzindo novas formas de tratamento, novos tipos de questionamento, nova metodologia. Veja-se, a propósito, o poder e a estrutura informativa dos compromissos inventariados na tabela 1 anexa, especialmente ao se pensar no emprego do quantitativismo e da computação para o tratamento das informações nele mais evidentes, quais sejam: a preferência por determinados oragos e sua potencialidade para estudos hagiográficos; a expressiva quantidade total de compromissos, bem como de certos casos de irmandades com mais de um texto regimental; a abrangente dis-

tribuição temporal-cronológica das associações; a maior incidência de irmandades, comparativamente a outros tipos de confrarias, como as ordens terceiras e as arquiconfrarias; a expressiva dispersão geográfica das irmandades, o que, ao lado da data do compromisso, permite esboçar conjeturas sobre a participação daqueles sodalícios em torno do processo de urbanização da capitania.

Como se percebe, os compromissos extrapolam sua condição inicial e aparente, transformando-se em ricos mananciais de documentos para a história da globalidade social mineira e, no interior desta, das representações e das atitudes religiosas. Para além de seu traço marcadamente normativo, os compromissos passam a ser vistos também como uma fonte de estudo das mutações sociais e econômicas, dos comportamentos e dos sentimentos das gentes mineiras.

Essas ponderações ganham vulto quando se tem pela frente um universo tão extremamente extenso de documentos, cuja uniforme exterioridade oculta acentuada heterogeneidade, ainda que se queira abordar apenas um aspecto dos numerosos capítulos de que eles se compõem. Com isso, a análise intrínseca dos códices torna-se uma operação praticamente inviável se for dispensado o uso de métodos estatísticos e lingüísticos. Sem se deixar impregnar pelo vírus do modismo, não há como fugir, no caso em tela, à quantificação dos dados e a seu tratamento computadorizado, pois tal uso não prejudica, antes fortalece a análise qualitativa dos documentos. Apesar de o elenco levantado não se constituir em uma *série* homogênea, contínua e completa, nos moldes da perspectiva 'chauniana' clássica, ele pode perfeitamente ser submetido a um tratamento atinente aos documentos seriais de caráter subjetivo, dos quais se extrairiam dados relativos aos costumes, aos hábitos, às atividades e às mentalidades.

Por outro lado, na crítica de hermenêutica dos compromissos, ao se superar o sentido literal do discurso, lugar especial caberia ao estudo da linguagem escrita e das convenções sociais, vale dizer, dos códigos lingüístico, terminológico, psicológico e gráfico. Indo, além da forma e da abordagem temática, com o auxílio da lingüística, lendo, organizando, normalizando e comparando os dados, "desbastando e ordenando o texto", o historiador poderia analisar não só a normalização contida nos compromissos, mas também as relações sociais que lhe são inerentes, na medida em que, repita-se, não é apenas o conteúdo do texto que lhe interessa. Como afirma Régine Robin, "as formações discursivas não podem ser apreendidas senão em função das condições de produção, das instituições que as implicam e das regras constitutivas do discurso."⁵ No caso específico, basta ver a forma pela qual os compromissos surgem e se apresentam à comunidade de associados. Sua elaboração nem sempre coincidia com a época da organização da irmandade. Na maior parte das vezes, especialmente na primeira metade do século

5. Régine Robin, *História e lingüística* (trad. Adélia Bole, São Paulo, Cultrix, 1977), p. 20.

6. Idem, *ibidem*, p. 116.

XVIII, o mais freqüente era haver uma defasagem de tempo entre os dois atos. Desta maneira, a data de elaboração dos estatutos é aquela na qual a irmandade pleiteava *status* jurídico, pretendendo ter, desde aquele momento, sua existência confirmada de *jure*, pois, na realidade, já existia. A necessidade de sua elaboração não era tanto para a regulação das relações internas da associação, mas sim pelo imperativo legal de se subordinar jurisdicionalmente às autoridades civis e/ou eclesiásticas. Tanto assim que, em certos casos, como no das irmandades 'de devoção', o compromisso inexistiu, o que não exclui a constituição da entidade. Seja para o Estado absolutista, seja para as autoridades eclesiásticas locais, o propósito fundamental era o de estabelecer mecanismos de neutralização das tensões sociais e de controle sobre a sociedade. A ideologia da dominação, dessa maneira, torna-se transparente na leitura daqueles documentos, mormente quando se trata de irmandade de negros. Permitindo e mesmo estimulando, sob vigilância, a sua criação, o Estado delas se servia como forma de conter o negro dentro do sistema social, impedindo-o de promover mudanças nas suas condições materiais de vida. Esse tipo de análise também pode conduzir à percepção das reações coloniais diante do estabelecimento desses corpos normativos. Como ficou dito, o fato de a norma ser estatuída e se encontrar em vigor não traz, como decorrência implícita, sua eficácia, pois o grupo social a que se destina pode não aceitá-la ou não reconhecê-la. Os compromissos, assim, oferecem outro amplo campo para a investigação. Basta reconstituir os passos da seqüência desses documentos, desde a sua elaboração até o momento em que eles passavam a ser aplicados. Como se sabe, os compromissos não vigoravam imediatamente após a sua feitura. Eles deveriam antes ser submetidos à aprovação de autoridades civis (via de regra, metropolitanas) e/ou eclesiásticas. Dificilmente o texto primitivo deixava de sofrer restrições da parte das autoridades, fazendo que o indispensável e decorrente 'alvará de confirmação do compromisso' fosse sempre entendido como um documento limitativo e cerceador. A partir daí, várias questões poderiam ser objeto de estudo como por exemplo: que tipos de restrições foram mais incidentes? Essas restrições variavam de acordo com a autoridade a que eram submetidas? Variaram no tempo? Eram acolhidas, aceitas e 'juramentadas' pelas mesas diretoras e pelos irmãos? Face à costumeira demora do pronunciamento das autoridades, o texto compromissivo, na sua forma original, era oficiosamente colocado em prática desde o momento de sua elaboração?

Esse rol de questões pode se desdobrar enormemente e, com certeza, remete o pesquisador a outras direções, em que a fecundidade dos compromissos não se mostra menor. Ao contrário. Nelas, sem que se pretenda exaurir a fonte, poderiam ser analisados, dentre outros, além dos que já foram sugeridos, os seguintes temas:

— a estrutura organizacional e o funcionamento das irmandades, através do estudo de seus heterogêneos cargos diretivos, da infra-estrutura material (desde móveis e utensílios aos ricos e detalhados livros de controle interno: 'razão', de termos, de receitas e despesas etc.) e do democrático sis-

tema de eleições para as referidas funções administrativas internas (o regime de votação secreta, a assistência e a supervisão das autoridades civis ou eclesiásticas, as formas variadas de divulgação dos resultados);

— a evolução da mentalidade dos habitantes das Minas Gerais, em diferentes aspectos: em relação ao seu instinto gregário, frente às doenças, à morte, à religião (através do estudo da piedade e das práticas religiosas, especialmente tendo em vista a extensa variedade e numerosidade das 'missas votivas', através da marcante exterioridade do culto e das celebrações cheias de ostentação e luxo, bem como pela análise das relações entre as irmandades e a Igreja-instituição) e ante os agrupamentos sociais (pela análise do mutualismo e das práticas assistencialistas junto aos próprios irmãos e seus familiares, aos presos, aos enfermos e às chamadas minorias sociais);

— a evolução da política fiscalizadora do Estado absoluto português sobre as irmandades, isto é, do grau de subordinação destas àquele, de como elas, gradativamente, foram perdendo sua característica original de manifestação local até se transformarem em aparelhos de Estado e, por extensão, em associações conservadoras e mantenedoras do *status quo*;

— a evolução da sociedade mineira, sob o prisma do igualitarismo existente nos primeiros tempos, do gradativo processo de estratificação e do aparente caráter democrático, da formação e atuação dos diferentes segmentos sócio-econômicos, do segregacionismo e dos preconceitos morais, de cor, de sexo;

— a evolução da economia da região, através da análise das numerosas receitas e despesas relativas às festas para os santos patronos, da curva dos valores dos diversos tipos de esmolas (de 'entrada', 'anuais', extraordinários, da mesa diretora), da análise das rendas e dos bens materiais e de sua gerência e administração, do estudo da variação temporal das despesas mais frequentes (além das festas, com missas, cera, construções, compra de ornamentos, contratação de obras de arte, de capelões, de sermonistas e de músicos).

Estes são alguns exemplos que valem apenas como meros registros de dados e de sugestões de abordagens que, uma vez sistematizadas e ordenadas, poderiam ser problematizadas pelos historiadores.

Fica, pois, evidente que a potencialidade informativa dos compromissos se multiplica, dependendo da sensibilidade e do espírito crítico dos que aceitarem o atraente desafio de com eles trabalhar, seja para questioná-los, seja para propor novas formas de tratamento dos dados neles contidos. Com isso, se configuraria uma inversão do papel do *sujeito* no processo do conhecimento, tornando-se elemento ativo e fazendo com que o documento adquirisse um caráter dinâmico, vale dizer, que ele fosse sempre visto como permanente fonte para novas problematizações pelo historiador.

Siglas e abreviaturas

A.E.A.D.	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina (MG)
A.E.A.M.	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (MG)
A.E.P.N.S.C./AD-OP	Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Antônio Dias, de Ouro Preto (MG)
A.E.P.N.S.C./Pr	Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Prados (MG)
A.E.P.N.S.C./Sa	Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Sabará (MG)
A.E.P.N.S.P./OP	Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, de Ouro Preto (MG)
A.E.P.N.S.P./SJDR	Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, de São João Del-Rei (MG)
A.E.P.S.A./Ti	Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Santo Antônio, de Tiradentes (MG)
A.E.O.T.S.F.A./SJDR	Arquivo Eclesiástico da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de São João Del-Rei (MG)
A.H.U.	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
A.H.U.-M.G.-Doc.Av.	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Minas Gerais — Documentos Avulsos (caixas em organização)
A.N.R.J.	Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
A.N.T.T.-C.A.O.C./	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo
arq.	arquitetura
B.N.L.	Biblioteca Nacional, Lisboa. Seção de Reservados
cód.	código
f.	folha
freg.	freguesia
fs.	folhas
G.D.M.	Geraldo Dutra de Moraes, <i>História de Conceição de Mato Dentro</i> . Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura, 1942 [reprodução de documentos sem indicação do fundo arquivístico]
irm.	irmandade
O.T.	Ordem Terceira
p.	página
s.d.	sem data
S.P.H.A.N./R.J.	Arquivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro
s.r.l.	sem nenhuma referência no local de pesquisa
v.	verso

TABELA 1
Compromissos das irmandades coloniais mineiras que foram
localizados
(por ordem alfabética de oragos)

N.º de ordem	Oragos	Natu-reza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
1	Almas	Irm.	Aiuruoca, freg. de N.S. da Conceição de	1812	A.E.A.M. - s.r.l.
2	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Barbacena, freg. de N.S. da Piedade da Borda do Campo, de	1785	A.E.A.M. - s.r.l.
3	Almas	Irm.	Caeté, freg. de N.S. do Bom Sucesso de	1785	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 17, fs. 111-119
4	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Camargos, freg. de N.S. da Conceição dos	1737	A.E.A.M. - s.r.l.
5	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Carijós, freg. de N.S. da Conceição dos Campos dos	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 30-39v.
6	Almas	Irm.	Casa Branca, freg. de Sto. Antônio do Campo da	1724	S.P.H.A.N.F.J. - Gaveta 79 - pasta II, compromisso 3
7	Almas	Irm.	Conceição do Mato Dentro, freg. de N.S. da	1738 1767	G.D.M. - pp. 60-67 A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 297, fs. 81-84v.
8	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Congonhas do Sabará, freg. de N.S. do Pilar de	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 45v-49v.
9	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Furquim, freg. de Bom Jesus do Monte	1766	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 290, fs. 207-210
10	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Guarapiranga, freg. de N.S. da Conceição de	1760 1766	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 290, fs. 257v-259
11	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Inficionado, freg. de N.S. de Nazaré do	1765 1785	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 42-48
12	Almas	Irm.	Itatiaia, freg. de Sto. Antônio de	1727	A.E.A.M. - s.r.l.
13	Almas	Irm.	Mariana, Sé de	1763	A.N.T.T. - Casa Forte
14	Almas	Irm.	Pitangui, freg. de N.S. Pilar de	1727	A.E.A.M. - s.r.l.
15	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Prados, freg. de N.S. da Conceição dos	1722 1773	A.E.P.N.S.C./P.R. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 306, fs. 229v-235v.
16	Almas	Irm.	Raposos, freg. de N.S. Conceição dos	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 17-20

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natureza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
17	Almas	Irm.	Rio das Pedras, freg. de N.S. Conceição do	1725 1773	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 40-45.
18	Almas	Irm.	Rocha Grande, freg. de Sto. Antônio do Bom Retiro da	1771	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 302, fs. 84-88
19	Almas	Irm.	Santa Bárbara, freg. de Sto. Antônio do Ribirão de	1766	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 24-28v.
20	Almas	Irm.	Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno (na capela de), freg. de São João Del-Rei	1722	A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l.
21	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	São Caetano, freg. de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 75v.-79v.
22	Almas	Irm.	São João Del-Rei, freg. de N.S. do Pilar de	1767 1804	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 95v.-100 A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l.
23	Almas	Irm.	São José, freg. de Sto. Antônio da Vila de	1724 1727 1772	A.E.P.S.A./Ti - s.r.l. A.E.P.S.A./Ti - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 306, fs. 21v.-34v.
24	Almas	Irm.	Sumidouro, freg. de N.S. do Rosário do	1778	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 55-64
25	Almas	Irm.	Tejuco (na capela de Sto. Antônio do arraial do), freg. de N.S. da Conceição da Vila do Príncipe	1769	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 297, fs. 332-338v.
26	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Vila Rica, freg. de N.S. Conceição de Antônio Dias, de	1765	A.E.A.M. - s.r.l.
27	Almas e São Miguel e Almas	Irm.	Vila Rica, freg. de N.S. do Pilar, de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 126-135v.
28	Caridade dos Escravos de N.S. da Piedade	Irm.	São José, freg. de Sto. Antônio da Vila de	1768	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 297, fs. 63v.-68v.
29	N.S. da Boa Morte	Irm.	Guarapiranga, freg. de N.S. da Conceição de	1779	A.E.A.M. - s.r.l.
30	N.S. da Boa Morte	Irm.	São João Del-Rei, freg. de N.S. do Pilar de	1786 1794	A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l. A.H.U. - Cód. 1.675

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natura-za	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
31	N.S. da Boa Morte	Im.	Vila Rica, freg. de N.S. da Conceição de Antônio Dias, de	s.d. 1810	A.N.T.T. - Casa Forte A.N.R.J. - Cód. 820
32	N.S. da Boa Viagem	Im.	Itabira do Campo, freg. de N.S. da Boa Viagem de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 404v-408
33	N.S. da Conceição	Im.	Antônio Pereira, freg. de N.S. da Conceição de	1810	A.E.A.M. - s.r.l.
34	N.S. da Conceição	Im.	Carijós, freg. de N.S. da Conceição dos Campos dos	s.d.	A.E.A.M. - s.r.l.
35	N.S. da Conceição	Im.	Casa Branca, freg. de Sto. Antônio do Campo da	1807 1809	S.P.H.A.N./R.J. - Gaveta 79 - pasta II, compromisso 4 A.E.A.M. - s.r.l.
36	N.S. da Conceição	Im.	Conceição do Mato Dentro, freg. de N.S. da	1768	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 297, fs. 69-72
37	N.S. da Conceição	Im.	Guarapiranga, freg. de N.S. da Conceição de	1782 1783	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 12, fs. 92v-108v
38	N.S. da Conceição	Im.	Itabira do Campo, freg. de N.S. da Boa Viagem de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 283, fs. 23v-29
39	N.S. da Conceição	Im.	Pilangui, freg. de N.S. do Pilar, da Vila de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 104-107v
40	N.S. da Conceição	Im.	Raposos, freg. de N.S. da Conceição dos	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 3-17
41	N.S. da Purificação	Im.	Vila do Príncipe, freg. de N.S. da Conceição da	1781	A.E.A.D. - s.r.l.
42	N.S. das Mercês	Im.	Catas Altas, freg. de N.S. da Conceição das	1794	A.E.A.M. - s.r.l.
43	N.S. das Mercês	Im.	Sabarã, Vila do	1778	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 4, fs. 26-39v
44	N.S. das Mercês	Im.	São Bartolomeu, freg. de	1807	A.E.A.M. - s.r.l.
45	N.S. das Mercês	Im.	São Caetano, freg. de	1797/8	A.H.U. - M.G.-Doc. Av. - Caixa 63
46	N.S. das Mercês	Im.	São Gonçalo do Rio Abaixo (arraial de), freg. de Sta. Bárbara	1782 1784	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 14, fs. 78-83v

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natu- reza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
47	N.S. das Mercês	Irm.	São João Dei-Rei, Vila de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 283, fs. 154-158v.
				1806	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 45, fs. 60v.-65
				1806	A.E.A.M. - s.r.l.
48	N.S. das Mercês	Irm.	São José (na igreja de N.S. do Rosário), da Vila de	1769	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 297, fs. 381-388v.
				1796	A.E.P.S.A/TI - s.r.l.
49	N.S. das Mercês	Irm.	Tejuco (arraial do), freg. da Vila do Príncipe	1779	A.E.A.D. - s.r.l.
50	N.S. das Mercês	Irm.	Vila do Príncipe (na igreja do Senhor Bom Jesus do Matosinhos da)	1800	A.H.U. - M.G.-Doc. Av. - Requerimentos 1801 (485) 26/01/1801
51	N.S. das Mercês	Irm.	Vila Rica (capela de São José), freg. de N.S. do Pilar	1765	A.H.U. - Cód. 1.531
52	N.S. do Amparo	Irm.	Sabarã, freg. de N.S. da Conceição, Vila de	1749	A.E.P.N.S.C./Sa - s.r.l.
53	N.S. do Bom Sucesso	Irm.	Caeté, freg. de Vila Nova da Rainha	1785	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 17, fs. 98-102
54	N.S. do Carmo	O.T.	Mariana	1788/9	A.H.U. - M.G.-Doc. Av. - Caixa 85 (1807-março-13)
				1805	S.P.H.A.N./R.J. - Gaveta 79, pasta II, compromisso 11
55	N.S. do Livramento	Irm.	São Caetano, freg. de	1810	A.N.R.J. - Cód. 817
56	N.S. do Monserrate	Irm.	Rioça Grande, freg. de Sto. Antônio da	1771	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 280, fs. 401-405
57	N.S. do Pilar	Irm.	Vila Rica, freg. de N.S. do Pilar de	1712	S.P.H.A.N./R.J. - Gaveta 79, pasta I, compromisso 7
				1775	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 307, fs. 220-230v.
58	N.S. do Rosário	Irm.	Aíto da Cruz (capela de Sta. Efigênia), freg. de N.S. da Conceição de Antônio Dias, de Vila Rica	1785	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 17, fs. 85v.-94
				séc. XVIII	A.E.P.N.S.C./A.D.-O.P. - s.r.l.
59	N.S. do Rosário	Irm.	Barbacena, freg. de N.S. da Piedade	1809	A.E.A.M. - s.r.l.
60	N.S. do Rosário	Irm.	Brotas (capela de N.S. das), freg. de Congonhas do Campo	1807	A.E.A.M. - s.r.l.

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natu-reza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
61	N.S. do Rosário	Im.	Brumado (capela de São Gonçalo Amarante, no arraial do), freg. de São João Del-Rei	1815	A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l.
62	N.S. do Rosário	Im.	Galambau (capela de Sto. Antônio do), freg. de Guarapiranga	1782 1783	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 12, fs. 108v.-114v.
63	N.S. do Rosário	Im.	Campanha da Princesa, freg. de Sto. Antônio do Rio Verde	1800	A.H.U. - Cód. 1.534
64	N.S. do Rosário	Im.	Caquande, freg. de N.S. do Pilar de Vila Rica	1715 1745	A.E.P.N.S.P./O.P. - s.r.l. A.H.U. - M.G.-Doc. Av. - Caixa 26 (28 abril - 1745)
65	N.S. do Rosário	Im.	Casa Branca, freg. de Sto. Antônio da	1726	A.E.A.M. - s.r.l.
66	N.S. do Rosário	Im.	Conceição da Barra (arraial de N.S.), freg. de São João Del-Rei	1806	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 45, fs. 55-59v.
67	N.S. do Rosário	Im.	Conceição do Mato Dentro, freg. de N.S. da	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 297, fs. 76v.-80v.
68	N.S. do Rosário	Im.	Congonhas do Campo, freg. de N.S. da Conceição de	1807	A.E.A.M. - s.r.l.
69	N.S. do Rosário	Im.	Congonhas do Sabará, freg. de N.S. do Pilar de	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 2-5
70	N.S. do Rosário	Im.	Curral Del-Rei, freg. de N.S. da Boa Viagem do	1807	A.H.U. - Cód. 1.537
71	N.S. do Rosário	Im.	Furquim, freg. de Bom Jesus do Monte	1766	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 14-16v.
72	N.S. do Rosário	Im.	Guarapiranga, freg. de N.S. da Conceição de	1766	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 290, fs. 259v.-261
73	N.S. do Rosário	Im.	Inficionado, freg. de N.S. de Nazaré do	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 283, fs. 135v.-138v.
74	N.S. do Rosário	Im.	Itabira do Campo, freg. de N.S. da Boa Viagem de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 283, fs. 66-70
75	N.S. do Rosário	Im.	Itaverava, freg. de Sto. Antônio de	1743 1766	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 48v.-50

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Orogos	Naturza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
76	N.S. do Rosário	Im.	Lagoa Dourada (arraial de), freg. de N.S. da Conceição de Prados	1793	A.H.U. - Cód. 1.286
77	N.S. do Rosário	Im.	Mariana (Igreja Velha do Arraial de Cima)	1727	A.N.T.T. - Casa Forte
78	N.S. do Rosário	Im.	Pinheiro (arraial de), freg. do Sumidouro	séc. XVIII	A.H.U. - Cód. 1.530
79	N.S. do Rosário	Im.	Pitangui, freg. de N.S. do Pilar	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 100v-104
80	N.S. do Rosário	Im.	Raposos, freg. de N.S. da Conceição de	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 5-9
81	N.S. do Rosário	Im.	Rio das Pedras, freg. de N.S. da Conceição do	1755 1773	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 66-71
82	N.S. do Rosário	Im.	Rio do Peixe, freg. da Vila do Príncipe	1804	A.H.U. - Cód. 1.820
83	N.S. do Rosário	Im.	Rio Manso (capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, do arraial de), freg. da Vila do Príncipe	1794	A.H.U. - Cód. 1.818
84	N.S. do Rosário	Im.	Santa Bárbara, freg. de Santo Antônio do Ribeirão de	1755 1807	A.E.A.M. - s.r.l. A.H.U. - Cód. 1.681
85	N.S. do Rosário	Im.	Santa Luzia (arraial de), freg. de Sto. Antônio da Roça Grande	1766	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 290, fs. 226-229v.
86	N.S. do Rosário	Im.	Santa Rita (arraial de), freg. de Sto. Antônio do Rio Acima	1784	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 14, fs. 86-90v.
87	N.S. do Rosário	Im.	São Bartolomeu, freg. de	1815	A.N.R.J. - Cód. 841
88	N.S. do Rosário	Im.	Brás do Suaçuí (capela de), freg. de Congonhas do Campo	1753	A.E.A.M. - s.r.l.
89	N.S. do Rosário	Im.	São Caetano, freg. de	1762	A.E.A.M. - s.r.l.
90	N.S. do Rosário	Im.	São João Batista do Morro Grande, freg. de	1785 1786	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 167v-170v.
91	N.S. do Rosário	Im.	São João Del-Rei, freg. de	1787	A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l.
92	N.S. do Rosário	Im.	São José, freg. de	1785	S.P.H.A.N./R.J. - Gaveta 79, pasta I, compromisso 1
93	N.S. do Rosário	Im.	São Miguel de Piracicaba, freg. de	1801	A.H.U. - Cód. 1.282

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natu-reza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
94	N.S. do Rosário	Im.	Tejuco (arraial do), freg. da Vila do Príncipe	1768	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 283, fs. 224v-229
95	N.S. do Rosário	Im.	Vila do Príncipe, freg. de N.S. da Conceição da	1727 1767	A.E.A.D. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 283, fs. 146v-149
96	N.S. do Terço	Im.	São João Del-Rei, freg. de	1809	A.N.R.J. - Cód. 628
97	N.S. Mãe dos Homens e São Francisco das Chagas	Im.	Caraca, capela da Serra do	1807	A.H.U. - M.G.-Doc. Av. - Caixa 85
98	Santa Casa da Misericórdia	Im.	São João Del-Rei	1768	A.N.R.J. - Cód. 636
99	Santa Cecília	Im.	Mariana, Sé de	1820	A.N.R.J. - Cód. 830
100	Santa Quitéria	Im.	Vila Rica, freg. de N.S. do Pilar de	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 9-13
101	Santana	Im.	Santa Luzia, freg. de Sto. Antônio da Roça Grande	1786	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 174-179
102	Santíssimo Sacramento	Im.	Aiuruoca, freg. de N.S. da Conceição de	1728	A.E.A.M. - s.r.l.
103	Santíssimo Sacramento	Im.	Barbacena, freg. de N.S. da Piedade da Borda do Campo	1749 1771	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 305, fs. 12-15v.
104	Santíssimo Sacramento	Im.	Caeté, freg. de N.S. do Bom Sucesso do	1785	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 17, fs. 103v-110
105	Santíssimo Sacramento	Im.	Conceição do Mato Dentro, freg. de N.S. da	1782 1785	G.D.M. - pp. 67-74 A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 157v-161
106	Santíssimo Sacramento	Im.	Congonhas do Sabará, freg. de N.S. do Pilar de	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 296, fs. 20-25v.
107	Santíssimo Sacramento	Im.	Guarapiranga, freg. de N.S. da Conceição de	1744 1783	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 12, fs. 85-91
108	Santíssimo Sacramento	Im.	Inficionado, freg. de N.S. de Nazaré de	1736/49 1785	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 38-42v.
109	Santíssimo Sacramento	Im.	Itabira do Campo, freg. de N.S. da Boa Viagem de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 418-421v.
110	Santíssimo Sacramento	Im.	Itatiaia, freg. de Sto. Antônio de	1756	A.E.A.M. - s.r.l.

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natu- reza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
111	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Itaverava, freg. de Sto. Antônio de	1766	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 291, fs. 52-57
112	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Lavras do Funil, freg. de Santana das	1811	A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l.
113	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Mariana, Sé de	1713	A.E.A.M. - s.r.l.
114	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Pitangui, freg. de N.S. do Pilar de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 291, fs. 116-121v.
115	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Pouso Alto, freg. de N.S. da Conceição de	1773 1796	A.E.A.M. - s.r.l. A.H.U. - Cód. 1.533
116	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Prados, freg. de N.S. da Conceição dos	1738 1772	A.E.P.N.S.C./P.R. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 305, fs. 410-420v.
117	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Raposos, freg. de N.S. da Conceição dos	1773	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 296, fs. 60v.-66
118	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Rio das Pedras, freg. de N.S. da Conceição do	1734 1773	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 296, fs. 26-30
119	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Rocha Grande, freg. de Sto. Antônio do Bom Retiro da	1771	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 302, fs. 88-92v.
120	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Santa Bárbara, freg. de Sto. Antônio do Ribe- irão de	1795	A.H.U. - Cód. 1.676
121	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	São João Del-Rei, freg. de N.S. do Pilar	1717 1728 1789	A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l. A.N.R.J. - Cód. 831 A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 297, fs. 370-378
122	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	São José, freg. de Sto. Antônio da Via de	1817 1796	A.N.R.J. - Cód. 829 S.P.H.A.N./R.J. - Ga- veta 79, pasta III
123	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	São Miguel de Piraci- caba, freg. de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 297, fs. 72-76
124	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Sumidouro, freg. de N.S. do Rosário do	1778	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 12-20v.
125	Santíssimo Sacra- mento	lrm.	Tejuco (capela de Sto. Antônio do arraial do), freg. da Vila do Prín- cipe	1735 1784	S.P.H.A.N./R.J. - Ga- veta 79, pasta II, com- promisso 10 A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 17, fs. 5v.-14

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natu- reza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
126	Santíssimo Sacra- mento	Im.	Vila do Príncipe, freg. de N.S. da Conceição da	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 291, fs. 334-340v.
127	Santíssimo Sacra- mento	Im.	Vila Rica, freg. de N.S. do Pilar	1738	S.P.H.A.N./R.J. - Ga- veta 79, pasta I, com- promisso 9
128	Santíssimo Sacra- mento	Im.	Vila Rica, freg. de N.S. da Conceição de An- tônio Dias	1717	S.P.H.A.N./R.J. - Ga- veta 79, pasta I, com- promisso 6
129	Santo Antônio	Im.	Rio das Mortes Pequeno (capela de), freg. de São João Del-Rei	1722	A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l.
130	Santo Antônio	Im.	Santa Bárbara, freg. de Sto. Antônio do Ribei- rão de	1738	A.E.A.M. - s.r.l.
131	Santo Antônio de Lisboa	Im.	São Bento do Tamandua, freg. de	1805	A.H.U. - Cód. 1.679
132	São Benedito	Im.	Mariana (igreja de N.S. do Rosário da Vila do Carmo)	1727 1737	A.N.T.T. - Manuscritos do Brasil n.º 21 - Bis S.P.H.A.N./R.J. - Ga- veta 79, pasta II, com- promisso 12
133	São Benedito	Im.	Sumidouro, freg. de N.S. do Rosário do	1778	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 48-55
134	São Elesbão e Se- nhora do Rosário	Im.	Pitangui (arraial do Onça), freg. de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 291, fs. 161-164
135	São Francisco de Assis	Im.	São José, Vila de	1812 1815	A.E.P.S.A./Ti - s.r.l. A.N.R.J. - Cód. 842
136	São Francisco de Assis	Arq.	Caeté, freg. de N.S. do Bom Sucesso de	1783	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 12, fs. 21v-30v.
137	São Francisco de Assis	Arq.	Mariana	1760 1784	A.E.A.M. - s.r.l. A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 2-11
138	São Francisco de Assis	Arq.	Sabará	1806	A.H.U. - Cód. 1.536
139	São Francisco de Assis	Arq.	Santa Bárbara, freg. de Sto. Antônio do Ribei- rão de	1805	A.E.A.M. - s.r.l.
140	São Francisco de Assis	Arq.	Vila do Príncipe, freg. da	1785	A.H.U. - M.G.-Doc. Av. - Caixa 141 (31/01/ 1785)
141	São Francisco de Assis	O.T.	Mariana	1809	A.N.R.J. - Cód. 844
142	São Francisco de Assis	O.T.	São João Del-Rei	1776	A.E.O.T.S.F.A./S.J.D.R. - s.r.l.

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natu-reza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
143	São Francisco de Assis	O.T.	Vila Rica, freg. de N.S. da Conceição de Antônio Dias	1756	A.E.P.N.S.C./A.D. - O.P. - s.r.l.
				1761	A.E.P.N.S.C./A.D. - O.P. - s.r.l.
144	São Francisco de Paula	O.T.	Vila Rica, freg. de N.S. do Pilar de	1804	A.H.U. - M.G.-Doc. Av. - Caixa 92
145	São Gonçalo	Irm.	Brumado (capela de São Gonçalo), freg. de São João Del-Rei	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 341v.-345
146	São Gonçalo Garcia	Irm.	São João Del-Rei, freg. de	1783	B.N.L. - Cód. 11.073
147	São João Evangelista	Irm.	São José	1812	A.E.P.S.A./Ti - s.r.l.
148	São José	Irm.	Congonhas do Campo, freg. de N.S. da Conceição de	1813	A.E.A.M. - s.r.l.
149	São José	Irm.	Furquim, freg. do Bom Jesus do Monte	1818	A.E.A.M. - s.r.l.
150	São José	Irm.	Itaverava, freg. de Sto. Antônio de	1766	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 291, fs. 60-64v.
151	São José	Irm.	Vila Rica, freg. de N.S. do Pilar	1730	S.P.H.A.N./R.J. - Gaveta 79, pasta I, compromisso 8
152	São Pedro dos Clérigos	Irm.	Mariana	1810	A.N.R.J. - Cód. 837
				1729	A.E.A.M. - s.r.l.
				1760	A.E.A.M. - s.r.l.
153	São Vicente Ferrer	Irm.	Passagem (arraial de), freg. de Mariana	1794	A.H.U. - Cód. 1.395
154	Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Irm.	Conceição do Mato Dentro, freg. de N.S. da	1803	A.H.U. - Cód. 1.535
				1803	G.D.M. - pp. 134-144
155	Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Irm.	Congonhas do Campo, freg. de N.S. da Conceição de	1758	A.H.U. - Cód. 1.817
156	Senhor Bom Jesus de Matosinhos	Irm.	Guarapiranga, freg. de N.S. da Conceição de	1788	A.H.U. - Cód. 1.532
157	Senhor Bom Jesus do Descendimento da Cruz	Irm.	São José, freg. de Sto. Antônio, da Vila de	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 283, fs. 3-7v.
				1785	A.N.T.T. - D. Maria I - C.O.C./Comuns - Livro 15, fs. 147-153v.
158	Senhor dos Passos	Irm.	Barbacena, freg. de N.S. da Piedade da Borda do Campo	1809	A.E.A.M. - s.r.l.
159	Senhor dos Passos	Irm.	Bom Despacho (capela de N.S. do), freg. de Pitangui	1768	A.N.T.T. - C.A.O.C./Comuns - Livro 297, fs. 103-109

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Natu- reza	Localidade-sede	Data do compr.	Local da pesquisa e referência no local
160	Senhor dos Passos	Im.	Pitangui, freg. de N.S. do Pilar de	1758	A.E.A.M. - s.r.l.
				1768	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 297, fs. 195-199
161	Senhor dos Passos	Im.	São Bartolomeu, freg. de	1815	A.N.R.J. - Cód. 631
162	Senhor dos Passos	Im.	São João Del-Rei, freg. de N.S. do Pilar de	1733	A.E.P.N.S.P./S.J.D.R. - s.r.l.
				1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 291, fs. 327-334
163	Senhor dos Passos	Im.	São José, freg. de Sto. Antônio de	1722	A.E.P.S.A./Ti - s.r.l.
				1724	S.P.H.A.N./R.J. - Ga- veta 79, pasta II, com- promisso 2
164	Senhor dos Passos	Im.	Vila Rica, freg. de N.S. do Pilar	1767	A.N.T.T. - C.A.O.C./Co- muns - Livro 291, fs. 121-125

Fonte: Caio César Boschi, *Estado e irmandades em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, 1982, mimeo. (tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), pp. 293-303.

Nota: Quase sempre as irmandades das Almas invocavam também a proteção de São Miguel. Naqueles casos específicos em que isto ocorreu, registrou-se na coluna ORAGOS a invocação encontrada na documentação compulsada, contrariando o critério geral adotado de listá-las em ordem alfabética.

TABELA 2
Irmandades coloniais mineiras que foram localizadas
(por ordem alfabética de oragos)

N.º de ordem	Oragos	Irmandades localizadas	Irmandades com compromissos localizados
01	Almas e São Miguel e Almas	35	27
02	Caridade dos Escravos de Nossa Senhora da Piedade	1	1
03	Nossa Senhora da Boa Morte	6	3
04	Nossa Senhora da Boa Viagem	1	1
05	Nossa Senhora da Conceição	14	8
06	Nossa Senhora da Expectação do Parto	1	—
07	Nossa Senhora da Glória	2	—
08	Nossa Senhora da Piedade	1	—
09	Nossa Senhora da Purificação	1	1
10	Nossa Senhora da Saúde	1	—
11	Nossa Senhora das Dores	5	—
12	Nossa Senhora das Mercês	20	10
13	Nossa Senhora de Guadalupe	1	—
14	Nossa Senhora de Nazaré	2	—
15	Nossa Senhora do Amparo	3	1
16	Nossa Senhora do Bom Sucesso	2	1
17	Nossa Senhora do Carmo	5	1
18	Nossa Senhora do Livramento	1	1
19	Nossa Senhora do Monserrate	1	1
20	Nossa Senhora do Pilar	4	1
21	Nossa Senhora do Rosário	62	38
22	Nossa Senhora do Terço	3	1
23	Nossa Senhora Mãe dos Homens e São Francisco das Chagas	1	1
24	Sagrados Corações de Jesus, Maria e José e Senhor de Matosinhos	1	—
25	Santa Casa de Misericórdia	4	1
26	Santa Cecília	3	1
27	Santa Eligénia	3	—
28	Santa Quitéria	2	1
29	Santa Rita	2	—
30	Santana	11	1
31	Santíssima Trindade e Nossa Senhora dos Remédios	1	—
32	Santíssimo Coração de Jesus	1	—
33	Santíssimo Sacramento	43	27
34	Santo António	10	3
35	São Benedito	4	2
36	São Bento	1	—
37	São Elesbão e Senhora do Rosário	3	1
38	São Francisco de Assis	14	9
39	São Francisco de Paula	2	1
40	São Gonçalo e São Gonçalo Garcia	9	2
41	São João Evangelista	1	1

(Continua)

(Continuação)

N.º de ordem	Oragos	Irmandades localizadas	Irmandades com compromissos localizados
42	São Joaquim	1	—
43	São José	5	4
44	São Pedro dos Clérigos	1	1
45	São Sebastião	4	—
46	São Tiago	1	—
47	São Vicente Ferrer	1	1
48	Senhor Bom Jesus de Matosinhos	5	3
49	Senhor Bom Jesus do Descendimento da Cruz	1	1
50	Senhor Bom Jesus do Livramento	1	—
51	Senhor do Bonfim	3	—
52	Senhor dos Passos	11	7
	TOTAIS	322	164

Fonte: Caio César Boschi, *Estado e irmandades em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, 1982. mimeo. (tese de doutoramento apresentada ao Dept.º de História da FFLCH-USP). p. 218 e 293-303.

Abstract

This article, focusing the study of historical sources, intend to demonstrate the influence of the historian's action on the documents. The author, describing his personal experience of research on the material — the compromises of the 'irmandades' from Minas Gerais — pointed out the researcher performance in his quest to overcome the national and prescriptible character of the scientific methodology work.

In the present stage of development of historical production concerning the Brazilian colonial period, the study of the laic 'irmandades' constitute a relevant theme for the devotion aspect of these associations, their assistance character, their participation in the Colony sociaeconomic life and, finally, of their interaction in the political guidelines provided from Portugal. The theme acquires more importance in the compromises of the 'irmandades' from Minas Gerais subject, as they present a sketchy picture of the region social evolution and the inherent transformations and conflicts.

The analysis of these documents needs a less rigid methodology to its lecture and interpretation. Thus, it emphasize one of the principal tendencies of contemporary history science: the exploitation of the informative structure, or rather, the historical source acquires a dynamic sense, characterized by specific treatments and, also, by a determined informative structure, resulted from the discussion raised intentionally by the historians.

Résumé

Cet article, concernant l'étude des sources historiques, prétend démontrer l'influence de l'action du historien sur le document. L'auteur, en décrivant son expérience personnelle de recherche aux documents — les compromis des 'irmandades' de Minas Gerais — témoigne son exercice comme chercheur, en aspirant à surmonter le caractère national et prescriptible de la méthodologie du travail scientifique.

Dans l'étape actuelle du développement de la production historiographique sur la période colonial brésilien, l'étude des 'irmandades' laïques constitue un thème relevant par l'effet de l'aspect dévotionnel de ces associations, de leur caractère assistentiel, de leur participation dans la vie socio-économique de la Colonie et, finalement, de leur interaction dans les directrices politiques du Portugal. Le thème acquiert plus importance au sujet des 'irmandades de Minas Gerais', car elles présentent une description précise de l'évolution sociale de la capitania, de ses transformations et de ses conflits.

L'analyse de ces documents exige une méthodologie moins rigide pour leur lecture et interprétation. Donc, il devient évident une des principales tendances de la science historique contemporaine: l'exploitation de la structure informative du document, ou alors, la source historique gagne un sens dynamique caractérisé par un ensemble de traitements spécifiques et par une structure précise, survenants de la discussion posée par le historien d'une façon intentionnelle.

Fontes de história regional: subsídios para estudos comparativos e temáticos

Vera Alice Cardoso Silva
*Professora do Departamento de Ciência Política e
diretora do Centro de Estudos Mineiros
da Universidade Federal de Minas Gerais*

Há, hoje em dia, pouca discordância entre os cientistas sociais brasileiros sobre o valor de estudos regionalistas. Nestes se reconhece, aliás, uma dupla utilidade: tanto contribuem para fazer avançar o conhecimento propriamente histórico sobre processos sociais localizados quanto conduzem ao refinamento teórico, por desvendarem aspectos interativos entre variáveis econômicas, sociais e políticas que em muitos casos refutam, total ou parcialmente, interpretações tradicionais.

O mérito do enfoque regionalista não se limita, portanto, ao aspecto metodológico. Reside muito mais na aplicação do princípio teórico, segundo o qual a dinâmica de um sistema social global (no caso que nos ocupará, este corresponde ao Estado nacional) só pode ser apreendida em profundidade a partir do conhecimento detalhado das partes que o compõem e da natureza de sua interação real.

O enfoque regionalista implica, então, em primeiro lugar, um método de delimitação do objeto a ser estudado e de definição dos dados relevantes para este fim; e, em segundo lugar, uma linha de interpretação de processos históricos específicos, que supõe uma relação dialética permanente entre as partes que compõem um todo, e deste com cada uma delas.

Tal postura teórica conduz à utilização de fontes de informação que, de outro modo, seriam negligenciadas como meios de conhecimento da realidade social. A intenção do presente trabalho é, justamente, chamar a atenção para a riqueza e variedade do tipo de fontes disponíveis para o trabalho de pesquisadores interessados no regionalismo. Paralelamente, cremos que as considerações aqui propostas induzirão a uma avaliação positiva desse tipo

de contribuição teórica para o avanço de nosso conhecimento sobre o processo de formação e evolução do Estado nacional brasileiro.

Tomaremos como referência de nossos comentários os trabalhos de três brasilianistas norte-americanos, recentemente traduzidos para o português: *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*, de Robert M. Levine; *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937*, de John D. Wirth; e *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*, de Joseph Love.¹ Juntos, esses estudos constituem um experimento sem precedentes na historiografia brasileira; inauguram a perspectiva comparativa na história regional. De fato, resultaram de um projeto comum, que propôs a investigação dos mesmos aspectos em três estados da federação brasileira, que nela tiveram destino econômico e político diverso. Tratou-se de determinar o tipo e o peso da influência dos fatores estritamente regionais e dos fatores fora deste âmbito na trajetória histórica de cada um dos estados escolhidos para análise. A própria escolha desses tem a ver com o pressuposto inicial de que o tipo de organização federativa imposto ao país em 1891 não foi um evento arbitrário, mas resultou de um processo dinâmico de diferenciação de interesses e potencialidades regionais. O que deu unidade e significação ao enfoque regional comparativo foi justamente a busca de uma explicação para os diferentes caminhos de evolução social, política e econômica trilhados por três estados que representaram um tipo peculiar de inserção no federalismo vigente até o advento do Estado Novo. São Paulo corresponde ao caso da opção pela descentralização político-administrativa, fundada na autonomia de recursos provenientes de uma economia regional em franca expansão. Do governo federal, os paulistas esperavam a sustentação de uma política cambial favorável aos seus interesses, bem como o endosso oficial aos empréstimos solicitados pelo governo estadual a banqueiros estrangeiros.

Minas Gerais representa o caso da maximização do poder político, usado para articular a estabilidade de um sistema federalista que atendia muito desigualmente às demandas das unidades componentes. O papel de moderador político, sustentando a predominância dos interesses paulistas em nível nacional, garantiu aos mineiros o acesso a recursos gerados pelo governo federal, compensando, assim, a fraqueza de uma economia regional pouca integrada e pouca dinâmica.

Pernambuco corresponde ao caso da região em contínuo processo de decadência econômica e de esvaziamento político em nível nacional. A incapacidade de instituir a estabilidade política interna é analisada à luz das condições econômicas e sociais próprias do estado e de sua vinculação ao novo regime político. Os dois primeiros casos representam bem sucedidos

1. Robert M. Levine, *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937* (trad. de Raul José de Sá Barbosa, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980), John D. Wirth, *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937* (trad. de Maria Carmelita Pádua Dias, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982) e Joseph L. Love, *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937* (trad. de Vera Alice Cardoso Silva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982).

arranjos institucionais, que permitiram a implantação de condições favorecedoras do máximo possível de realização dos interesses das elites dominantes em Minas e em São Paulo. O terceiro caso corresponde à experiência do insucesso de uma elite regional que, ao contrário do caso mineiro, não conseguiu impor uma forma de inserção no sistema federativo que compensasse a pobreza de recursos locais.²

A sumária descrição do objetivo comparativo que orientou a montagem do projeto comum de pesquisa é suficiente para indicar a complexidade das variáveis consideradas para análise. Nesse contexto, impunha-se aos pesquisadores a necessidade de explorar todo tipo de fonte informativa que lhes garantissem dados confiáveis para a configuração do conteúdo das variáveis comuns, de modo a assegurar a comparabilidade das conclusões.

Pode-se constatar aqui o tipo de relação frutífera e criativa entre o enfoque teórico e as técnicas de obtenção de dados. A partir da suposição teórica de que a trajetória histórica de cada uma das unidades que compõem uma federação não pode ser explicada só a partir de características do todo — nesse caso, o Estado nacional —, mas sim por referência a fatores complexos, sendo alguns estritamente regionais, enquanto outros referem-se à dinâmica do Estado nacional como tal, os pesquisadores definiram uma série de variáveis por meio das quais aspectos regionais, nacionais e externos poderiam ser devidamente caracterizados e comparados. E, no trabalho de levantamento de dados, acabaram por chamar a atenção para uma grande variedade de fontes que, além de servirem ao seu propósito, são ricas em sugestões de novos temas de pesquisa e de aprofundamento de aspectos específicos e até hoje pouco tratados na história regional do Brasil.

Voltemo-nos, assim, para a enumeração e discussão das possibilidades de utilização mais intensiva das fontes consultadas pelos autores citados.

Fontes formais

Chamemos de fontes formais à documentação produzida tanto por órgãos públicos como por entidades privadas e que apresentem as seguintes características: 1) tenham um mínimo de periodicidade e de padronização de itens de informação; 2) sejam veiculadas como informação autorizada do órgão ou entidade. Nessa categoria de fontes, colocam-se, por exemplo, os *Anais* do Congresso, os relatórios de ministérios e secretários de Estado, os anuários estatísticos, as atas de assembleias de associações de classe, os boletins informativos de órgãos públicos e privados. Normalmente, esse tipo de fonte é publicada e se acha à disposição para pesquisa em arquivos públicos ou bibliotecas especializadas. Todavia, há um tipo de documento

2. Os objetivos e a justificativa do esforço coletivo de produzir uma história comparativa da primeira fase do federalismo brasileiro são apresentados numa introdução comum aos três estudos, escrita em conjunto pelos autores. Encontra-se reproduzida nos três livros.

formal extremamente rico, poucas vezes publicado em sua totalidade. Trata-se da correspondência diplomática (relatórios, despachos, telegramas, memorandos), tanto dos países que mais presença política e econômica têm dentro do Estado nacional, em fases específicas de sua evolução, como do próprio Estado nacional em suas transações externas. A correspondência diplomática oferece um tipo de subsídio informativo praticamente insubstituível: a descrição e avaliação de fatos e processos segundo a óptica de grupos de interesse que não necessitam, nesse nível de colocação de questões, mascarar seus objetivos e demandas por meio de discursos ideológicos ou manipulação de informações. É muitas vezes através de documentos diplomáticos que se apreende o sentido mais profundo de desdobramentos conjunturais, aparentemente pouco inteligíveis à luz do discurso oficial e das interpretações correntes. A maioria dos historiadores brasileiros ainda associa os arquivos diplomáticos ao estudo exclusivo de relações externas e do sistema internacional. Levine, Love e Wirth mostraram sua utilidade para a elaboração de uma história regional revisionista, descortinadora de um quadro muito mais complexo de processos econômicos, políticos e sociais, que só superficialmente podem ser explicados sem referência à dinâmica dos sistemas nacional e internacional.³

Nos três estudos citados, os documentos diplomáticos foram utilizados principalmente para caracterizar os limites externos que se impunham à autonomia decisória de governos baseados em economias dependentes. Embora os autores não se ocupassem em acompanhar o desdobramento de processos decisórios específicos, nos quais a influência de interesses externos podia ser determinante (como é o caso, por exemplo, da adoção de legislação protecionista), informações de fontes diplomáticas, por eles mencionadas, deixam claro a utilidade para o estudo em profundidade do processo de formulação de políticas específicas.

A sugestão é particularmente válida para os temas de história e de política econômica. A esse propósito, vale ressaltar uma característica sugestiva, claramente evidenciada pela análise de documentos diplomáticos: a confrontação de interesses entre órgãos do próprio Poder Executivo, que se apresentam como intermediários entre o governo e setores específicos da sociedade. Tal evidência recoloca, necessariamente, a questão teórica da natureza da relação entre o Estado e a sociedade, forçando revisões em pontos importantes de teorias clássicas do Estado.

Entre as fontes formais, vale também ressaltar a relevância do material reunido sob denominação genérica de 'Arquivo da Presidência da República', abrigado no Arquivo Nacional. Embora ainda não esteja completamente classificado, contém itens agrupadores de documentação que facilitam a consulta. Love, Levine e Wirth fizeram uso intensivo dos seguintes materi-

3. Vale aqui lembrar o excelente uso que faz John Wirth dos arquivos diplomáticos alemães, ingleses e norte-americanos ao estudar o processo decisório e a ação dos grupos de interesse durante a era de Vargas. Cf. John Wirth, *The politics of Brazilian development, 1930-1954* (Stanford, Califórnia, 1970; há tradução portuguesa, pela Fundação Getúlio Vargas, 1976).

ais: 'Banco do Brasil: empréstimos a estados e municípios'; 'Interventor: São Paulo'; 'Interventor: Minas Gerais'; 'Interventor: Pernambuco'. Os documentos aí contidos incluem não só a correspondência oficial da presidência e dos órgãos da interventoria, como também relatórios informais, minutas de ofícios, de decretos, recortes de jornais e telegramas diversos, que, em conjunto, dão um quadro muito vivo da ação quase que cotidiana do governo. Podem ser muito mais explorados do que o foram nos três estudos regionais ora comentados. É plausível pensar que a exploração sistemática do arquivo da presidência da República, bem como de documentação proveniente de outros órgãos do Poder Executivo possa levar a uma visão mais historicamente verdadeira e menos polêmica em termos teóricos sobre a natureza político-ideológica do autoritarismo brasileiro, que assume forma moderna a partir de 1930. Como se implanta e funciona, de fato, no Brasil, a estrutura corporativista? Qual o peso efetivo de cada grupo de interesse, incluindo-se aí a burocracia tecnocrata, que se vai fortalecendo ao longo da década de 1930, na constituição do regime autoritário e na definição do modelo seguido de modernização nacional? Não há dúvida de que se vão multiplicando os estudos sobre essas questões, embora muito poucos se baseiem em pesquisa direta das fontes acima mencionadas. A nosso ver, contudo, essas são insubstituíveis quando o objetivo é, antes de tudo, o desvendamento pleno do processo histórico tal qual ocorreu, antes de se enquadrarem os fatos em esquemas interpretativos...⁴

Numa época em que as ferrovias ocuparam lugar tão importante — não só na ativação da economia como no desembolso de verbas para obras públicas — os arquivos das companhias de estradas de ferro podem contar muito do que foi crucial na definição do padrão de modernização regional. Levine tirou bom partido da coleção de documentos da *Great Western*, reunidos na *Coleção Gavin Black* (Recife). Muito pouco se sabe do padrão e âmbito de relações entre os investidores estrangeiros, incluindo-se aí o setor de utilidades públicas, e os governos, tanto o federal como os estaduais. Só para dar pequeno exemplo da natureza complexa dessas relações, podemos lembrar aqui o fato, citado por Wirth, de que o presidente de Minas, Silviano Brandão, preferiu pedir um elevado empréstimo à Companhia Mina de Morro Velho, a ser descontado nos impostos pagos em ouro ao governo estadual, do que fazê-lo junto ao Banco do Brasil, a fim de evitar os custos políticos implícitos nessa última opção.

4. Pode-se lembrar, a propósito, a importante contribuição trazida pelos ensaios reunidos no vol. 3 do tomo 3 da *História geral da civilização brasileira*, que cobrem o período de 1930 a 1964. É notável o pequeno número de citações de fontes primárias, particularmente do que chamamos de fontes formais, na maioria dos trabalhos. Não se discute aqui a acuidade interpretativa dos autores. Sugere-se, apenas, que as hipóteses discutidas e conclusões tiradas podem vir a ser confirmadas ou refutadas — parcial ou totalmente — pela evidência ainda escondida na documentação histórica ainda não sistematicamente explorada. Cf. Boris Fausto (ed.), *História geral da civilização brasileira* (São Paulo, Difel, 1981), t. 3, vol. 3.

Cabe ainda ressaltar o recurso aos jornais da época, sistematicamente explorados por Love e Wirth. A referência bibliográfica comentada, feita por Love, indica o tipo de contribuição informativa que daí pode provir. Reproduzimo-la quase que integralmente pelo que tem de útil em sugestões para pesquisa de temas de participação política e de confronto de posições ideológicas, no quadro político da época.⁵

- *O combate*, São Paulo, 1915, reformista e anti-P.R.P.
- *Correio paulistano*, São Paulo, 1874, 1937, 1949-50, 1953. Órgão do P.R.P. na República.
- *Diário Nacional*, São Paulo, São Paulo, 1930. Era o órgão do Partido Democrático.
- *O estado de S. Paulo* (chamado *A província de São Paulo*, durante o Império), São Paulo, 1875-1938, 1977. De propriedade da família Mesquita, favorável ao Partido Democrático e a seu sucessor, o Partido Constitucionalista.
- *O federalista*, São Paulo, 1889. Por um certo tempo, foi o órgão do Partido Liberal, ainda no período imperial.
- *O operário*, São Paulo, 1934. Tablóide católico, dirigido por operários.
- *A platéia*, São Paulo, 1932. Geralmente favorável aos trabalhadores.
- *A plebe*, São Paulo, 1933. Publicação anarquista.
- *O São Paulo*, São Paulo, 1905. Órgão católico.

Wirth fornece apenas parcialmente esse tipo de identificação dos jornais mineiros que pesquisou. Cita o *Correio do dia* (1909-1910) como o jornal da campanha civilista, o *Jornal do povo* (1899-1900) como o jornal da oposição liderada por Mendes Pimentel, ou *O movimento* (1888-1892) como o jornal editado por João Pinheiro no início do Partido Republicano.⁶

O 'espírito da época' que, segundo os autores, exprime muitos dos valores de uma cultura política conservadora ou modernizante, segundo cada estado estudado, transparece ricamente nas seções que abordam as estruturas sociais e a prática política das elites. Parte substancial dos dados proveio de jornais, complementados pelo uso seletivo dos debates sobre grandes problemas na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal. Esses avanços na história social brasileira são sempre bem-vindos, em vista da escassez de estudos nessa perspectiva.

Fontes não formais

São conjuntos de documentos autorizados, unificados por critérios outros que não o órgão ou entidade que os produziu. Não apresentam necessariamente uma periodicidade ou um mínimo de uniformidade temá-

5. Cf. Joseph Love, op. cit., p. 424.

6. Cf. John Wirth, *O fiel da balança...*, p. 356.

tica. Entre as mais importantes fontes não formais estão os arquivos pessoais, os arquivos de organizações⁷ e as coleções de documentos.⁸

O foco integrador de um arquivo pessoal é uma história de vida; o ordenamento natural da documentação é, em princípio, cronológico. Daí provém a variedade e riqueza informativa desse tipo de fonte. O ator histórico pode ter vivido através de fases significativas da evolução regional e/ou nacional. Pode ter participado de eventos cruciais; pode ter tido ação contínua em determinada atividade pública. Pode ter produzido intensa (e às vezes perspicaz) correspondência pessoal, abrangendo, além de notícias e comentários específicos, análises conjunturais, observações sobre mudanças de costumes, de instituições, de autoridades públicas...

É certo que se pode ir a um arquivo pessoal visando à obtenção de dados circunscritos por um problema concreto a discutir. Foi o que fizeram os três brasilianistas citados, que usaram os arquivos pessoais seletivamente. Mas não se deve perder de vista a ampla potencialidade informativa desse tipo de material. Não resta a menor dúvida de que não se pode fazer boa história utilizando-se um tipo só de fonte documental. Todavia, é plausível supor que a perspectiva do ator histórico, como tal, represente uma primeira abordagem, metodologicamente válida, para a caracterização inicial dos fatos. Além do mais, o arquivo pessoal acaba por prover o pesquisador de um ponto de referência a partir do qual avaliar a natureza, o âmbito e a intensidade de conflitos de interesses que analisa. Sob esse prisma, quanto mais arquivos pessoais abertos à pesquisa houver, mais completo e objetivo (no sentido de se ter ampliado o número de variáveis da análise) será o conhecimento sobre o processo de evolução histórica da região e do Estado nacional.⁹

A exploração sistemática de arquivos pessoais pode estimular uma área em geral negligenciada na historiografia brasileira — a da biografia — tanto de indivíduos como de organizações. Pode, também, contribuir para o avanço de outro tipo de análise ainda pouco difundido entre cientistas sociais brasileiros: o estudo de políticas específicas. Nos trabalhos de Love, Levine e Wirth encontram-se contribuições valiosas para esse campo, embora as análises não tenham sido muito aprofundadas, em vista do objetivo maior

7. Love consultou os arquivos dos seguintes líderes políticos: Borges de Medeiros, Edgar Leuenroth, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Prudente de Moraes e Rui Barbosa. Utilizou também o arquivo do Partido Democrático. Wirth consultou os de Afonso Pena, Afonso Pena Júnior e Osvaldo Aranha. Levine serviu-se dos de Arthur Orlando e Epitácio Pessoa.

8. A coleção de documentos é formada a partir de uma seleção prévia de documentos pertencentes a um arquivo pessoal ou público. Em geral, o critério agregador é a referência a um nível de atuação específica do ator histórico ou um tema importante. É o caso, por exemplo, da Coleção Afrânio de Melo Franco, que reúne sua correspondência política. São as seguintes as coleções utilizadas pelos três brasilianistas: Coleção Carneiro Leão (Biblioteca Nacional), Coleção Gavin Black (Recife), Coleção Afrânio de Melo Franco (Biblioteca Nacional), Coleção Marechal Floriano Peixoto (Arquivo Nacional).

9. Lembre-se, a propósito, o valor do arquivo pessoal como elemento 'corretivo' de informações produzidas através da história oral. São recursos de pesquisa que não se sobrepõem, mas se complementam.

do projeto não permiti-lo. Com efeito, aqueles autores trataram de mostrar o contexto político e os resultados da legislação estadual sobre a educação, saúde pública, transportes e comunicação. Muito do material de que se serviram para esse fim foi retirado de arquivos pessoais, além de informações provenientes de órgãos de representação de classe e de jornais.

Apenas Love utilizou arquivo de partido político como fonte informativa. Trata-se do arquivo do Partido Democrático, abrigado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Dele fez muito bom uso, reunindo dados sobre recrutamento, participação no Legislativo e no Executivo, origem sócio-econômica dos membros, posições sobre pontos específicos de política, atuação eleitoral e estratégias de coalizão.¹⁰

A escassa menção desse tipo de fonte documental encontra-se, infelizmente, ligada à ausência de organização sistemática do material, em geral ainda esparsa e não recolhido a instituições de pesquisa. Esperamos que tal situação se vá modificando à medida que se expanda por todo o Brasil um vento de disposição à pesquisa, cujo objetivo inicial é o recolhimento e organização de documentação privada.

Outro tipo de fonte não formal extremamente útil são as edições comemorativas de eventos ou de aniversários de organizações. Pelo amplo e útil emprego que delas fizeram os brasilianistas citados, pode-se concluir pela obrigatoriedade de sua consulta para estudos mais detalhados de aspectos específicos da evolução social, econômica e política dos estados. Citemos as referências dos brasilianistas, a fim de estimular a curiosidade de pesquisadores para o levantamento sistemático desse tipo de fonte, informativa, em todos os estados brasileiros: *Boletim* da Associação Comercial de Santos, edição especial dedicada ao segundo centenário do café (Santos, 1927); *Boletim informativo* do Clube Atlético Paulistano; *Um clube que cresceu com a cidade*, edição comemorativa do 70.º aniversário do Clube Atlético Paulistano (1970?); *Meio século de progresso paulista* (1938); *Polyanthea: comemorativa do I Congresso Brasileiro de Estudantes* (Rio, 1909); *São Paulo e seus homens no centenário* (1922); *Cem anos da Casa Theodor Wille e Cia. no Brasil* (1946); *Belo Horizonte completou 50 anos...* (edição especial da *Revista social trabalhista* comemorativa do cinqüentenário de Belo Horizonte, n.º 59, dez. 1947); boletim comemorativo da exposição nacional de 1908 (Rio, 1908); *Imprensa mineira: memória histórica* (edição comemorativa do centenário da Independência, 1822-1922, de Sandoval Campos e Aminthas Lobo, Belo Horizonte, 1922); *O bom combate, subsídios para a história de 20 anos de ação social católica em Minas*, de Mário de Lima (Belo Horizonte, 1929); *Minas e o bicentenário do café no Brasil* (Secretaria de Agricultura de Minas, Belo Horizonte, 1924); *Album católico do estado de Minas Gerais, 1918-1923* (Rio, 1922); *Livro do centenário da Câmara dos Deputados, 1826-1926* (Rio, 1926); *Album jubilar* da arquidiocese de Olinda e Recife (Recife, 1936); Associação Comercial de Pernambuco: livro comemorativo

0. Cf. Love op. cit., particularmente o capítulo 4, 'Política estadual: figuras, eventos e estruturas', e o 5 'A elite política'.

de seu primeiro centenário, 1839-1939 (escrito por Estevão Pinto, Recife, 1949); Sociedade dos Amigos de Alberto Torres no sétimo aniversário de sua fundação, 1932-1939 (Rio, 1939).

Ao lado das edições comemorativas, alinham-se como fontes de dados bastante úteis os anais de congressos profissionais. O movimento associativo de estudantes, professores, médicos e engenheiros brasileiros foi muito estimulado pelo advento da República, aspecto bastante enfatizado por Love, Levine e Wirth. Não foi menos intenso e seguramente mais relevante do ponto de vista político entre as chamadas classes produtoras, significativamente representadas pelos cafeicultores. Os três brasilianistas serviram-se dos anais de congressos e encontros para delinear as posições dos grupos de interesse em confronto. Sua análise é particularmente acurada no que se refere à opção pelo intervencionismo federal na economia, defendida até pelos paulistas, os mais arraigados adeptos da autonomia estadual. Não há dúvida de que também esse tipo de documentação não formal, isto é, os anais de congressos e encontros de profissionais e grupos de interesse, oferece contribuição inestimável para a análise do processo de reformulação de políticas e da questão da natureza das relações Estado-sociedade.

Fontes informais

Pode-se assim classificar toda forma de manifestação cultural que ofereça subsídios para a caracterização do 'espírito' de uma época. Aí estariam, por exemplo, a literatura, o cinema, a poesia e a música populares. Love, Levine e Wirth são os primeiros autores na historiografia brasileira a usar sistematicamente esse tipo de fonte para ajudar a delinear os valores comportamentais dominantes da comunidade regional.¹¹ De que modo o fizeram? Em primeiro lugar, retirando da obra cultural os sinais da mudança, no nível das interações sociais, na estrutura das relações entre variáveis econômicas e políticas. Em segundo lugar, demonstrando, através da referência à obra cultural, a persistência de certos padrões de relações entre essas variáveis, expressos através de valores comportamentais. O recurso a

11. Os três brasilianistas fazem referências à arquitetura regional, à música popular e mais particularmente a romances, novelas e contos regionalistas. Entre esses, podem ser citados, por exemplo, *Memórias sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade (originalmente publicado em 1924), *La divina incerença*, de Juo Bananere (pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, 1924), *Madame Pommeroy: crônica muito verídica e memória filosófica de sua vida, feitos e gestos mais notáveis nesta cidade de São Paulo*, de Hilário Tácito (pseudônimo de José Maria Toledo Matta, sem data), *Numa e a Ninfa: romance da vida contemporânea*, de Lima Barreto; *Memórias de um senhor de engenho*, de Júlio Belo (2.ª edição em 1948); *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado (1958); *Minha vida de menina*, de Helena Morley (pseudônimo de Alice Dayrell Brant, publicado pela primeira vez em 1948 e já traduzido para o inglês). Vale aqui mencionar o refinado emprego que faz Wirth da obra poética de Carlos Drummond de Andrade, ressaltando a qualidade intimista de convívio, de apego às raízes de origem, de recusa do cosmopolitismo, que caracteriza até o mineiro que emigra.

esse tipo de fontes é especialmente válido para a reconstituição da história social, que, como já se observou antes, constitui área ainda pouco explorada pela ciência social brasileira.

Entre as fontes informais devem também ser citadas as memórias, amplamente usadas por Love, Levine e Wirth na reconstituição do quadro cultural regional, bem como da história política dos estados. Um dos maiores méritos dos livros de memórias, talvez até maior do que o valor dos dados e referências que oferecem, é a sugestão de tantos aspectos do processo histórico a serem investigados, em função da complexidade e importância que apresentam. Particularmente úteis são as memórias de viajantes estrangeiros, pelo tom mais descritivo e menos evocativo que tende a caracterizá-las.

Conclusão

Os comentários acima tiveram um objetivo principal: chamar a atenção de pesquisadores para a grande riqueza e variedade de fontes de dados que se acham ainda muito pouco exploradas tanto para o estudo de história regional, numa perspectiva comparativa, como para o estudo de aspectos específicos do processo da modernização brasileira.

Do exposto pode-se concluir que não seria por falta de material que a busca de ampliação de nosso conhecimento da história nacional seria impedida. O problema que dificulta a realização desse objetivo reside, antes, no nível institucional: trata-se da falta de uma política coerente e sistemática de recolhimento de documentos privados, complementada por uma política de estímulo à criação de centros de documentação e pesquisa em cada estado da Federação. A implantação dessas políticas facilitaria sobremaneira a tarefa do pesquisador nacional, que carece, na maioria das vezes, de recursos mais abundantes e permanentes para dedicar-se com exclusividade a essa atividade. A situação se agrava mais ainda quando se trata de lidar com material esparsos, não reproduzido de forma sistemática por instituições de pesquisa.

De todo modo, a rápida resenha das fontes menos convencionais, utilizadas pelos três brasilianistas que serviram de inspiração para esses comentários, mostrou que muitas delas acham-se facilmente ao alcance do pesquisador, em seu próprio Estado, faltando-lhe localizá-la nos arquivos e nas bibliotecas particulares. Podemos supor que nesse trabalho de localização muitos pesquisadores venham a encontrar novas fontes de dados, ainda não exploradas. Que ao fato se dê publicidade através dos meios de comunicação acadêmica que felizmente vão-se multiplicando em nosso país. Isto representará, sempre, contribuição valiosíssima ao esforço comum de recuperação da memória nacional.

Abstract

This paper intended to emphasize the variety and research potentialities of documental sources still poorly exploited by Brazilian social scientists and historians. It pointed out two contributions such sources can bring about: 1) they can further out knowledge of Brazilian regional history, as well as enhance thematic studies (attention was especially called to aspects of social history and to the analysis of policy-making); and 2) they can stimulate healthy theoretical revisionism, as they depict patterns of relationships among economic, social and political variables not thoroughly explainable by traditional theories.

Résumé

Ce travail attire l'attention sur la variété et la richesse des sources documentales encore peu exploitées par les historiens brésiliens. On démontre le double utilisation de ce matériel: 1) comme source des renseignements sur l'histoire régional, aussi bien que pour l'élaboration d'études thématiques qu'on trouve rarement dans la bibliographie brésilienne (surtout les thèmes relatifs à l'histoire sociale et à l'analyse du processus sur la formulation de politiques); 2) on peut stimuler un révisionnisme théorique en proposant des modèles d'interaction parmi les variables économiques, sociales et politiques, auxquelles les théories traditionnelles ne présentent pas des explications suffisantes.

Minas colonial: características básicas de quatro estruturas demo-econômicas

Iraci del Nero da Costa
Professor da Faculdade de Economia e
Administração da Universidade de São Paulo

Introdução

No trabalho intitulado *Populações mineiras*¹ tivemos oportunidade de determinar como se apresentava, em 1804, a estrutura populacional das seguintes localidades mineiras: Mariana, Passagem, São Caetano, Furquim, Gama, Capela do Barreto e Sertão do Abre Campo, situadas na comarca de Vila Rica, Santa Luzia, na comarca do Rio das Velhas, e Nossa Senhora dos Remédios, na comarca do Rio das Mortes.²

Visávamos, no aludido estudo, a identificar alguns componentes básicos da estrutura populacional destas localidades e a verificar se a estrutura populacional de Vila Rica também se observava em outros núcleos mineiros.³ No entanto, os resultados da pesquisa levaram-nos um pouco mais longe, pois a análise da população e da economia destes dez núcleos sugeriu-nos a

1. Iraci del Nero da Costa, *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX* (São Paulo, IPE-USP, 1981). Neste e em outros trabalhos utilizamos o termo 'estrutura populacional'. Entendemos, no entanto, ser mais adequada a expressão 'estrutura demo-econômica', pois, como tivemos oportunidade de afirmar, "o conceito 'estrutura populacional' define-se em termos demográfico-econômicos; vale dizer, as variáveis com as quais trabalhamos trazem implícita e simultaneamente duas dimensões inter-relacionadas e não dissociáveis: a demográfica e a econômica": *Populações mineiras*, op. cit., p. 5.
2. Mariana, Passagem, São Caetano, Furquim e Gama situam-se ao longo do ribeirão do Carmo; Capela do Barreto, junto ao rio Gualacho, Abre Campo, mais a leste, coloca-se na Zona da Mata, Santa Luzia, às margens do rio das Velhas, pouco dista de Sabará. Nossa Senhora dos Remédios localiza-se ao norte de Barbacena.
3. A estrutura populacional de Vila Rica, como se mostrava em 1804, foi estabelecida na segunda parte do trabalho de Iraci del Nero da Costa, *Vila Rica: população, 1719-1826* (São Paulo, IPE-USP, 1979).

Acervo	Rio de Janeiro	v. 1	n. 1	p. 1- 132	jan.-jun. 1986
--------	----------------	------	------	-----------	----------------

existência de quatro estruturas demo-econômicas típicas: urbana, rural-mineradora, intermédia e rural de autoconsumo.

Vila Rica,⁴ Passagem e Mariana⁵ enquadraram-se na primeira categoria; na segunda englobaram-se os distritos do Abre Campo, Gama e Capela do Barreto; a estrutura intermédia compreendeu Furquim, São Caetano e Santa Luzia; já a categoria rural de autoconsumo foi definida a partir das evidências empíricas propiciadas pelo estudo de apenas um dos centros contemplados neste trabalho: o distrito de Nossa Senhora dos Remédios.

No presente artigo reportamos algumas das conclusões a que chegamos, centrando-nos, basicamente, nos traços fundamentais e na análise comparativa das estruturas acima nomeadas.⁶

Características das estruturas demo-econômicas

Embora existam semelhanças genéricas essenciais entre tais estruturas, impõem-se algumas discrepâncias significativas.

Tais dessemelhanças, a nosso juízo, referir-se-iam, em última instância, aos condicionamentos derivados de distintos substratos econômicos. Assim, o maior ou menor peso de atividades vinculadas à lida exploratória e/ou à produção agrícola, os destinos alternativos dados ao produto gerado pelo amanho da terra, o grau relativo de desenvolvimento de ocupações artesanais ou englobadas no setor de serviços, assim como o correlato nível de urbanização, comporiam o rol de características definidoras dos vários embasamentos infra-estruturais nos quais enraizar-se-iam as diferentes estruturas demo-econômicas aqui consideradas.

Como ficará evidente no correr deste trabalho, algumas variáveis imediatamente relacionadas à composição populacional revelaram-se decisivas na determinação da especificidade de cada uma das distintas estruturas demo-econômicas ora estudadas. Tais componentes consubstanciaram-se nos percentuais de livres e escravos; no peso relativo de agregados, e escravos na população total; nos números médios de escravos, agregados, pessoas livres e indivíduos em geral por domicílio; e, finalmente, no número médio de escravos por proprietários. Impuseram-se significativamente, ademais, as relações entre os valores acima referidos e o seu ordenamento, assim como o grau relativo de urbanização. Por outro lado, como veremos, a análise do substrato econômico das várias estruturas revelou-se igualmente essencial na caracterização definitiva das mesmas.

4. Consideramos, neste estudo, os seis distritos de Vila Rica que compreendiam o perímetro urbano hodierno da urbe.
5. Infelizmente, não nos foi dado contemplar todo o perímetro urbano de Mariana, pois localizamos, tão-somente, o levantamento censitário referente a um dos distritos então existentes na cidade.
6. A análise exaustiva dessas estruturas foi estabelecida em trabalho de nossa autoria intitulado *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas* (São Paulo, EDEC, 1982).

Estas observações introdutórias antecipam algumas das conclusões decorrentes da análise comparativa exposta a seguir. Passemos, pois, a ela.

A estrutura demo-econômica urbana distinguia-se das outras por apresentar, em termos gerais, grande porcentual de livres⁷ e os menores valores para o número médio de escravos, agregados e pessoas livres por domicílio. Ademais, a média de escravos revelava-se maior do que a de agregados; a de livres, por seu turno, colocava-se entre os valores referentes a cativos e agregados. Deve-se observar que o número médio de escravos por proprietário situava-se entre os menores observados nas quatro estruturas (tabela 1).

Quanto aos setores classicamente definidos pelos economistas, dava-se modesta participação do primário, domínio do secundário e presença marcante do setor de serviços. Como se observa na tabela 2, o secundário absorvia mais da metade das pessoas para as quais identificou-se atividade econômica, o terciário englobava mais de um terço, cabendo ao primário pouco mais do que um vigésimo.

TABELA 1
Indicadores populacionais

Estruturas demo-econômicas típicas	% de livres	N.º médio de escravos por domicílio*	N.º médio de agreg. por domicílio**	N.º médio de pessoas livres por domicílio	N.º médio de pessoas por domicílio	% de escravos agregados na população total	N.º médio de escravos por proprietário***
Urbana	68,31	4,0	1,9	3,4	5,0	42,12	3,8
Intermédia	50,32	7,2	2,8	3,3	6,5	56,53	6,2
Rural de autoconsumo	73,82	3,9	4,2	4,5	6,0	33,47	3,6
Rural-mineradora	44,16	18,2	23,6	9,1	20,7	80,28	10,7

* Considerados apenas os domicílios nos quais faziam-se presentes escravos.

** Considerados apenas os domicílios nos quais faziam-se presentes agregados.

*** Agradeço a Francisco Vidal Luna a cessão destas médias, por ele computadas.

A categoria rural-mineradora abrangia núcleos marcados pela agricultura voltada para a comercialização (Capela do Barreto) ou pela dominância da atividade exploratória baseada, provavelmente, na existência de lavras relativamente ricas. Neste último caso, ao que parece, os habitantes 'especializavam-se' na mineração. No Abre Campo, a lida aurífera conjugava-se a agricultura de subsistência destinada à manutenção do pessoal empenhado

7. As exceções a essas colocações de caráter geral ver-se-ão explicadas no correr deste trabalho. Lembremos por ora, a título de esclarecimento, que a especificidade das várias estruturas típicas decorre não só dos valores alcançados pelas variáveis demográfico-econômicas com as quais trabalhamos, mas, também, da *distribuição e inter-relacionamento* dos mesmos.

na faina extrativa. No Gama, embora residissem alguns mineradores com avultado número de escravos, havia grande quantidade de faiscaidores e desenvolvia-se a agricultura de subsistência; observava-se, portanto, a decadência da faina mineradora e o processo de diversificação de atividades produtivas do qual teria decorrido a estrutura aqui denominada 'intermédia'.

TABELA 2
Participação dos setores econômicos

Estruturas demo-econômicas típicas	Primário	Secundário	Terciário	Total
Urbana	6,4	56,4	37,2	100,0
Intermédia*	21,6	46,1	32,3	100,0
Rural de autoconsumo	62,9	20,3	16,8	100,0
Rural-mineradora**	52,5	37,7	9,8	100,0
CB***	5,5	82,2	12,3	100,0
GA****				

* Exclusive Santa Luzia

** Exclusive Abre Campo

*** Capela do Barreto

**** Gama

A estrutura rural-mineradora, marcada pela especialização, fundava-se no predomínio quantitativo dos cativos, indispensáveis ao desenvolvimento das atividades extrativas ou agrícolas. Em face das demais estruturas, a rural-mineradora caracterizava-se por apresentar a menor taxa de pessoas livres e os maiores valores médios de escravos, agregados e livres por domicílio. Note-se, ainda, a supremacia do valor médio de agregados sobre o relativo aos escravos e a inferioridade, face aos dos outros grupos, da cifra concernente aos livres. Ademais, nela observou-se o maior valor para o número médio de escravos por proprietário (tabela 1).

Referentemente aos setores produtivos patenteava-se a inexpressividade do terciário (a girar em torno de 10%) e a preponderância absoluta do primário ou do secundário, evento este a depender do primado da agricultura ou da mineração (tabela 2).

Os núcleos nos quais se definia a estrutura intermédia caracterizavam-se pela notória decadência da atividade aurífera. Neles, os faiscaidores predominavam decisiva e claramente sobre os mineradores; ocorria, ainda, o desenvolvimento da agricultura de subsistência voltada para a comercialização e para o autoconsumo.

Da tabela 1 infere-se, imediatamente, a posição intermédia do peso relativo dos livres e das médias de agregados e cativos por domicílio. O número médio de pessoas livres colocava-se pouco abaixo do vigorante na categoria

urbana; já o número médio de pessoas por domicílio ocupava posição intermediária. Ademais, o valor médio referente aos escravos superava o concernente aos agregados, e o relativo aos livres entremeava as referidas médias de cativos e agregados. O número médio de escravos por proprietário colocava-se, por seu turno, em posição claramente intermediária *vis-à-vis* as demais estruturas.

Os três setores econômicos viam-se expressivamente representados nessa categoria. O peso relativo do primário alçava-se a pouco mais de um quinto, o do secundário colocava-se próximo dos 50% e do terciário pouco abaixo de um terço. Deve-se notar, quanto às estruturas urbana e intermédia, a marcante divergência relativa observada no setor primário (tabela 2).

Resta-nos caracterizar a categoria rural de autoconsumo. Definimo-la, como avançado, a partir das evidências empíricas propiciadas pelo estudo do distrito de Nossa Senhora dos Remédios. Nele encontramos grande participação relativa do elemento livre, o menor número médio de escravos por domicílio e valores intermediários para as médias de agregados e livres por domicílio — superiores aos vigentes nas estruturas urbana e intermédia e inferiores aos imperantes na categoria rural-mineradora. Ademais, o número médio de livres por domicílio superava o de agregados, o qual, por sua vez, sobrepujava a média de escravos por unidade domiciliar. Ali verificou-se, ainda, o menor número médio de escravos por proprietário (tabela 1). Em Nossa Senhora dos Remédios praticava-se predominantemente, a nosso ver, a agricultura de subsistência voltada ao autoconsumo. Tal fato, além de refletir-se nas relações entre as variáveis supracitadas, assinalava-se claramente nos pesos relativos concernentes aos setores econômicos.

Destarte, ao primário correspondia 63%, ao secundário 20% e aos serviços tão-somente 17%. Entre as atividades artesanais cabia papel dos mais significativos às fiandeiras, as quais, certamente, utilizavam o algodão cultivado nas propriedades das unidades familiares das quais as ditas fiandeiras eram integrantes.

Antes de passarmos adiante, cabem algumas considerações referentes às variáveis 'porcentagem de escravos e agregados na população total' e 'número médio de pessoas por domicílio'. Como decorrência das distintas participações dos escravos na população total e da presença marcante dos agregados nos núcleos que apresentaram estrutura rural-mineradora, revelou-se distribuição coerente dos pesos relativos de agregados e escravos nas estruturas demo-econômicas aqui analisadas. Assim, a participação dos mesmos deu-se em maior escala na estrutura rural-mineradora (80,3%); a menor frequência ocorreu na rural de autoconsumo (33,5%) e os pesos referentes às demais categoriais colocaram-se em faixa intermediária: 42,1% na estrutura urbana e 56,5% na intermédia, a qual, em face da urbana, exigia maior contingente de cativos.

Evento similar, derivado de fatores análogos aos enunciados acima, observou-se com respeito ao número médio de pessoas por domicílio: maiores valores para a estrutura rural-mineradora, menores na urbana e intermediários nas demais (tabela 1).

Identificadas as variáveis mais significativas para a caracterização das peculiaridades das estruturas típicas, passemos a considerar os elementos constitutivos das populações estudadas que não revelaram grandes discrepâncias e/ou comportamento sistemático bastante para que fossem admitidos como definidores das distintas estruturas demo-econômicas. Tais variáveis denunciam as similitudes genéricas essenciais entre as estruturas aqui estudadas — semelhanças estas para as quais chamamos a atenção do leitor na abertura deste trabalho.

O peso relativo das mulheres entre os livres superou, sistematicamente, o nível de 50%. No entanto, para as estruturas intermédia e rural de autoconsumo o diferencial entre homens e mulheres integrantes do estrato dos livres revelou-se desprezível. Já nas estruturas urbana e rural-mineradora a supremacia numérica do sexo feminino marcava-se mais claramente: representavam elas cerca de 55% dos livres. Digno de nota, a nosso ver, é o fato de verificar-se justamente na estrutura rural de autoconsumo a distribuição mais equilibrada entre os sexos (tabela 3).

TABELA 3

Estruturas demo-econômicas típicas	% de mulheres entre os livres	% de homens entre os escravos	% dos agregados na popul. livre	% dos domicílios com escravos	N.º médio de filhos com vinte ou menos anos a viver com os pais	% de famílias 'indep.' sobre total de famílias	% de filhos legítimos entre os livres
Urbana	55,43	59,33	15,28	39,33	1,80	85,46	49,2
Intermédia	51,97	67,11	13,62	44,10	1,81	87,26	59,2
Rural de autoconsumo	50,63	62,85	9,87	36,10	2,86	81,82	81,2
Rural-mineradora	55,35	72,09	55,35	63,41	1,67	36,92	53,7

Obs.: Entendemos por 'famílias independentes' aquelas cujos chefes não guardavam qualquer laço de dependência ou subordinação (vale dizer, não eram agregados ou escravos) face a outros chefes de família ou ao chefe do domicílio.

Entre os escravos, para todas as estruturas típicas, predominaram os homens. Por outro lado, as discrepâncias observadas entre as distintas estruturas, ao que tudo indica, expressam as condições econômicas características de cada uma delas. Assim, na urbana, a participação dos homens entre os cativos atingiu, em face das demais, o menor valor: 59%. Na rural de autoconsumo, dominada, pois, pela agricultura de subsistência, a cifra correlata alcançou 63%. Na intermédia, mais exigente em termos de mão-de-obra masculina, os homens representavam 67% dos mancipios. Já na estrutura rural-mineradora, sobretudo por causa da atividade mineratória, a participação dos cativos do sexo masculino alçou-se a 72% (tabela 3).

O peso dos agregados entre a população livre variou de 9,9% a 55,0%. A divergência mais significativa deu-se entre a estrutura rural-mineradora (55,0%) e as demais: 9,9% na rural de autoconsumo, 13,6% na intermédia e 15,3% na urbana. Parece-nos sintomático que a menor participação se tenha dado na estrutura rural de autoconsumo, justamente a que menos condições oferecia para 'suportar' ou 'exigir' número avultado de agregados. A existência de parcela significativa de agregados na estrutura urbana pode ser explicada pelas condições econômicas adversas defrontadas pelos núcleos urbanos ao abrir-se o século XIX. A grande parcela de agregados na estrutura rural-mineradora pode ser explicada, ao que nos parece, pelo fato de existirem, nos centros estudados, umas poucas propriedades de porte relativamente grande, propriedades estas que 'exigiam' e podiam 'suportar' o contingente representado pela numerosa parcela de agregados (tabela 3).

A consideração de peso relativo dos domicílios nos quais encontravam-se escravos permite-nos o estabelecimento de sugestivas ilações.

Impõe-se, desde logo, a observação de que a posse de escravos apresentava-se muito difundida, vale dizer, os cativos não apareciam concentrados em reduzido número de domicílios.⁸ Assim, mesmo na estrutura rural de autoconsumo, na qual o percentual de domicílios com escravos era o mais baixo, os cativos faziam-se presentes em mais de um terço dos domicílios (exatamente em 36,1% deles). Na estrutura urbana cerca de dois quintos (39,3%) dos domicílios abrigava mancebros. A participação correlata atingia o maior valor na estrutura rural-mineradora (63,4%), a qual, como vimos, mostrava-se muito exigente em termos de mão-de-obra. Na estrutura intermédia, a participação dos domicílios com escravos atingia, igualmente, expressivo valor: 44,1%. Vê-se, ainda, que os pesos relativos dos domicílios com escravos mostravam coerência em face das atividades econômicas características de cada estrutura típica (tabela 3).

Os pesos relativos das famílias independentes permitem poucas inferências. Deve-se notar, por um lado, a pequena discrepância observada entre as estruturas urbana (85,5%), intermédia (87,3%) e rural de autoconsumo (81,8%). Por outro, dada a larga presença do elemento agregado, marca-se o baixo percentual referente à estrutura rural-mineradora (36,9%).

Com respeito ao número médio de filhos com vinte ou menos anos a viver com os pais, nota-se vincada divergência entre a estrutura rural de autoconsumo (2,86) e as demais, para as quais a cifra correlata não apresen-

8. Sobre a estrutura de posse de escravos em Minas Gerais, ver Iraci del Nero da Costa & Francisco Vidal Luna, 'Contribuição ao estudo de um núcleo urbano colonial (Vila Rica: 1804)', em *Revista estudos econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 8(3): 41-68, set./dez. 1978; Iraci del Nero da Costa & Francisco Vidal Luna, 'A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos', em *Ciência e cultura*, SBPC, 32(7): 836-41, jul. 1980; Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios, 1718-1804* (São Paulo, IPE-USP, 1981).

tou grandes discrepâncias: 1,80 para a urbana, 1,81 referentemente à intermédia e 1,67 concernente à rural-mineradora.

Para os livres, os percentuais de filhos legítimos (menos de 14 anos a residir com os pais) apresentaram larga discrepância. A distinção mais evidente marcou-se entre a estrutura de autoconsumo e as demais; conforme se pode observar na tabela 3, o percentual mais elevado (81,2%) verificou-se naquela estrutura, enquanto nas outras os pesos relativos correlatos colocaram-se entre 50% e 60%. Parece-nos sintomático que justamente na estrutura demo-econômica mais 'equilibrada' tenha ocorrido a maior porcentagem de filhos legítimos.

Quanto às pirâmides de idades e à distribuição segundo grandes faixas etárias — tanto para a população total, como para os segmentos referentes a livres e escravos —, observou-se discrepância marcante entre a estrutura rural de autoconsumo e as demais. Nela, patenteou-se a existência de uma população relativamente mais 'jovem' *vis-à-vis* as demais estruturas. Tal evento decorreu, aparentemente, das próprias raízes formativas de Nossa Senhora dos Remédios e/ou do fato de que os 'choques' demográficos derivados da decadência exploratória já houvessem sido, à época, absorvidos pela comunidade;⁹ assim, em 1804, seu perfil populacional revelava-se mais 'harmonioso'.

Conclusão

Eis arroladas as principais características das estruturas demo-econômicas que identificamos com base na análise pormenorizada da população de dez localidades mineiras. Evidentemente, este estudo tem um caráter preliminar; no entanto, a nosso ver, conseguimos estabelecer as linhas gerais que definem a especificidade das aludidas estruturas.

Cabe lembrar, ainda, que nossos dados prendem-se ao início do século XIX. Assim, afastamos considerações concernentes à dinâmica das várias estruturas aqui definidas. Embora convidativas, assertivas deste gênero são metodologicamente incorretas, pois trabalhamos com informações censitárias referentes a distintas localidades e relativas a um momento específico do tempo.

9. Talvez a atividade aurífera não tenha desempenhado grande papel na formação e evolução do arraial de Nossa Senhora dos Remédios.

Apêndice metodológico

A. Discriminação e análise das fontes primárias

As evidências apresentadas neste artigo consubstanciam parte das inferências que podem ser hauridas em levantamentos censitários efetuados ao fim do século XVIII e princípios do XIX.¹⁰ Para Santa Luzia de Sabará tomamos o arrolamento de 1790; relativamente aos demais centros — Mariana, Gama, São Caetano, Passagem de Mariana, Sertão do Abre Campo, Capela do Barreto, Nossa Senhora dos Remédios e Furquim — adotamos levantamentos realizados em 1804. Com respeito a Vila Rica, servimo-nos dos dados revelados por Herculano Gomes Mathias,¹¹ correspondentes ao censo levado a efeito em Minas Gerais no sobredito ano de 1804. O autor deu a público as listas referentes à área que cobriria, hodiernamente, o perímetro urbano de Ouro Preto.¹² Para as demais localidades acima nomeadas, utilizamos códices existentes no Arquivo Nacional,¹³ material este integrante do

10. Remetemos o leitor interessado em conhecer a análise exaustiva destes documentos aos trabalhos de nossa autoria indicados nas notas 1, 3 e 6 deste artigo.
11. Herculano Gomes Mathias, *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica, 1804* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969).
12. Foram relacionados os distritos de Antônio Dias, Ouro Preto, Alto da Cruz, Padre Faria, Cabeças e Morros. Indicamos abaixo os títulos dos códices publicados, os nomes dos responsáveis pelo censo e a data em que o apresentaram: (1) "Lista dos Habitantes do Destricto de Antonio Dias desta Villa de que he Capitam Antonio Joze Roiz de Azevedo". Datada aos 30 de agosto de 1804, assinada pelo referido capitão. (2) "Relação dos Abitantes do Destricto de Ouro Preto de q'he Capm. Joze Bento Soares". Assinada por Joze An.^{mo} da Assum.^{mo} — Alf.^{mo} Comand.^o — aos 10 de setembro de 1804. (3) "Relação fiel das Pessoas existentes no Destricto do Alto da Crús de Villa Rica, do qual he Capp.^{mo} Fran.^{mo} Caetano Ribr.^o, dada pelo Alferes do mesmo, que ohe Joze Soterio de Jezus", assinada por este último aos 31 de agosto de 1804. (4) "Mapa das pessoas habitantes q. ao prez.^o constão neste Destricto das Cabeças desta Villa conforme a ordem do D.^{mo} Ouvidor, e do meu Cap.^{mo} Mor Antonio Agostinho Lobo Leite Per.^o datada de 3 de Agosto de 1804 de q. he Cap.^{mo} Manoel Fern.^o da Silva". Datada aos 28 de agosto de 1804, assinada por Manoel Frz. da S.^o — Capp.^{mo}. (5) "Relação das pessoas existentes no Destricto do Padre Faria, Agoa Limpa, e Tacosral, de que he Comandante o Cap.^{mo} Pantalhão Alves da Silva com o número de escravos q. cada um possue". Assinada por este último aos 20 de agosto de 1804. (6) "Relação das pessoas existentes no Destricto do Morro desta Villa, de que he commandante o Cap.^{mo} Luiz Joze Maciel, com o Numero dos Escravos que cada hum possue". Assinada pelo aludido capitão aos 14 de agosto de 1804.
13. Nomeados abaixo, como na nota 12, os códices do Arquivo Nacional em que nos baseamos: (1) "Relação dos Confessados da Freguesia de Santa Luzia de Sabará no Anno de 1790". Sem data e assinatura. Caixa 267, pacote 1. (2) "Relação das Pessoas existentes neste Destricto da Cidade Marianna de que he Cap.^{mo} João Caetano de Almeida, conforme a Ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor General expedida pelo D.^{mo} Florencio de Abreu Perada Juiz de Fora desta Cidade e seu Termo, Tirada em Agosto de 1804". Assinada por João Caetano de Almeida Cardozo, acima referido. Caixa 268, pacote único. (3) "Lista dos individuos da Passagem de Mariana de que he Capitão Joaquim Coelho de Oliveira Duarte". Assinada por este e datada de Passagem aos 3 de agosto de 1804. Caixa 247, pacote 3. (4) "Lista de todas as pessoas tanto de um sexo como de outro que existem no Destricto do Gama Termo da Cidade de Mariana,

acervo de documentos manuscritos de Ouro Preto transferidos, em 1913, para o Rio de Janeiro e identificados sob o título 'Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto'.

Todos os censos em foco — exceto o de Santa Luzia de Sabará — realizaram-se sob responsabilidade imediata dos capitães de distrito. Conquanto as instruções das autoridades emanantes fossem uniformes, os resultados e a apresentação dos mesmos revelou-se variada; contudo, ao que parece, o trabalho em conjunto resultou minucioso e, segundo tudo indica, completo.¹⁴

Se nos faltam informações sobre os objetivos perseguidos com o levantamento de 1790, é possível identificar as razões determinantes do arrolamento de 1804: para H.G. Mathias residiam elas "na necessidade urgente de recolher fundos — proporcionados à situação individual de cada morador — destinados a aliviar as pesadas despesas de Portugal durante os primeiros anos do século XIX".¹⁵

Na conformidade das normas vigentes na época, efetuaram-se os levantamentos em nível de fogo¹⁶ ou residência, caso queiramos. Apesar de as

d'onde he Capitão Jozé Lopes Baptista". Pelo mesmo datada e assinada aos 30 de agosto de 1804. Caixa 247, pacote 3-A. (5) "Relação circunstanciada de todos os Individuos existentes no districto do Furquim, de que he Cap.^{mo} Antonio Barboza". Datada por este, em Furquim, aos 28 de agosto de 1804. Caixa 247, pacote 3. (6) "Relação Extraida de todos os individuos assistentes no Distr.^o n.º 6 — de N. Snr.^o dos Remédios Termo de Mariana Freg.^{ta} de Barbassenna 7br.^o 9 de 1804". Assinada pelo capitão do distrito, João Pereira de Queirós, aos 9 de setembro de 1804. Caixa 153, pacote 1. (7) "Relação do Destricto do Sertão do Abre Campo da Freguesia de São Jozé da Barra Longa do Termo da Lial Cidade de Marianna do qual he Capitão Francisco Gonçalves da Silva, tirada da População de 20 de Agosto de 1804, conforme a Ordem do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor General desta Capitania, expedida pelo D.^{no} Juiz de Fora da Cidade de Mariana, e seo Termo com Predicamento de Correição Ordinaria e Senhor Florencio de Abreu Perada". Assinada pelo dito capitão do distrito e datada aos 20 de agosto de 1804. Caixa 153, pacote 1. (8) "Relação conforme a ordem que me foi dirigida pelo Miritissimo Snr.^o D.^{no} Juiz de Fora desta cid.^e de Marianna e seu tr.^o de todos os applicados da Capela do Barreto filial da Frg.^a de S. Jozé da Barra Longa do Sobred.^o tr.^o donde he Cap.^{mo} do Destricto Joaquim Glz. Serra". Assinada em Barreto, aos 29 de agosto de 1804, pelo alferes comandante Luiz M.^o de Caldas Bacellar. Caixa 151, pacote 1. (9) "Relação de todos os individuos, suas qualidades, Estabelecimentos, officios e números de escravos do Destricto de S. Caetano de que he Commandante Francisco Jozé Xavier de Mello Brandão". Este códice, certamente incompleto, não traz termo de encerramento. Atribuimo-lo a 1804 e o tomamos, tão-somente, como amostra, não obstante entendermos haver sido arrolada a maioria esmagadora dos fogos do distrito. Caixa 276, pacote único.

14. Algumas observações efetuadas pelos recenseadores indicam a seriedade emprestada ao desempenho da tarefa que lhes coube. Assim, afirmava José Lopes Batista, capitão do distrito do Gama: "N. B. que no meu Destricto não há mais pessoas do que as assim declaradas a saber 174 libertos, e 222 captivos; e não vai especificado o que cada morador tem de rendimento por anno, por declararem huns que não farião para as despesas, e outros que anda a receita pella despeza. Igualmente não vai as idades de alguns por não se poder verificar assim como os negros da Costa". João Pereira de Guimarães, de Nossa Senhora dos Remédios, escreveu: "Essa é a declaração de todos os individuos de meu Destr.^o conforme as listas q. mandei tirar pelos meos alf.^{es} o que affirmo debaixo de Juram.^o do meu cargo". Antônio Barbosa, do Furquim, precisava: "Vão declarados todos os habitantes deste Destricto tanto de estabelecim.^{to} como pobres".

15. Herculano Gomes Mathias, *op. cit.*, p. vii.

16. *Fogo* (do latim *focus*) significa residência de uma família, lar, casa. Em Portugal, o mesmo que

informações variarem de acordo com os responsáveis pelos recenseamentos, a nota, acrescentada pelo capitão de distrito Luís José Maciel, dá-nos idéia clara dos dados ora analisados: "Em cada uma das casas que vai separadamente com duas linhas, vai primeiro o cabeça de casal e depois toda a mais família com as idades pouco mais ou menos que pude alcançar, e ofícios e ocupações, que tudo vai declarado nas suas competentes casas. No meu distrito não há negociantes nem agricultores que façam extrações de gêneros; até as vendas que lá se acham são as chamadas dos gêneros da terra. Os mineiros e faiscaidores vão anotados nas suas casas aonde ai se vê a escravatura que cada um possui, suas qualidades e idades. Isto é o que a minha diligência pôde alcançar, que pessoalmente andei correndo o distrito na forma da ordem".¹⁷

Como afirmado acima, os censos em tela realizaram-se em nível de *residência*, ou seja, edificação (ou conjunto de edificações) que se pode considerar como uma 'unidade habitacional'. Em nível residencial, indicou-se, via de regra, o prenome ou nome completo do chefe de domicílio (veja-se definição abaixo), seguido dos prenomes ou nomes completos dos seus familiares e/ou subordinados — aqui entendidos como escravos ou agregados.¹⁸ Segue-se ainda, na maioria dos documentos em pauta, a idade das pessoas, seu estado civil, cor, posicionamento na estrutura social, condição de militar ou eclesiástico e, para número considerável de indivíduos, a atividade profissional ou econômica desempenhada; para os escravos africanos anotou-se, ademais, a 'nação' de origem. Em alguns casos, grupos de pessoas ou famílias totalmente independentes — com referência a laços de sangue, parentesco ou subordinação — coabitavam; tal evento mostrou-se insignificante quando relacionado com número total de residências. Parcela substancial dessas residências pôde ser subdividida em domicílios e enquadrada juntamente com as demais residências, as quais podemos, sem restrição, assimilar ao conceito de *domicílio*, ou seja, conjunto de pessoas coabitantes que mantêm laços de parentesco e/ou subordinação e vivem sob a autoridade do *chefe de domicílio* — indivíduo a encabeçar a lista nominativa correspondente ao domicílio e que podia, ou não, ser chefe de família.

Colocadas estas observações gerais, passemos à análise de cada uma das fontes primárias em foco.¹⁹

martinega ou martiniega, tributo cobrado na Idade Média e que os proprietários pagavam no dia de São Martinho. Cf. Alexandre Herculano, *História de Portugal* (7.ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves), vol. 8, p. 218.

17. Herculano Gomes Mathias, *op. cit.*, p. 202.

18. Não raro familiares do próprio chefe de domicílio apareciam como seus agregados.

19. Exclusive Vila Rica. As informações concernentes a esta urbe foram analisadas circunstanciadamente no estudo de nossa autoria intitulado *Vila Rica: população, 1719-1826* (São Paulo, IPE-USP, 1979), p. 131 e seguintes.

Relação dos confessados da freguesia de Santa Luzia de Sabará

Esse levantamento, de 1790, revelou-se pobre em informações frente aos demais aqui considerados. Para cada fogo, anotou-se o nome completo dos chefes de família; de quando em vez, o do cônjuge e os dos parentes e/ou agregados, nos casos em que os mesmos se fizeram presentes. A prole dos chefes de família, assim como todos os escravos, não se viram nomeados — aparecem, tão-somente, os números de uns e outros. Outra informação a faltar é a idade, ausente para todas as pessoas arroladas. Não consta, ademais, a atividade produtiva das mesmas. Por outro lado, indicou-se a condição de alforriados, identificando-se, ainda, o fato de se tratar de pretos (nascidos em África) ou crioulos, vale dizer, pessoas negras nascidas no Brasil ou nas demais dependências coloniais de Portugal.

Reproduzimos no anexo 1, a fim de que melhor se o avalie, breve trecho do códice em questão.

Códices referentes aos aplicados da Capela do Barreto, nos distritos do Sertão do Abre Campo, Furquim, Nossa Senhora dos Remédios, Gamu e a um dos distritos de Mariana

Desses manuscritos constam, em linhas gerais, as informações anotadas na abertura deste apêndice. As discrepâncias, puramente formais, prendem-se tão-somente à apresentação dos dados.

Informação altamente relevante, presente em todos os arrolamentos em tela, diz respeito à origem dos cativos. Para os escravos africanos, indicou-se a 'nação' de que eram oriundos; para os cativos nascidos na Colônia, anotou-se a cor ('pardo', 'mulato', 'cabra' etc.). Estes dados aliados à idade e sexo, permitem caracterizar minuciosamente a massa escrava então existente nos centros aqui contemplados. A título ilustrativo, reproduzimos, em seqüência, fragmentos de cada um destes censos (anexos 2, 3, 4, 5, 6 e 7).

Distrito de São Caetano

Do manuscrito constam, tão-somente, informações relativas aos chefes de domicílios e, quando existiam, respectivos agregados e escravos. Faltam, pois, os dados concernentes aos demais indivíduos componentes dos fogos. Por outro lado, anotou-se a ocupação e/ou atividade econômica dos aludidos chefes de domicílios, assim como a cor dos mesmos; ademais, para a maioria esmagadora dos escravos, indicou-se, escrupulosamente, a 'origem'. Destarte, embora nos seja impossível estudar a composição das famílias, resolvemos incorporar tal manuscrito ao nosso estudo por causa da qualidade e relevância dos elementos informativos acima referidos (anexo 8).

Lista dos indivíduos de Passagem de Mariana

Neste rol indicou-se, inequivocamente, a cor dos livres; conta, ademais, com as informações anotadas para os códices acima relacionados, faltando,

somente, a 'nação' de origem dos escravos deslocados da África e a cor de todos os mancipios.

Transcrevemos, no anexo 9, trecho da lista de Passagem.

B. Tratamento dispensado aos dados

Na coleta e cômputo dos dados empíricos concernentes aos núcleos populacionais contemplados neste estudo, procuramos conciliar três objetivos básicos: emprego de análise computacional, estabelecimento de modelo genérico para tomada das informações e, por fim, ordenamento e classificação das mesmas, de sorte a podermos reproduzir — admitidas discrepâncias formais mínimas e omissões irrisórias —, no conteúdo e na forma, o material constante nos códices manuscritos arrolados na primeira parte deste apêndice.

Os dados relativos a cada indivíduo foram, pois, codificados em fichas especiais — veja-se modelo abaixo descrito —, a partir das quais perfuraram-se os cartões próprios para uso de computador. Tal arquivo, transposto para fitas magnéticas, serviu para a elaboração das estatísticas indispensáveis ao estudo da estrutura da população, das famílias e domicílios e, por fim, da estrutura populacional segundo setores produtivos e profissões.

Nas fichas (anexo 10) foram codificadas, distribuídas segundo colunas, as informações abaixo relacionadas:

Colunas	Informações
1	distrito
2	local
3 a 7	número de identificação do indivíduo
8 a 12	em se tratando de escravo, transcrição do número de identificação do proprietário
13 a 16	número de identificação do domicílio
17 a 19	'nação' de origem, para escravos e forros
20	'nacionalidade' (africanos, coloniais, reinóis, índios e outras), para escravos e forros
21 e 22	patentes, títulos ou condição de eclesiástico
23	sexo
24	cor
25	estado civil
26	situação social (escravo, livre, forro ou quartado)
27 a 29	idade
30	filiação (legítimos, naturais, expostos)
31 a 33	profissão e/ou atividade econômica
34	condição de pobreza
35	condição de 'agregado'

36 a 38	tipo de domicílio
39 e 40	tipo de família
41 e 42	número de identificação da família no domicílio
43 e 44	relação do indivíduo com o chefe do domicílio
45 e 46	relação do indivíduo com o chefe de família
47	proprietário de residência ou morador em prédio alugado
48	identificação de 'grupos de escravos' (escravos coabitantes e sem laços familiares)
49 a 51	tipo de domicílio (quando agregados)
52 e 53	seqüencial relativo aos domicílios de agregados
54 a 56	número de escravos possuídos
59 e 60	número de filhos do chefe de família

ANEXO 1
Freguesia de Santa Luzia de Sabará

	Filhos	Escr. ^a		Filhos	Escr. ^a
Catherina de Lima de Abreu pardo viúva	1	17	Jacinta Corrêa Cr. ^a forra		
João pardo enjeitado			Maximiana Marta Cr. ^a forra		
João da Costa Lima p. ^{to} forro e sua mulher	3	5	Cypriano Carv. ^o preto forro		
Sebastião Roiz e sua m. ^{te}	3	6	Joel de Silva Pessoa preto forro e sua mulher	2	1
Antonio Roiz		2	Marianna Corrêa sua m. ^{te}		
			Rosa Cardim preta forra	1	4
			Ana Maria Cardim preta for.		
Antonio Faustino					
Rosa Paula, sua mulher					
João Gz. irmão			Adrião de Sá Circolo forro		
Quilina Gz. sobrinha			Urbana da Roxa sua m. ^{te}		
Antonio Benguela agregado			Luciano Roiz pardo forro		
João Soares			Elena Maria sua mulher		
Maria Leite, agregada			Leonardo de Barros	1	
			Eufemia Maria sua m. ^{te}		

ANEXO 6
Distrito do Gama

Nomes, idades e subsistencia	Libertos	Cativos	Nomes, idades e subsistencia	Libertos	Cativos
João Manoel cazado com Clara Bonifacia Pinta, que vivem de roça, e as vezes de Fisqueira, e tem os filhos seg. ^{os} Fran. ^o 20 an. ^o Sebastião de 17 an. ^o Joana de 28 an. ^o Joaõ ^o de 26. Franco ^o de 22. Anna Maria de 24. Jozela de 20 an. ^o Cunhadas de c. ^o Maria da Conceição de 60 an. ^o Fran. ^o Brazida Pinta de 58 an. ^o			D. Ignês Cardoza solteira que vive de trazer na Fisqueira beos escravos	1	
Escravos João Ang. ^o Pedro Ang. ^o Matheus Ang. ^o José Mina. Romão cr. ^o Matheus Ang. ^o Joaquim Mina Izabel Angola. Maria Crioula. Anna crioula de 40 an. ^o	11		Escravos Domingos Ang. ^o Joaquim Rebolo. José Angola Manoel Rebolo. Sebastião mulato de 21 an. ^o Antonio mulato de 12 an. ^o Josefa crioula de 40 an. ^o Dorothea crioula de 18 an. ^o Eulrazia cr. ^o de 10 an. ^o Anna crioula de 8 an. ^o Theodora crioula de 6 annos		11
		10	Antonio Ferr. ^o de Carv. ^o cazado com Bernarda Cardoza, que vivem de Fascar no Rio Anna Sardenha Dem. ^o		3

ANEXO 7
Um dos distritos de Mariana

N.º 11	Anna	Mania parda de idade		69
			Expostos	
		Rita parda		9
		Thereza Mania parda		11
		Manoel de Jézus		3
		Francisco Xavier		6
			Escrava	
		Bazília Crioula		14
			Agregados	
		Anna Petronilla parda		58
Jozela preta Mina		70		
	Dice q. tem sua morada de cazas em q. vive, e q. he pobre			
N.º 12	João	Jozé dos Santos pardo cazado de idade de		50
		Maria Roza sua mulher		45
			Filhos	
		Antonio Jozé da Roza Alfaiate de		20
		João aprende o off. ^o de pedr. ^o		19
		Anna		25
		Clara		16
			Escravos	
		Caetano Rebolo		40
		Felipa Ganqueia comprada este anno fiada		18
	Dice q. tem sua casa nesta Cid. ^o e hua Chacara em Dom. ^o Velho, e vive de ser off. ^o de Justiça sem q. o rendimento xague p. ^o a dispoza			

ANEXO 8
Distrito de São Caetano

	Idades
O Reverendo Vigário Emcomendado Sylvério de Costa Oliv. ¹⁹	43
Escravo	
Symphicio Criolo	26
Antonio Modesto Pardo agg	19
O S.M. Custodio Coelho Duarte Branco ha Droguista de q. vive	73
Escravos	
Domingos Angola	33
Joze Mims	36
Francisco Angola	45
Luzia Crioula	20
Andre Luz Pardo sem officio	45
Manoel de Aloncaça Pardo Juiz da Vintenna	49
Joze da S. ^a Figuerado ci. ^o officiaj de Femeiro	55
Izidoro Pinto da Mota Pardo officiaj de Sapateiro	60

ANEXO 9
Passagem de Mariana

Fogos		bran- cos	bran- cas	par- dos	par- das	pre- tos	pre- tas	Escr. ¹⁹ maior *	D. ¹⁹ men. *	Escr. ²⁰ maior *	D. ²⁰ maior *
N. 1	O R. ¹⁹ Antonio Justinian no Maciel, Capellão desta Capella, idade de 31 annos Escravos Joze. ¹⁹ cozinheiro id. ^o 18	1						1			
2	O R. ¹⁹ Joze Ferr. ^o da Costa vive achazoze idade 67 Escravos Manoel id. ^o 38, llozo idade 18 Agregados Maria de Jezuz id. ^o 45, Joaquina filha da d. ^o idade 22 pobres	1						2			
15	Manoel Ruiz, mir. ^o id. ^o 32 mulher Maria Valentina idade 28 Filhos Joze id. ^o 14, Vicente id. ^o 10					1			1		
24	Rosa Per. ^o dos Santos sol- teira id. ^o 32 Filho Venancio id. ^o 2 Pobres			1		1					

ANEXO 10
Modelo da ficha adotada

01	distrito
02	local
03	
04	
05	n.º de identificação do indivíduo
06	
07	
08	
09	se escravo, número de identificação do proprietário
10	
11	
12	
13	
14	número de identificação do domicílio
15	
16	
17	
18	"nação" de origem, para escravos e forros
19	
20	"nacionalidade"
21	patentes, títulos etc.
22	
23	sexo
24	cor
25	estado civil
26	situação social
27	
28	cidade
29	
30	filiação
31	
32	profissão e/ou atividade econômica
33	
34	pobreza
35	"agregado"
36	
37	tipo do domicílio
38	
39	tipo de família
40	
41	n.º de identif. da fam. no domicílio
42	
43	relação do indiv. com o chefe dom.
44	
45	relação do indiv. com o chefe fam.
46	
47	"residência"
48	"grupos escravos"
49	
50	tipo de domicílio (quando agregados)
51	
52	seqüencial domicílios agregados
53	
54	
55	número de escravos possuídos
56	
57	EM BRANCO
58	
59	n.º de filhos do chefe de família
60	

Abstract

This work intends to show the particularities of four demo-economics structures: urban, rural-mining, intermediate and rural of self-consuming. For this, such structures were identified from the analysis of ten localities of Minas Gerais. The data presented here are based in census information related to the beginning of the 19th Century.

Résumé

Ce travail objective démontrer les spécificités de quatre structures démographiques: urbaine, rurale-minéralogique, intermédiaire et rurale de autoconsommation. Ces structures ont été identifiées d'après l'analyse de dix localités de Minas Gerais. Les données présentées se fondent dans des informations censitaires relatives au début du XIX^{ème} siècle.

Quem está pesquisando o que

A presente seção, que compareceu durante toda a existência do *Mensário do Arquivo Nacional* (1970-1982), será mantida nesta revista. Trata-se da relação de usuários da Sala de Consultas, mas a atual listagem não abrange todo o seu perfil. Entendemos que sua divulgação deve servir basicamente à troca de informações entre pesquisadores, e por esse motivo omitimos grande número de consultas com pretensão meramente escolar (por exemplo, apresentação de trabalho em sala de aula) ou cujos dados se mostraram insuficientes para a finalidade a que visamos. Na relação a seguir constam as pesquisas efetuadas de janeiro a novembro de 1985.

ADLER, Deborah

Prof.: historiadora.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Constante Ramos, 154, ap. 302 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: trabalho e vida dos escravos no Rio de Janeiro: século XIX. Em fase final.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Carlos Henrique Santos de

Prof.: professor

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Dias da Cruz, 414, ap. 201 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: jesuitas e escravidão: século XVIII. Em fase adiantada.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional; Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).

ARAÚJO, Jorge de Souza

Prof.: professor.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua Jorge Rudge, 44, bl. 1, ap. 604 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: perfil do leitor colonial. Em fase adiantada.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Arquivo Histórico Ultramarino; Universidade de Coimbra; Universidade de Évora; Biblioteca Nacional, Lisboa.

BARICKMAN, Bert J.

Prof.: estudante.

Instituição: University of Illinois at Urbana-Champaign, U.S.A.

End.: 1.011 W. William Champaign, Illinois — 61821, U.S.A.

Pesquisa: escravidão na Bahia: século XIX. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto do Açúcar e do Alcool.

BARRETO, Silvio Campos Paes

Prof.: médico.

Instituição: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

End.: av. Rosa e Silva, 1.687 — Bairro das Graças, Recife.

Pesquisa: genealogia dos morgados do Cabo, de Jurissaca e Cairá (Pernambuco).

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro e Recife); Biblioteca Estadual de Pernambuco; Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

BEIRED, José Luís Bendicho

Prof.: professor.

Instituição: Universidade de São Paulo.

End.: rua Aimberê, 1.715, ap. 202 — São Paulo.

Pesquisa: formação do P.T.B. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz

Prof.: professora.

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua Miguel Lemos, 118, ap. 201 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: uso da terra em Mato Grosso. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BURJORJEE, Dinshaw M.

Prof.: professor.

Instituição: Montgomery College — Rockville, Maryland — U.S.A.

End.: 1.080 West Side Drive, Garthersburg, Maryland — U.S.A.

Pesquisa: literatura brasileira na Índia.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: sem informação.

CARRARA, Sérgio Luís**Prof.:** estudante.**Instituição:** Museu Nacional.**End.:** rua Belisário Távora, 431, ap. 105 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** criminalidade no início do século XX. Em fase inicial.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**Locais onde pesquisou:** sem informação.**CARVALHO, Lúcia d'Ávila Freire de****Prof.:** pesquisadora.**Instituição:** Jardim Botânico do Rio de Janeiro.**End.:** rua Pacheco Leão, 915 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** história do herbário e da carpoteca do Jardim Botânico. Em fase inicial.**Finalidade:** divulgação da história e do valor científico do acervo do Jardim Botânico.**Locais onde pesquisou:** Jardim Botânico do Rio de Janeiro.**COSTA, Maria Berenice Alho da****Prof.:** assistente social.**Instituição:** Instituto Estadual do Bem-Estar do Menor.**End.:** rua Humaitá, 170 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** história da assistência à criança carente no Rio de Janeiro. Em fase adiantada.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**Locais onde pesquisou:** bibliotecas do Supremo Tribunal, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Justiça e do Juizado de Menores.**COSTA, Mônica Medrado da****Prof.:** historiadora.**Instituição:** Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.**End.:** rua Cosme Velho, 415, ap. 1.002 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** história de Quissamã (distrito de Macaé, Rio de Janeiro).**Finalidade:** publicação.**Locais onde pesquisou:** sem informação.**CUNHA, Eulina****Prof.:** técnica em assuntos educacionais.**Instituição:** Instituto Nacional de Educação de Surdos.**End.:** rua General Glicério, 224, ap. 303 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** o Instituto Nacional de Educação de Surdos no período imperial. Em fase adiantada.**Finalidade:** publicação.**Locais onde pesquisou:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

D'AMBRÓSIO, Eduardo**Prof.:** professor.**Instituição:** Universidade de São Paulo.**End.:** rua Henrique Lerussi, 122 — Franco da Rocha, São Paulo.**Pesquisa:** relações Brasil-E.U.A. no período colonial. Em fase adiantada.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**Locais onde pesquisou:** Universidade de São Paulo; Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo; Biblioteca Nacional; Arquivo Histórico do Itamarati.**DIACÓN, Todd Alan****Prof.:** professor.**Instituição:** Universidade de Wisconsin, Madison — U.S.A.**End.:** 2117 Center Av. — Madison, Wi., U.S.A.**Pesquisa:** o movimento do Contestado: pressões externas e crises internas. Em fase adiantada.**Finalidade:** tese de doutoramento.**Locais onde pesquisou:** sem informação.**DIAS, Claudete Maria Miranda****Prof.:** historiadora.**Instituição:** Universidade Federal do Rio de Janeiro.**End.:** rua General Polidoro, 39, ap. 602 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** a Balaiada no Piauí. Em fase final.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**Locais onde pesquisou:** Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Arquivo Público e Museu Histórico do Piauí; Fundação Getúlio Vargas; Biblioteca Pública de Teresina.**DIRKSEN, Valberto****Prof.:** professor.**Instituição:** Escola Superior de Estudos Sociais.**End.:** av. das Comunidades, s.n. — Brusque, Santa Catarina.**Pesquisa:** colônia União Industrial do Saí (Santa Catarina). Em fase adiantada.**Finalidade:** publicação.**Locais onde pesquisou:** Bibliothèque Nationale, Paris.**DRUMMOND, Maria do Carmo Guedes****Prof.:** advogada.**Instituição:** Fundação Casa de Rui Barbosa.**End.:** rua Conde de Bonfim, 492, ap. 302 — Rio de Janeiro.**Pesquisa:** Rui Barbosa e a Constituição de 1891. Em fase inicial.**Finalidade:** estudo da Constituição de 1891.

Locais onde pesquisou: Fundação Casa de Rui Barbosa; Biblioteca Nacional.

ESTEVES, Marta de Abreu

Prof.: professora.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Visconde de Figueiredo, 72, ap. 102 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: o Poder Judiciário nos crimes sexuais. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

FARIA, Fernando Antônio

Prof.: professor.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Uruguai, 486, ap. 503 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: gênese e expansão da indústria têxtil no Rio de Janeiro: 1889-1930. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro

Prof.: professora.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Mem de Sá, 122, ap. 1.202 — Niterói.

Pesquisa: estrutura fundiária de Campos dos Goitacases: 1850-1920. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo do Itamarati; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

FAZOLI FILHO, Arnaldo

Prof.: professor.

Instituição: Universidade de São Paulo.

End.: rua Alagoas, 475, ap. 40 — Higienópolis, São Paulo.

Pesquisa: período regencial: governo Feijó. Em fase adiantada.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: sem informação.

FIGUEIROA, Sílvia Fernanda de Mendonça

Prof.: geóloga.

Instituição: Instituto Geológico, São Paulo.

End.: rua Artur de Azevedo, 2.103, ap. 44 — São Paulo.

Pesquisa: história da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Em fase final.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo; arquivo do Instituto Geológico, São Paulo.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro

Prof.: professor.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Leopoldo Miguez, 129, ap. 606 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: flutuações econômicas do sistema agrário escravista-exportador: século XIX. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: sem informação.

FURRER, Raymund

Prof.: professor

Instituição: sem informação.

End.: Haberweidstt 42, 8610 — Uster, Suíça.

Pesquisa: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: sem informação.

GAYLORD, Donald R.

Prof.: pesquisador.

Instituição: Tulane University — New Orleans, Louisiana, U.S.A.

End.: av. Afrânio de Melo Franco, 149, ap. 203 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros e o desenvolvimento capitalista: 1955-1964. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

GOMES, Francisco José Silva

Prof.: professor.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: Praia do Flamengo, 122, ap. 715 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: diocese do Rio de Janeiro: 1870-1910. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Histórico do Itamarati; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

GOULART, Paulo César Alves

Prof.: arquiteto.

Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

End.: rua Mourato Coelho, 393, ap. 4.

Pesquisa: origem e evolução das estampas publicitárias e dos álbuns de figurinhas no Brasil. Em fase adiantada.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: sem informação.

GOUVÉA, Maria de Fátima Silva

Prof.: estudante.

Instituição: University College — Londres.

End.: rua Itapiru, 1.322, ap. 301 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: a elite política fluminense no século XIX. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: British Library (Museu Britânico); Biblioteca Nacional.

GREENFIELD, Gerald Michael

Prof.: professor.

Instituição: Universidade de Wisconsin, Parkside.

End.: 823 Blaine Avenue, Racine — Wi., U.S.A.

Pesquisa: regionalismo durante o Segundo Império. Em fase adiantada.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

GUPTA, Bishnupriya

Prof.: estudante.

Instituição: Universidade de Oxford, Inglaterra.

End.: 23, Summertown House, 369, Banbury Road, Oxford, Inglaterra.

Pesquisa: indústria de máquinas: 1930-1962. Em fase adiantada.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Fazenda; Instituto de Planejamento da Economia; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

HESS, David

Prof.: antropólogo.

Instituição: Museu Nacional.

End.: 114 Heights Ct. Ithaca, N.Y., 14850 — U.S.A.

Pesquisa: espiritismo kardecista: relações com católicos e médicos. Em fase inicial.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

HILTON, Stanley E.

Prof.: professor.

Instituição: Louisiana University.

End.: 1123 Woodcliff Dr. — B.R., LA 70815, U.S.A.

Pesquisa: política externa brasileira: 1930-1950. Em fase adiantada.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: National Archives, Washington; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas).

KATO, Ruth Maria

Prof.: professora

Instituição: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

End.: rua Glaziou, 210 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: quilombo Manuel Congo. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

LEMOS, Regina Célia Souza de

Prof.: historiadora.

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

End.: rua Assunção, 378, ap. 104 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: o papel social do teatro operário durante a República Velha. Em fase inicial.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

LEON, Fernando Ponce de

Prof.: museólogo.

Instituição: Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

End.: rua barão de Itamaracá, 98, ap. 804 — Recife.

Pesquisa: história da fotografia em Pernambuco. Em fase adiantada.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

MEDAWAR, Carlos Eduardo Martins Costa

Prof.: professor.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

End.: rua Catiara, 372, ap. 101 (Campo Grande) — Rio de Janeiro.

Pesquisa: a região Campo Grande (Rio de Janeiro): da formação à questão da municipalização. Em fase inicial.

Finalidade: publicação.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MENESCAL, José Carlos Braga

Prof.: arquiteto.

Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

End.: rua Humaitá, 77, ap. 404 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: evolução urbana do Rio de Janeiro. Em fase adiantada.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa

Prof.: antropóloga.
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
End.: rua Aristides Lobo, 109, ap. 1.510 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: fazendas nacionais e pesquisa indigenista em Roraima. Em fase inicial.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Museu do Índio; Arquivo Público do Pará.

MONTENEGRO, Rita de Cássia

Prof.: assistente social.
Instituição: Fundação Universidade do Amazonas.
End.: rua Dr. Almindo, 188 — Manaus
Pesquisa: história do serviço social no Amazonas. Em fase adiantada.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; Departamento de Arquivo Público, Manaus.

NUNES, Antonieta de Aguiar

Prof.: professora.
Instituição: Fundação Cultural do Estado da Bahia.
End.: trav. Fonte Nova do Desterro, 10 — Salvador.
Pesquisa: história da capitania de Porto Seguro e da vila de Santa Cruz Cabralia. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: sem informação.

OLIVEIRA, Fernando Sérgio Loureiro de

Prof.: geógrafo.
Instituição: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
End.: rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, 141, C-02 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: evolução urbana do Rio de Janeiro. Em fase adiantada.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: sem informação.

OLIVEIRA, Nanci Neiza Wanderley de

Prof.: professora.
Instituição: Universidade Federal do Acre.

End.: rua Opinião Liberal, s/n.º — Rio Branco.
Pesquisa: o Acre brasileiro-peruano: 1903-1909. Em fase adiantada.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Arquivo do Itamarati; Universidade Federal do Acre; Museu da Borracha, Rio Branco; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

OSTUNI, Maria Rosaria

Prof.: historiadora.
Instituição: sem informação.
End.: Via de Genovesi, 38 — Roma
Pesquisa: emigração política italiana: 1880-1930. Em fase adiantada.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: sem informação.

PEIXOTO, Nilza Bruxelas

Prof.: professora.
Instituição: Universidade do Estado de São Paulo.
End.: rua Couto Magalhães, 1.779 — Franca, São Paulo.
Pesquisa: fundição do ouro em Minas Gerais. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Público Mineiro.

PEREIRA, Margareth A. Campos da Silva

Prof.: arquiteta.
Instituição: École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
End.: 72 Bol. St.-Marcel, 75005 — Paris.
Pesquisa: discursos e práticas arquitetônicas e urbanas no Rio de Janeiro: 1850-1914. Em fase adiantada.
Finalidade: tese de doutoramento.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Bibliothèque Nationale, Paris; Museu de Artes Decorativas, Paris.

PEREIRA, Romão Veriano

Prof.: arquiteto.
Instituição: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
End.: 72. Bol. St. Marcel, 75005 — Paris.
Pesquisa: biografia do urbanista Hubert Donat Alfred Agache. Em fase inicial.
Finalidade: tese de doutoramento.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Escola Nacional de Belas-Artes.

PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme

Prof.: economista.
Instituição: University of London — Queen Mary College.

End.: 57 Dryburgh Gds-London Nwg.
Pesquisa: origem do empresariado industrial. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; British Library; London School of Economics Library.

PRESTES, Anita Leocádia

Prof.: pesquisadora.
Instituição: Universidade Federal Fluminense.
End.: rua Voluntários da Pátria, 410, ap. 503 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: a Coluna Prestes. Em fase inicial.
Finalidade: tese de doutoramento.
Locais onde pesquisou: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas).

RODRIGUES, Maria Iná Alves

Prof.: professora.
Instituição: Universidade Federal de Pernambuco.
End.: rua Manuel Menelau, 100, ap. 302 — Candeias, Jaboatão, PE.
Pesquisa: o Estado Novo em Pernambuco. Em fase inicial.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

SAKAMOTO, Arnaldo Yoso

Prof.: professor.
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
End.: rua 13 de Junho, 538, ap. 5 — Corumbá, MS.
Pesquisa: charqueadas: produção e ocupação do espaço geográfico de Mato Grosso, século XIX e início do século XX. Em fase adiantada.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo; arquivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Educação e Cultura.

SANTOS, Darwin Ferreira dos

Prof.: técnico operacional.
Instituição: sem informação.
End.: rua Cítilo, 1, ap. 401 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: escravidão no Rio de Janeiro. Em fase inicial.
Finalidade: publicação.
Locais onde pesquisou: sem informação.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos

Prof.: professora.
Instituição: Universidade Nova de Lisboa.

End.: rua Vitorino Nemério, 4 — 7.º distrito — 1700 — Lisboa.

Pesquisa: constitucionalismo: século XIX. Em fase final.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Library of Congress; Washington.

SHAPIRO, Helen

Prof.: estudante.

Instituição: Yale University, U.S.A.

End.: 520 W — 100 St. 3C, New York, N.Y. 10025 — U.S.A.

Pesquisa: a indústria automobilística no governo Kubitschek. Em fase adiantada.

Finalidade: tese de doutoramento.

Locais onde pesquisou: Fundação Getúlio Vargas; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Conselho de Desenvolvimento Industrial; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Instituto de Planejamento da Economia.

SILVA, Cláudio de Castro e

Prof.: estudante.

Instituição: Universidade Federal Fluminense.

End.: rua Viçosa, 190 — Belo Horizonte.

Pesquisa: comarca do Rio das Mortes: 1763-1881. Em fase inicial.

Finalidade: dissertação de mestrado.

Locais onde pesquisou: Arquivo Público Mineiro.

SILVA, Glória Maria da

Prof.: museóloga.

Instituição: Bahiatursa

End.: conjunto Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti, bl. 326/02 (Cabula V), Salvador.

Pesquisa: 'governadores' interventores baianos. Em fase inicial.

Finalidade: implantação do memorial dos governadores baianos da República.

Locais onde pesquisou: Arquivo Público do Estado da Bahia; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Assembléia Legislativa da Bahia.

SILVA, Joana Mendes Pereira da

Prof.: professora.

Instituição: Universidade de Letras do Porto, Portugal.

End.: Largo dos Leões, 81, ap. 801 — Rio de Janeiro.

Pesquisa: emigração portuguesa para o Brasil: 1808-1842. Em fase inicial.

Finalidade: sem informação.

Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional.

SOUZA, Nilson José da Silva

Prof.: professor.

Instituição: Fundação Brasileira Conservação da Natureza.
End.: av. Suburbana, 9.134, ap. 402 — Rio de Janeiro.
Pesquisa: o vidro no Rio de Janeiro. Em fase inicial.
Finalidade: monografia.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Museu Histórico Nacional.

STELLA, Roseli Santaella

Prof.: professora.
Instituição: Universidade de São Paulo.
End.: praça Fortunato da Silveira, 51 — São Paulo.
Pesquisa: domínio espanhol no Brasil. Em fase inicial.
Finalidade: tese de doutoramento.
Locais onde pesquisou: Archivo General de Índias, Sevilha; Archivo General de Simancas.

UNDERWOOD, David K.

Prof.: professor.
Instituição: Universidade de Pennsylvania, Philadelphia.
End.: 4813 Halehaven DR — Ellicott City, MD. 21043 — U.S.A.
Pesquisa: fontes francesas da arquitetura luso-brasileira no século XVIII. Em fase adiantada.
Finalidade: tese de doutoramento.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Nacional de Belas-Artes; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

VEIGA, Tânia Gerbi

Prof.: professora.
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
End.: rua Cerro Corá, 177, ap. 41 — São Paulo.
Pesquisa: capitalismo e ferrovias: o caso da São Paulo Railway Co. Em fase adiantada.
Finalidade: dissertação de mestrado.
Locais onde pesquisou: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo; biblioteca da Rede Ferroviária Federal, Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional.

VERSIANI, Maria Teresa Ribeiro de Oliveira

Prof.: economista.
Instituição: Universidade de Brasília.
End.: SQN 107, H 405, Brasília.
Pesquisa: industrialização brasileira no período 1900-1913. Em fase adiantada.
Finalidade: tese de doutoramento.
Locais onde pesquisou: Biblioteca Nacional; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; Ministério da Fazenda.

WAGNER, Reinhardt**Prof.:** historiador.**Instituição:** sem informação.**End.:** Pariser Str. 19 — 1000 Berlim 15 — Deutschland.**Pesquisa:** Imigração alemã e suíça: 1850-1860. Em fase adiantada.**Finalidade:** tese de doutoramento.**Locais onde pesquisou:** Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo.**WOLFE, Joel****Prof.:** estudante.**Instituição:** Universidade de Wisconsin, Madison — U.S.A.**End.:** 917B, Eagle Hts, Madison Wi 53705 — U.S.A.**Pesquisa:** leis trabalhistas, sindicatos e suas atividades no estado de São Paulo: 1930-1945. Em fase inicial.**Finalidade:** tese de doutoramento.**Locais onde pesquisou:** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas); Fundação Casa de Rui Barbosa.**ZARTH, Paulo Atonso****Prof.:** professor.**Instituição:** Universidade de Ijuí, RS.**End.:** rua Ladislau Boleman, 640 — Ijuí, Rio Grande do Sul.**Pesquisa:** história agrária do planalto gaúcho; século XIX. Em fase inicial.**Finalidade:** dissertação de mestrado.**Locais onde pesquisou:** Biblioteca Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Notícias

Modernização de arquivos

Charles Kecskemeti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.), efetuou no Brasil, entre 9 de maio e 1.º de junho de 1985, uma missão como consultor da Unesco para a implementação do projeto-piloto de modernização de arquivos históricos de tipo tradicional. A missão objetivou estabelecer as bases para a criação de um curso de aperfeiçoamento em arquivos públicos destinado a profissionais de arquivos públicos brasileiros, bem como a instituições arquivísticas da América Latina e países da África de língua portuguesa.

Para a implementação do projeto se realizará, em abril próximo, um ateliê de reflexão a fim de se elaborar o programa de formação profissional no Brasil. Este ateliê contará com a presença de dois moderadores de arquivos estrangeiros.

Avaliação profissional

Com o propósito de conhecer as reais condições da utilização de recursos humanos em arquivos, o Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.) e a Unesco estão realizando uma pesquisa, em âmbito mundial, a fim de avaliar a formação de profissionais na área e a sua adequação às tarefas desenvolvidas nos arquivos. Encarregou-se dessa investigação, no Brasil, Norma de Góes Monteiro, na qualidade de membro regular do Comitê para a Formação Profissional, do C.I.A. Para tanto, empenhou-se na elaboração de um questionário distribuído entre as faculdades de arquivologia, arquivos estaduais e arquivos africanos de língua portuguesa,

cujos resultados foram entregues a Charles Kecskemeti, secretário-executivo do Conselho, por ocasião de sua visita ao Brasil.

Memorial para o Judiciário

No dia 7 de outubro foi entregue ao presidente do tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Paulo Gusmão Dourado, um memorial assinado por Celina Moreira Franco, diretora-geral do Arquivo Nacional, Marco Antônio da Silva Melo, diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e Helena Corrêa Machado, diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando àquela instituição que se ativasse o funcionamento de seu arquivo judiciário, destinado a guardar, centralizar ou descentralizar os documentos produzidos e acumulados em seu âmbito ou nos órgãos, especialmente cartórios. Esta medida teria como objetivo garantir não só condições de preservação e acesso aos documentos, mas também melhor respaldo à ação do governo estadual em nível judiciário.

Conservação de audiovisuais

O diretor de Arquivos de Filmes, Televisão e Som do Arquivo Público do Canadá, Sam Kula, realizou, entre 17 e 28 de junho, missões de assistência técnica ao Arquivo Geral da Nação, na Argentina, e ao Arquivo Nacional, no Brasil.

Membro do Comitê Executivo da Federação Internacional de Arquivos de Filmes (F.I.A.F.) e da Federação Internacional de Arquivos de Televisão

(F.I.A.T.), Sam Kula, junto à Divisão de Documentos Especiais do Arquivo Nacional, deu particular atenção às atividades de conservação de documentos audiovisuais, sugerindo diretrizes para a automatização imediata do atual sistema de busca da documentação. Além disso, ressaltou o problema da conservação de documentos de suporte moderno nos países tropicais. Nos dias 27 e 28, participou ainda de duas mesas-redondas sobre os temas 'Seleção e guarda de documentos cinematográficos' e 'Direitos autorais e documentação audiovisual', as quais também contaram com a presença de representantes da Rede Globo de Televisão, Empresa Brasileira de Filmes, Instituto Nacional de Fotografia e CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas.

Na Argentina, Sam Kula demonstrou especial interesse quanto às questões de recolhimento, conservação e comunicação de documentos audiovisuais, efetuando um estudo sobre a situação existente no Departamento de Imagem e de Som do Arquivo Geral da Nação. Como atividades complementares, tomou parte de um debate interno do órgão e deu uma conferência para o público em geral.

Autonomia

Com a inclusão do Arquivo Nacional, a partir de 1983, no regime de autonomia limitada, tornou-se possível ao órgão criar um fundo de natureza contábil. Dessa forma, por meio do Fundo do Arquivo Nacional (Funan), passou-se a cobrar todos os serviços prestados ao público, inclusive a venda de suas publicações.

Banco de dados

O Arquivo Nacional instalou, no dia 15 de agosto, seu banco de dados denominado MAPA (Memória da Administra-

ção Pública Brasileira). Este projeto insere-se no programa de trabalho voltado para o levantamento e a recuperação da história da organização administrativa do período colonial até nossos dias, visando a apoiar os trabalhos de reconhecimento e controle do seu acervo documental.

Qualquer pesquisador ou organismo público poderá localizar, a partir de agora, a formação histórica de cada órgão da administração pública federal, nome, subordinação, data de criação e extinção, leis, seus antecessores e sucessores, entre outras informações.

Cooperação técnica

Dando continuidade ao ajuste de cooperação técnica firmado entre o Ministério da Agricultura, Arquivo Nacional, Dasp e Semor Seplan, em agosto de 1984, a equipe técnica do AN/MA deu grandes passos na implantação de uma metodologia de gestão de documentos da administração pública federal. Após levantamento da produção documental da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária (S.N.A.D.) e do Departamento Administrativo do ministério, a equipe técnica concluiu a elaboração de um código de assuntos que permite a inclusão objetiva e sistemática de todos os documentos gerados pela administração daquele ministério. Além disso, deu base empírica à organização da Comissão de Avaliação de Documentos, bem como à elaboração de tabela de temporalidade, essenciais para a efetiva racionalização e modernização metodológica.

Cursos, seminários e outros eventos

O Arquivo Nacional e a Secretaria de Administração e Mato Grosso promoveram em Cuiabá, entre 25 e 30 de agosto, o curso Métodos e Técnicas em Arquivos Públicos. Voltado para os arquivos municipais e a administração es-

tadual, o curso foi aberto com uma mesa-redonda sobre o tema 'A importância dos arquivos para a eficácia da administração pública' e contou com a participação do governador Júlio José de Campos e vinte prefeitos.

Entre os dias 25 e 27 de setembro transcorreu, no Rio de Janeiro, o II Seminário Nacional de Arquivos Estaduais. Com a presença de diretores e representantes de 23 arquivos estaduais, além de diversas instituições relacionadas com a guarda e acesso do patrimônio documental arquivístico, foram debatidas experiências a fim de se estabelecer maior intercâmbio entre os arquivos públicos.

Com o patrocínio da Finep, o Arquivo Nacional, como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, realizou entre os dias 30 de setembro e 25 de outubro o I Estágio Nacional de Arquivos. Sob forma de curso intensivo, o estágio teve por objetivo aprofundar os debates iniciados em 1984 com diversos arquivos estaduais e difundir conhecimentos técnicos que visem à consolidação de uma política nacional de arquivos.

'A preservação de bens culturais' foi o tema de um programa de treinamento, promovido entre 4 e 14 de março, para especialistas em museus, sob o patrocínio do Conselho Internacional de Museus. O evento contou com a presença da responsável pelo laboratório de restauração e conservação do Arquivo Nacional, Ingrid Beck, na mesa-redonda 'O museu face à dinâmica e à conservação'.

Ingrid Beck participou ainda, como representante da Associação Latino-Americana de Arquivos, da reunião do Comitê de Conservação e Restauração do Conselho Internacional de Arquivos, ocorrida entre 28 e 31 de maio, em Helsinque, Finlândia, onde foram discutidas, entre outros assuntos, a formula-

ção de normas internacionais e gerais sobre a conservação de materiais arquivísticos e bibliográficos, bem como a divulgação de conhecimentos básicos de preservação e conservação para administradores. Após esse encontro, realizou visitas técnicas a centros de restauração da República Federal da Alemanha e da Espanha, a fim de observar os trabalhos ali efetuados e de viabilizar sua aplicação nas atividades existentes e por implantar no laboratório do Arquivo Nacional.

A Unesco realizou entre 13 e 15 de maio, em Santiago, Chile, uma reunião para discutir a elaboração de um guia de fontes documentais para a história da América Latina. A iniciativa pretende manter um registro sistemático da história dos vários países componentes. Pela primeira vez o Brasil participou das discussões sobre o assunto, colaborando para o aperfeiçoamento do guia de fontes e divulgando o acervo nacional. Organizada pelo Arquivo Nacional do Chile, contou com a presença dos diretores dos arquivos nacionais do Brasil, Colômbia, Chile, Salvador, Guatemala e Peru, bem como do secretário-executivo do C.I.A., do diretor do Centro de Informação Documental de Espanha, do presidente e do secretário-executivo, a época, da A.L.A.

A reunião anual do Comitê de Formação de Pessoal do C.I.A. teve lugar em Varna, Bulgária, entre 4 e 8 de junho, a convite dos Arquivos da Bulgária. O objetivo final das discussões foi o de traçar estratégias quanto à melhoria das condições de trabalho e dos cursos de formação na área de arquivologia.

De 23 a 27 de setembro, em Ottawa, Canadá, a A.L.A. e o Comitê de Arquivos do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (I.P.G.H.) promoveram o seminário 'Automação em arquivos'. O encontro contou com a assistência técnica do Arquivo Público do Canadá,

do Comitê de Automação do C.I.A. e a contribuição financeira da O.E.A. e da Comissão Nacional Canadense do I.P.G.H. Ainda em Ottawa, de 21 a 23 de outubro, ocorreu a reunião do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, do qual o Arquivo Nacional é membro, onde foram discutidos aspectos técnicos e administrativos das atividades do C.I.A. e a programação para 1986.

Em outubro, entre os dias 25 e 28, em Austin, Texas, realizou-se a 23.ª Conferência Internacional de Mesa-Redonda de Arquivos (Citra), cujo objetivo é o de favorecer a reflexão e o intercâmbio de informações e experiências no campo da arquivologia, reunindo especialistas e observadores internacionais.

Durante a conferência foi aprovada a proposta do Arquivo Nacional em sediar a 26.ª Citra no Brasil em 1989. Esta será a primeira vez que um país da América Latina servirá de sede para a Citra desde a criação do Conselho Internacional de Arquivos, em 1950.

O C.I.A. e a Unesco organizaram em Viena, Áustria, de 30 de outubro a 1.ª de novembro, um simpósio sobre o tema 'Construção de prédios de arquivos e conservação de documentos'. O Arquivo Nacional foi representado pelo engenheiro Jorge Araújo.

Em assembléia-geral da Associação Latino Americana de Arquivos (A.L.A.), realizada no México entre 31 de outubro e 1.ª de novembro, a diretora-geral do Arquivo Nacional, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, foi eleita presidente da A.L.A. para o triênio 1985-1988.

A vice-presidência coube à diretora-geral do Arquivo do México, Leonor Ortiz Monasterio, tendo como 2.ª vice-presidente Juan Freire Granizo, do Arquivo do Equador, secretário-geral Hernán Del Valle Pérez, do Arquivo da Guatemala, 1.ª vogal José Manuel Mata Castillón, do Arquivo da Espanha, 2.ª vogal Luz Alba Chacón, do Arquivo da Costa Rica, secretário-executivo Marisa Rocha Motta e tesoureiro Teresa Maria Sussekind Rocha, ambas do Arquivo Nacional.